

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

GUILHERME PRADO ALVES

**LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR: Estudo de caso em uma
Pequena Central Hidrelétrica**

Itajubá

2021

GUILHERME PRADO ALVES

**LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR: Estudo de caso em uma
Pequena Central Hidrelétrica**

Dissertação submetida à Defesa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade como requisito para obtenção do Título em Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Orientadora: Daniele Ornaghi Sant'Anna
Coorientadora: Maria Rita Raimundo e Almeida

Itajubá

2021

*À Vó Anair (in memoriam),
dona do melhor abraço do mundo e de toda a minha saudade.*

AGRADECIMENTOS

Os últimos meses foram completamente diferentes daquilo que estou acostumado, mas acredito que os vivi da forma correta: cabelo por cortar e muito trabalho a fazer.

O caminho se mostrou mais árduo do que parecia. Por isso, agradeço a todos que me acompanharam nessa trajetória e perseveraram ao meu lado, presencialmente ou à distância, mesmo com minhas oscilações de humor de hora em hora: minha família, meus amigos, orientadoras e demais companheiros e companheiras de mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Na luta!

A minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.

Ailton Krenak

RESUMO

Acredita-se que Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) causam impactos socioambientais insignificantes quando comparadas às grandes centrais hidrelétricas, porém, pode-se considerar que tal fato não é verídico. A instalação e operação de empreendimentos desta tipologia podem gerar conflitos com a população originalmente residente na área. Neste contexto, insere-se a Licença Social para Operar (LSO). A LSO é definida como a aceitabilidade de uma comunidade frente à operação de um empreendimento. Tendo origem no campo da mineração, essa licença é dada a um projeto quando este possui ampla e contínua aprovação da sociedade para conduzir suas atividades. Para dar visibilidade a ferramenta na busca da gestão socioambiental justa, este trabalho assume como objetivo geral: verificar como se estabelecem as relações entre as partes envolvidas (empreendimento/empreendedor, comunidade atingida e outros atores denominados importantes) na aquisição da LSO em um empreendimento do tipo PCH. Para se alcançar o objetivo proposto, foi adotado como delineamento de pesquisa o estudo de caso aliado à abordagem quali-quantitativa de análise descritiva e exploratória. Os dados foram coletados sob duas maneiras: por meio de documentos disponibilizados pelo empreendedor e entrevistas semiestruturadas aplicadas aos atores denominados importantes para o estudo de caso. Para cada um desse conjunto de informações coletadas foi aplicado uma metodologia de análise: para o primeiro, foi realizada uma descrição crítica à luz da literatura e, para o segundo, uma análise de conteúdo adaptada, complementada por mineração de texto. Observou-se certa conformidade do modelo de LSO adotado pelo empreendimento com aqueles presentes na literatura e recebeu destaque o fato da LSO ter deixado de ser um conceito abstrato para tornar-se um aspecto estratégico da empresa. Os entrevistados, por sua vez, relataram desconhecer o conceito de LSO e esperavam maiores benefícios para a região atingida. Observou-se que os principais benefícios característicos da LSO ocorreram nas fases precedentes à operação do empreendimento. Com a conclusão das obras, o relacionamento entre as partes se enfraqueceu. Como a LSO prevê continuidade, sistemas participativos, trabalho coletivo, proteção ambiental e garantia social, há necessidade de cumprimento de compromissos e atendimento de expectativas apresentadas para, assim, promover um caminho honesto para o desenvolvimento regional e se obter níveis mais altos da licença. Espera-se que este trabalho possa trazer contribuições para a discussão e implementação de novas LSO.

Palavras-chave: Impactos socioambientais; Estudo de Caso; Comunidade; Desenvolvimento.

ABSTRACT

It's believed Small Hydroelectric Plants (SHP) cause insignificant socio-environmental impacts when compared to large hydroelectric plants. However, it can consider that this fact is false. The installation and operation of these projects can generate conflicts with the population resident in the area. In this context, it's inserted the Social License to Operate (SLO). The SLO is the acceptability of a community towards the operation of a project. This license was born in the mining field, and it's given to a project when it has society's broad and continuous approval to conduct its activities. To get more visibility and to search for fairness in socio-environmental management, this work assumes as general objective: to understand how the relationships between the parties involved (enterprise/entrepreneur, affected community, and other relevant stakeholders) are laying down in the acquisition of SLO in a project of the SHP type. To achieve the proposed objective, we adopted a case study combined with a qualitative and quantitative approach and descriptive and exploratory analysis as a research design. Two kinds of data were collected: through documents available by the entrepreneur and semi-structured interviews applied to stakeholders for the case study. The methodology applied to each of these sets of collected information: for the first, we conduct a critical description out in the light of the literature and, for the second, an adapted content analysis complemented by text mining. There was some conformity of the enterprise's LSO with those present in the literature and noted that SLO is not an abstract concept and becomes a company's strategy aspect. Stakeholders reported that they don't know what LSO is and expect more benefits to the affected region. We observed that the main benefits characteristic of the SLO occurred in the phases preceding the operation of the enterprise. With the completion of the works, the relationship between the parties weakened. As the SLO foresees continuity, participatory systems, collective work, environmental protection, and social guarantee, there is a need to fulfill commitments and meet the expectations presented to promote honest paths to regional development and obtain a higher license level. We expect that this work can bring contributions to the discussion and implementation of new SLOs.

Keywords: Socio-environmental Impact; Case Study; Community; Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre engajamento dos <i>Stakeholders</i> e Licença Social para Operar (LSO).....	23
Figura 3 – <i>The pyramid model</i>	28
Figura 4 – <i>The Three Stand Model</i>	29
Figura 5 – <i>The triangle model</i>	30
Figura 6 – Técnicas de amostragem e encadeamento dos participantes da pesquisa.	52
Figura 7 – Resumo dos procedimentos metodológicos da pesquisa.	57
Figura 8 – Escala de classificação da LSO.	64
Figura 9 – Análise de similitude: Como é o relacionamento entre você/a organização que você representa e a PCH?	75
Figura 10 – Análise de especificidades: Como é o relacionamento entre você/a organização que você representa e a PCH?.....	77
Figura 11 – Análise de similitude: O que você acha da presença da empresa na região?	89
Figura 12 – Análise de especificidades: O que você acha da presença da empresa na região?	91
Figura 13 – Nuvem de palavras: Qual é a sua visão de desenvolvimento para a região?	103
Figura 14 – Análise de especificidades: Como você acredita que a PCH é vista pela comunidade?	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das PCHs quanto à potência e quanto à queda de projeto.	37
Quadro 2 – Alterações/Impactos ambientais negativos causados por PCHs.....	38
Quadro 3 – Categorias e palavras-chave para análise das entrevistas.	54
Quadro 4 – Objetivos da LSO nos documentos dos anos 2018 e 2020.....	59
Quadro 5 – Ponderações utilizadas para a análise dos eixos temáticos e classificação do empreendimento no documento de 2018.....	64
Quadro 6 – Caracterização dos entrevistados	68
Quadro 7 – Trechos dos discursos dos respondentes que relataram o relacionamento com a PCH.....	71
Quadro 8 - Trechos dos discursos dos respondentes que relatam suas visões a respeito da presença do empreendimento na região.	83
Quadro 9 - Trechos dos discursos dos respondentes que relatam suas visões a respeito das contribuições do empreendimento para a região.....	93
Quadro 10 - Trechos dos discursos dos respondentes que relatam visões de desenvolvimento para a região.	100
Quadro 11 - Trechos dos discursos dos respondentes sobre o suporte prestado à região.	108
Quadro 12 - Trechos dos discursos dos respondentes sobre a visão da comunidade a respeito do empreendimento.....	114
Quadro 13 – Síntese dos principais pontos observados nos discursos dos respondentes.....	120

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP	Área de Proteção Permanente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FPIC	<i>Free, Prior and Informed Consent</i>
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
LSO	Licença Social para Operar
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	15
3 O QUE É UMA LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR?	19
3.1 Variedades de Licença Social	27
3.2 Emergência, expansão e contradições da Licença Social para Operar	30
4 PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS	35
5 MATERIAIS E MÉTODOS	43
5.1 Justificativa do método utilizado	43
5.2 Objeto de estudo	46
5.3 Coleta de dados.....	48
5.3.1 Documentos disponibilizados pelo empreendedor.....	48
5.3.2 Realização de entrevistas semiestruturadas	49
5.4 Interpretação e análise dos dados.....	52
5.4.1 Análise de Conteúdo.....	53
5.4.2 Mineração de texto	55
5.5 Resumo dos procedimentos metodológicos.....	56
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
6.1 Descrição e análise crítica das metodologias empregadas na LSO.....	58
6.2 Visão dos atores-chave diante da LSO	66
6.2.1 Caracterização dos entrevistados	66
6.2.2 Relacionamento entre os atores-chave e a PCH	69
6.2.3 Conhecimento do conceito de “Licença Social para Operar” por parte dos atores-chave	79
6.2.4 Visão dos atores-chave quanto à presença da empresa na região	80
6.2.5 Contribuições da empresa para a região	91
6.2.6 Visões de desenvolvimento para a região	98
6.2.7 Suporte às comunidades.....	107
6.2.8 Visão da comunidade sobre o empreendimento	112
6.2.9 Quadro-síntese	119
7 CONCLUSÕES	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

1 INTRODUÇÃO

Questões sociais têm assumido grande relevância em discussões acadêmicas e práticas empresariais associadas às atividades geradoras de impacto socioambiental. Organizações ao redor de todo o mundo, bem como suas partes interessadas, têm tomado ciência da necessidade e dos benefícios de uma gestão socialmente responsável, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, abordagens como Avaliação de Impacto Social, Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ISO 2600), programas de desenvolvimento comunitário e comunicação social buscam conduzir as operações dos setores extrativistas e energéticos de maneira mais adequada e que respeite o meio social em que o empreendimento está inserido (FRANKS; COHEN, 2012).

Ainda que seja reconhecível certa preocupação socioambiental por parte de empreendimentos geradores de impactos, o sistema capitalista se mostra bastante favorável à acumulação baseada na exploração de recursos naturais, gerando, muitas vezes, atrito com comunidades residentes na área afetada, que defendem seus direitos e exigem maior poder sobre o território (GAVIRIA, 2014). Frente a essa demanda, surge a Licença Social para Operar (LSO): trata-se do nível de aceitação da comunidade local perante a operação de um empreendimento, sugerindo que as populações afetadas têm tanta autoridade na concessão de permissões e licenças quanto o governo (NELSEN; SCOBLE, 2015).

A LSO tem irrompido no meio internacional nas últimas décadas como ferramenta auxiliar às formas convencionais de regulação de atividades geradoras de impacto socioambiental. Ela atua paralelamente à concessão dos direitos de acesso às terras para prospecção e exploração do território e ao mecanismo de licenciamento ambiental (GAVIRIA, 2014). Embora a LSO não seja obrigatória pela legislação, assumindo caráter informal entre as partes interessadas, a maneira como as empresas acreditam que podem obtê-la e mantê-la está sistematicamente ligada aos seus princípios e conceituações de desenvolvimento sustentável (BICE, 2014).

No caso de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), apesar de se acreditar que estas possuam impactos socioambientais insignificantes quando comparadas às grandes usinas hidrelétricas, existem conflitos com a população residente na área destinada a sua implantação e interferência em seus modos de vida (PRADO, 2013). Ainda que não sejam abundantes os desenvolvimentos teóricos a respeito da LSO em

empreendimentos do tipo PCH, compreender como se estabelecem as relações de aprovação da comunidade perante esses empreendimentos mostra-se de grande importância para a gestão socioambiental do território, uma vez que as partes interessadas podem ser beneficiadas: a comunidade afetada, ao se sentir relevante na tomada de decisões, e o empreendimento, em termos de segurança e aceitação de suas atividades, de modo a iniciar ou continuar sua operação em acordo com a população local (PRNO; SLOCOMBE, 2012).

A pertinência desta pesquisa se traduz no desejo de dar visibilidade e voz às comunidades que sofrem os impactos dos empreendimentos do tipo PCH e verificar como as relações com o empreendedor se estabelecem. Frente a isso, faz-se necessário compreender as visões a respeito do modelo de desenvolvimento prometido para a região por meio de uma abordagem sistêmica, integradora e, sobretudo, interdisciplinar sobre o objeto de estudo para, assim, direcionar o conhecimento, incentivar o diálogo, contribuir para construção do pensamento crítico e conceber um espaço justo para todos os envolvidos (JACOBI; GRANJA; FRANCO, 2006).

Para o entendimento das questões associadas à LSO, a interdisciplinaridade se faz fundamental, uma vez que a leitura dos aspectos de uma comunidade, bem como suas inter-relações com o território, não é estabelecida por meio de uma equação exata, mas sim por experiências singulares vividas por indivíduos e pela coletividade. Em vista dessa pluralidade de eventos, a assimilação e a emissão de um parecer sobre a realidade estudada exige o uso de instrumentos interdisciplinares, em que as disciplinas se comunicam umas com as outras e discutem suas perspectivas e ações de alcance intersetorial (POMBO, 2006; SILVA FILHO, 2018).

Com base em uma leitura interdisciplinar do objeto de pesquisa, este trabalho assumiu como objetivo geral verificar como se estabelecem as relações entre as partes envolvidas (empreendimento/empreendedor, comunidade atingida e outros atores denominados importantes) na aquisição da LSO em um empreendimento do tipo PCH.

Para se alcançar o objetivo geral proposto, os seguintes objetivos específicos foram elencados:

- a) Levantar as metodologias utilizadas para a aquisição da LSO no empreendimento escolhido como estudo de caso;

- b) Analisar criticamente as metodologias utilizadas pela empresa para a aquisição da LSO no empreendimento escolhido como estudo de caso;
- c) Identificar qual é a visão da comunidade e de outros atores envolvidos com o estudo de caso frente à LSO.

Ao verificar a Política de Sustentabilidade do empreendimento utilizado como objeto deste estudo, espera-se encontrar, como hipótese inicial, relações e laços integrados entre as partes envolvidas, capazes de promover o desenvolvimento do território em condições socioambientais adequadas e atendendo as expectativas e anseios comunitários.

A fim de ratificar os objetivos estabelecidos, esta dissertação se desenvolve em sete capítulos, sendo este o primeiro, trazendo uma introdução geral ao tema, justificativa, objetivos e interdisciplinaridade do trabalho.

O Capítulo 2 traz uma breve discussão a respeito dos conceitos de “desenvolvimento”. Essa abordagem é fundamental para contextualizar o termo “Licença Social para Operar” nos modelos de desenvolvimento presentes na literatura.

O Capítulo 3 descreve, em maiores detalhes, o conceito de “Licença Social para Operar”, sua origem, importância, modelos e contradições.

O Capítulo 4 aborda o tema “Pequenas Centrais Hidrelétricas”, suas definições básicas e a inserção da Licença Social para Operar em empreendimentos dessa tipologia.

O Capítulo 5 trata da metodologia utilizada no trabalho, contendo suas justificativas e limitações, bem como os métodos utilizados na coleta e análise dos dados.

O Capítulo 6 é composto pelos resultados e, por fim, o Capítulo 7 traz as conclusões encontradas para o trabalho.

2 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

A definição da palavra desenvolvimento, a partir de uma perspectiva etimológica, se apresenta em variadas vertentes:

De-sen-vol-vi-men-to. **sm (desenvolver+mento)**. 1. Ato ou efeito de desenvolver(-se); desenvolvimento. 2. Passagem gradual (da capacidade ou possibilidade) de um estágio inferior a um estágio maior, superior, mais aperfeiçoado etc.; adiantamento, aumento, crescimento, expansão, progresso. 3. Aumento das condições ou qualidades físicas (força, tamanho, vigor, volume etc.); crescimento. 4. Aumento da capacidade ou competência (moral, psicológica, espiritual, intelectual etc.); amadurecimento, crescimento, evolução. 5. **Religião** Exercício ou aprimoramento da capacidade mediúnic. 6. Exposição, apresentação, explanação, explicação ou exame minucioso, em sequência lógica (escrita ou oral), de um tema qualquer; detalhamento, elaboração. 7. Revelação gradativa de; desenrolamento, evolução, prosseguimento. 8. Em um texto (normalmente constituído por introdução, desenvolvimento e conclusão), essa segunda parte que abrange o assunto principal e corresponde à exposição detalhada e profunda do eixo narrativo, descritivo ou argumentativo. 9. **Economia** Crescimento econômico de um país ou região, acompanhado por alterações na estrutura política e social, que resulta em melhoria do padrão de vida da população. 10. **Geometria** Representação da superfície de um corpo sólido sobre um plano. 11. **Matemática** Expressão de uma função qualquer na forma de uma série. 12. **Matemática** Transformação de uma expressão em outra equivalente, mais extensa, porém mais acessível ao cálculo. 13. **Ecologia** V sucessão. 14. **Música** Execução de um tema (em especial, na sonata ou na fuga), motivo ou ideia, por modificações rítmicas, melódicas ou harmônicas; parte da música em que tal execução ocorre; crescimento. 15. **Topografia** Extensão exata e efetiva de uma estrada; prolongamento (DESENVOLVIMENTO | MICHAELIS ON-LINE, [s. d.]).

Apesar da multiplicidade de significados, a concepção de desenvolvimento sob a óptica etimológica ainda é bastante rasa, assumindo majoritariamente como sinônimos as projeções de industrialização e avanços tecnológicos. Observa-se que, a partir das aspirações do Ocidente pós-Segunda Guerra Mundial, o termo tem estabelecido um diálogo contundente com os ideais de progresso, modernidade e crescimento econômico (PIMENTA, 2014). No entanto, esse modelo de desenvolvimento pautado por moldes hegemônicos é responsável por consequências perversas a humanidade, ao enrijecer e normatizar as mazelas sociais, a desigualdade social e promover o desmonte ambiental e a privação de liberdades fundamentais (SEN, 2010).

Para Santos (2020), a população mundial tem vivenciado um estado de crise há cerca de quarenta anos, ao passo que o neoliberalismo foi se impondo como lógica dominante do capitalismo e este foi se submetendo ao setor financeiro. Frente a esse

cenário conturbado, com inúmeras problemáticas e poucas soluções, faz-se necessário repensar o padrão exploratório e insustentável estabelecido pelo desenvolvimento neoliberal, abrindo espaço para apresentar e discutir não só modelos de desenvolvimento alternativos, como também as alternativas ao desenvolvimento (DOURADO, 2019). Nesse ínterim, Pimenta (2014) defende a necessidade de se ressignificar o termo desenvolvimento sob uma visão plural, de desenvolvimentos, que ultrapasse as barreiras pautadas pelo progresso e desempenho econômico e se aproxime de aspectos humanísticos.

Em Furtado (1961), o desenvolvimento é fruto da industrialização aliada à ação do Estado. Para o autor, cujo olhar se apurou sobre países da América Latina, o subdesenvolvimento é uma variante do processo desigual de desenvolvimento entre países. Embora os padrões de consumo e os estilos de vida, graças à “dependência cultural”, se assemelhem aos dos países desenvolvidos, os países pouco industrializados não possuem condições estruturais para a adoção de métodos produtivos eficazes para atender as demandas. Ou seja, a modernização não se completa nos países subdesenvolvidos, uma vez que há um descompasso entre o modelo produtivo e os padrões de consumo. Ainda, esse processo incompleto não conduz à homogeneização social, mas à concentração de renda e ao aumento da desigualdade social.

Ainda que reconheça a importância do crescimento econômico, Furtado (2005) aponta para centralidade das dimensões culturais no arranco para mudanças sociais e consequente desencadeamento do desenvolvimento. Em suma, para o autor, o crescimento econômico por si só não é capaz de promover desenvolvimento, a não ser que seja acompanhado de mudanças culturais e de valores.

Hirschman (2000) assume que as trajetórias do desenvolvimento são variáveis conforme os contextos sociais. Para o autor, cabe ao Estado coordenar o desenvolvimento e garantir equidade e progresso. Este processo se dá por meio de investimentos sequenciais e mobilização de recursos ocultos ou mal aproveitados aliados ao incentivo do Estado às inovações, provocando, dessa forma, desequilíbrios que geram campos propícios ao desenvolvimento. Sua principal crítica ocorre sobre a ortodoxia dos processos. Para ele, não há solução única para problemas distintos. Há necessidade de se olhar com atenção às peculiaridades de cada realidade, os fatores envolvidos e os processos históricos, para assim se apresentar e impulsionar um modelo de desenvolvimento adequado.

Sen (2010) apresenta um entendimento de desenvolvimento distinto daquele predominante nas sociedades contemporâneas. Priorizando a perspectiva de desenvolvimento humano sobre o econômico, o autor se funda no princípio de que o "desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 2010, p. 17). Em síntese, o desenvolvimento deve prover aos indivíduos uma vida que tenham razão para valorizar a partir da superação das fontes de privação de liberdades.

Partindo de princípios interdisciplinares, Sachs (1986) elabora sua teoria do desenvolvimento sustentável. Segundo a conceituação do autor, o desenvolvimento deve ser um processo pautado pela melhoria da qualidade de vida e pela proteção ambiental, que atenda todas as necessidades e anseios da sociedade atual e das gerações futuras. Sachs (2009) busca romper com os padrões de crescimento econômico estabelecidas pelo modelo de desenvolvimento convencional, trazendo para o debate oito dimensões para a construção do conceito de Ecodesenvolvimento: social, que deve buscar a homogeneização e reorganização social e redução dos níveis de pobreza; cultural, associado ao respeito às particularidades culturais e identitárias de cada comunidade, estabelecendo relações harmônicas entre tradição e inovação; ecológica, referente à preservação de recursos naturais e manutenção dos processos ecológicos e da biodiversidade; ambiental, que trata do respeito aos limites naturais dos ecossistemas; territorial, que deve buscar equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais e superar as disparidades inter-regionais; econômico, que prevê o desenvolvimento intersetorial equilibrado e autonomia na pesquisa científica e tecnológica, partindo do respeito à capacidade produtiva dos ecossistemas; política nacional, vinculada à garantia de direitos democráticos, que deve ser praticável pelo Estado, em parceria com empreendedores privados, na instauração de projetos de governo que assegurem a coesão social; e política internacional, amparada pela cooperação internacional na busca de efetiva proteção ambiental e aceção do desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico das nações.

Ainda que as teorias apresentadas pareçam promissoras, os modelos contemporâneos de desenvolvimento ainda estabelecem vínculos com crescimento econômico, acarretam severos prejuízos ao meio ambiente e se mostram incapazes de solucionar as problemáticas de pobreza e desigualdade social, mesmo nos casos em que as ações são marcadas por ideais de sustentabilidade e inclusão social

(GUDYNAS, 2011). Os programas e políticas experienciados pelos Estados que partem da premissa de que o desenvolvimento é um processo natural, inquestionável, bom e necessário, ocultam as consequências de suas práticas, especialmente no que diz respeito aos impactos negativos sobre as populações. Diante dessa realidade, o pós-desenvolvimento se insere como tentativa de superação das teorias de desenvolvimento. Sua proposta não é construir um conceito definitivo para o desenvolvimento, mas sugerir que se ultrapasse o seu ideário; consiste em uma concepção da realidade em que termos como “subdesenvolvido” e “desenvolvido” não são utilizados como rótulos para classificar os países. A principal contribuição dessa teoria se apresenta na inclusão de temas como preservação ambiental e diversidade cultural dos povos em discussões a respeito de desenvolvimento, bem como o desejo dos indivíduos de viverem sem a demasiada preocupação com o aumento da produtividade e crescimento econômico (FREITAS; CRUZ; RADOMSKY, 2016).

Indagando a narrativa dominante, uma outra teoria, o Bem-Viver, também questiona radicalmente as bases teóricas desenvolvimentistas, especialmente aquelas ligadas ao conceito de progresso. Seu discurso tem como fundamento a melhoria da qualidade de vida, adotando como pilares novos caminhos que incluem tanto as pessoas como a Natureza (GUDYNAS, 2011). Acosta (2016) entende o Bem-Viver como uma oportunidade e uma opção a ser construída e não pode ser reduzido ao conceito de bem-estar predominante no Ocidente. Trata-se de uma inclusão da cosmovisão dos povos indígenas, marcadas por uma relação harmônica com a natureza e onde as lutas por melhores condições sociais estão em permanente construção e reprodução.

Santos (2020) afirma que a ideia de que não há alternativas ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo é frágil; mostra que só não há alternativas porque os sistemas políticos foram levados a deixar de discutir alternativas. Por isso, as teorias que questionam o desenvolvimento hegemônico exigem projetos políticos de mudança, planos governamentais, projetos de leis e a viabilidade de todos esses fatores (GUDYNAS, 2011).

No contexto de críticas a noção padrão de desenvolvimento propagado pelo Ocidente que crescem conceitos relacionados às práticas de sustentabilidade e à adoção de projetos de inclusão social e proteção ambiental ao modelo de crescimento econômico. Dentre estes conceitos e projetos, está a Licença Social para Operar (LIMA, 2016).

3 O QUE É UMA LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR?

O acesso à informação trouxe consigo mudanças nas expectativas da sociedade a respeito do que é desenvolvimento e tem influenciado a forma como as indústrias envolvidas na extração de recursos naturais conduzem suas atividades ao redor do mundo. Cada vez mais as comunidades atingidas por um empreendimento exigem maior participação na tomada de decisão em torno da exploração do território, esperam receber parcelas maiores de benefícios e reivindicam que as atividades estejam devidamente reguladas (PRNO, 2013). A combinação entre a crescente pressão social imposta à indústria extrativista e a necessidade de aceitação comunitária das operações de um empreendimento gerador de impacto socioambiental resultou na gênese da expressão Licença Social para Operar (LSO) (MOFFAT *et al.*, 2015).

Thomson e Boutilier (2011) definem a LSO como a aceitabilidade de uma comunidade diante da operação de um empreendimento. Essa licença é dada a um projeto quando este possui ampla e contínua aprovação da sociedade para conduzir suas atividades. É um mecanismo que se estabelece como uma prática informal, sem a exigência de um documento autorizativo ou requisito escrito (THOMSON, 2014).

Prno e Slocombe (2012) tratam a LSO como o nível de aceitação que um empreendimento obtém do governo, das comunidades afetadas pela atividade e da sociedade em geral. Nielsen (2013), por sua vez, adiciona que a LSO é um mecanismo complementar a licença legal e diz respeito à concessão de permissão para a instalação de um empreendimento ou realização de uma atividade comercial.

Para Parsons e Moffat (2014), a LSO refere-se a aprovação inicial e aceitação contínua de um empreendimento extrativista ou de uma atividade industrial pelas comunidades locais e pelas partes interessadas que são afetadas. O nível da aceitação concedida está relacionado às crenças e valores das partes envolvidas e se sustenta na confiabilidade, na credibilidade e nas parcerias que o empreendimento instaura com a comunidade local.

Morrison (2014) relaciona a licença social com o que a empresa faz e não com o que ela é. Para ele, a LSO representa a soma de expectativas entre uma organização e grupos sociais relevantes a respeito de uma atividade ou conjunto de atividades associadas entre si.

Rigout (2017) afirma que a LSO é fundada em princípios da cidadania corporativa, transparência e *compliance*. Para o autor, a LSO está baseada em laços de confiança estabelecidos entre a comunidade e a empresa, devendo esta reconhecer as relações de poder existentes entre os grupos sociais atingidos e compreender seus projetos a longo prazo, para, assim, firmar compromissos mútuos e entregar os resultados prometidos.

Demuijnck e Fasterling (2016) ampliam o conceito a partir de uma perspectiva do contratarianismo. Essa teoria explica regras políticas, institucionais e morais a partir do consentimento mútuo dos indivíduos envolvidos. Logo, para os autores, a LSO é definida como uma base contratual entre as partes visando a legitimidade de uma atividade ou de um projeto específico de uma determinada empresa.

Não há um consenso na literatura a respeito da origem exata do termo LSO, porém, nota-se que as referências associam sua gênese à atividade mineradora. Thomson e Boutilier (2011) afirmam que ele foi utilizado pela primeira vez em um congresso apoiado pelo Banco Mundial sobre mineração e comunidades, realizado no ano de 1997 na cidade de Quito, no Equador. Para Prno e Slocombe (2012), o conceito nasceu a partir de pesquisas sobre mineração baseadas nos princípios de sustentabilidade e governança realizadas no norte do Canadá. E, ainda, Owen e Kemp (2013) relatam o uso do termo a partir de 2007 pelo Conselho Internacional de Mineração. Atualmente, a LSO é adotada pelo Conselho Mineral da Austrália e pela Associação Mineira do Canadá, países tradicionalmente reconhecidos pela importância do setor mineral. No Brasil, as bases do termo são fundamentadas pela ISO 26000 - Diretrizes em Responsabilidade Social (SANTIAGO; DEMAJOROVIC, 2016).

Segundo Wilburn e Wilburn (2011), o conceito de Consentimento Livre, Prévio e Informado (*Free, Prior and Informed Consent - FPIC*), desenvolvido pelas Nações Unidas para garantir direitos dos povos indígenas diante da operação de indústrias em seus territórios, é fator relevante para a expansão do uso da LSO. O FPIC:

[...] reconhece os direitos inerentes e anteriores dos povos indígenas às suas terras e recursos e respeita sua autoridade legítima para exigir que terceiros estabeleçam uma relação igual e respeitosa com base no princípio do consentimento informado. Em termos de procedimentos, o consentimento livre, prévio e informado requer processos que permitam e apoiem escolhas significativas dos povos indígenas sobre seu caminho de desenvolvimento (UN SUB-COMMISSION ON THE PROMOTION AND PROTECTION OF HUMAN RIGHTS, 2004, p. 5).

Em síntese, o FPIC garante autodeterminação aos povos indígenas. Ou seja, as comunidades têm o direito de aceitar ou de negar seu consentimento a novas instalações capazes de alterar seu território e seus recursos (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014).

Frente a essa definição do FPIC, a LSO surge paralelamente para auxiliar a gestão socialmente responsável do território, uma vez que ambos os instrumentos garantem aos indivíduos cujo modo de vida pode ser modificado pelo uso de recursos por uma empresa ou indústria, o direito à informação e ao consentimento. Além disso, abre espaço para que o empreendimento atenda expectativas de desenvolvimento sustentável conforme as necessidades das comunidades em que operam (WILBURN; WILBURN, 2011).

No Brasil, a LSO complementa o licenciamento ambiental e pode atuar concomitantemente a este processo. Segundo a Resolução Conama 237, de 19 de dezembro de 1997, o licenciamento ambiental é o:

[..] procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (BRASIL, 1997).

O funcionamento das atividades ou de empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente estão sujeitas a emissão de três licenças, sendo elas: a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). De maneira sintética, a LP trata-se da aprovação da localização do empreendimento e atesta sua viabilidade ambiental, impondo condicionantes a serem atendidos nas próximas etapas; a LI autoriza a instalação do empreendimento mediante ao atendimento das medidas de controle ambiental e demais condicionantes; e a LO permite a operação do empreendimento após o cumprimento dos requisitos estabelecidos nas licenças anteriores (BRASIL, 1997).

Para empreendimentos que causam significativo impacto ambiental, o processo de licenciamento ambiental está condicionado a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que orientam a tomada de decisão sobre a viabilidade ou não da atividade (BRASIL, 1986; DUARTE; DIBO; SÁNCHEZ, 2017).

Em teoria, o licenciamento ambiental e o EIA/Rima encontram possibilidades de mediação de conflitos sociais, especialmente ao assegurarem a participação pública no processo. No entanto, a falta de efetividade nesses espaços de discussão, a lógica do licenciamento ambiental e as condições de regulamentação de atividades potencialmente poluidoras comumente favorecem os interesses privados do empreendedor em nome do progresso econômico (SÁNCHEZ, 2013). Nesse ínterim, a LSO ganha sentido ao propor formas de regulação específicas entre comunidade e corporações, até que se institucionalizem legislações que conduzam a interação entre as partes (SZABLOWSKI, 2007).

Há de se ressaltar que a LSO se estabelece como uma prática informal, diferentemente das licenças ambientais. Trata-se de um pacto de legitimidade e credibilidade, que não exige documentos ou protocolos (GAVIRIA, 2014).

No contexto da LSO, as comunidades locais devem ser consideradas como *stakeholders*. Freeman (1984) define *stakeholder* como indivíduo ou grupo de indivíduos que pode afetar ou ser afetado por uma organização ao almejar seus objetivos. Uma empresa é constituída por um conjunto sistematizado de *stakeholders*, em que cada um tem direitos, objetivos, expectativas e responsabilidades distintas, e fornece algum recurso ou serviço para o empreendimento (FREEMAN; WICKS; PARMAR, 2004).

Nas comunidades locais, Wilburn e Wilburn (2011) afirmam que as unidades familiares, grupos organizados, proprietários, moradores e agricultores representam os principais *stakeholders*. Para além das comunidades locais, clientes, fornecedores, entidades políticas, sociais e governamentais recebem destaque. Vale, ainda, ressaltar que, em algumas situações, os *stakeholders* podem atuar não somente na área afetada, como também em âmbito regional, nacional e internacional, como ONGs, grupos religiosos e grupos de justiça social, que podem reivindicar interesse sobre as ações da corporação. Em resumo, os *stakeholders* principais são definidos como aqueles que têm o direito de posse ou interesse sobre algo tangível à comunidade e que se relaciona ao requerimento da LSO.

Stakeholders com expectativas insatisfeitas podem gerar conflitos e riscos para o funcionamento da empresa, como o bloqueio de recursos e a degradação da imagem da organização. Portanto, o conhecimento dessas expectativas, bem como a ciência dos gestores da importância de uma boa relação com *stakeholders*, podem

gerar estratégias capazes de mitigar ou amenizar possíveis conflitos (AALTONEN; JAAKKO; TUOMAS, 2008).

Para Thomson e Boutilier (2011), o relacionamento com os *stakeholders* funciona como um meio para alcançar aprovação e legitimação da empresa: identificam-se os *stakeholders* e estabelece-se uma relação de colaboração e engajamento com eles para assim obter a LSO. A Figura 1, elaborada por Santiago e Demajorovic (2016), ilustra esse modelo.

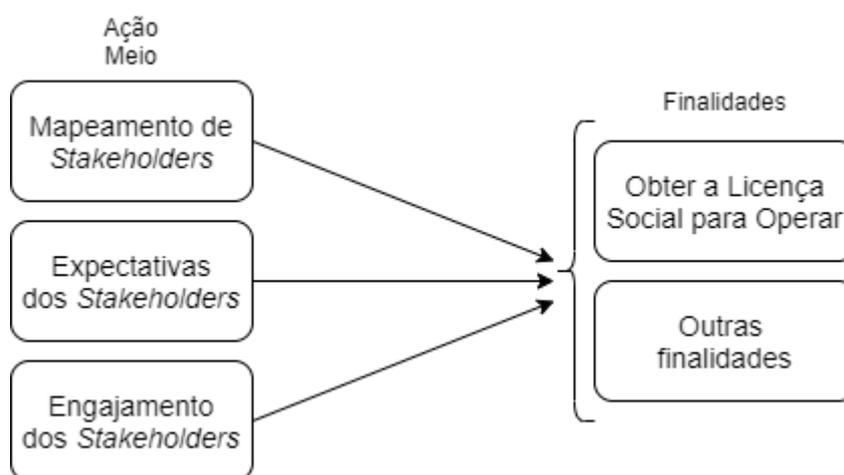


Figura 1 – Relação entre engajamento dos *Stakeholders* e Licença Social para Operar (LSO).

Fonte: Santiago e Demajorovic (2016).

No campo da mineração, berço da LSO, apenas a regulação ambiental se mostra insuficiente para satisfazer as expectativas dos *stakeholders* que são afetados diretamente pela atividade. Diante dessa demanda, a LSO surge para revelar a influência dos atores locais na operação de um empreendimento, conduzindo a gestão empresarial a novas percepções de desenvolvimento e a fundação de acordos com a comunidade para alcançar a legitimação e aprovação da empresa (SANTIAGO; DEMAJOROVIC, 2016). Sem a LSO, a empresa pode ser pressionada pela comunidade a encerrar suas atividades e externalizar uma imagem negativa que repila investimentos privados (FUJIHARA, 2014).

Para Santiago (2016), a obtenção e o sucesso da LSO são condicionados pela integração dessa ferramenta a três ambientes da empresa: o ambiente interno, constituído pelas políticas, estratégias e práticas de gestão, como, por exemplo, medidas de controle de impactos ambientais e sociais; o ambiente externo, que trata de investimentos em aprendizagem social e governança colaborativa, do fortalecimento das instituições e organizações locais para que detenham

conhecimento suficiente para a concessão da LSO e da compreensão das mudanças ocasionadas direta ou indiretamente pelas operações do empreendimento e a visão que a comunidade assume diante dessas alterações; e o ambiente das inter-relações, que é o ambiente do diálogo, que abre espaço para a participação e a construção de bases sólidas de confiança entre as partes a partir da ciência dos impactos positivos e negativos, benefícios e prejuízos, por parte da comunidade, da empresa, das organizações e do governo.

A conquista e a manutenção da LSO também são facilitadas pela adoção de técnicas de responsabilidade social empresarial (RSE). A questão da RSE está atrelada a ideia de que as organizações têm responsabilidade direta sobre o meio que atuam e que possuem condições suficientes para abordar os problemas que afligem a sociedade (TOMEI, 1984). É definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na NBR ISO 26000 como:

[...] responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que:

- Contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive para a saúde e o bem-estar da sociedade;
- Leve em consideração as expectativas das partes interessadas;
- Esteja em conformidade com a legislação aplicável;
- Seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e
- Esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações” (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

Por meio da RSE, as comunidades são engajadas pela oportunidade de maximização dos impactos positivos, como a geração de emprego e desenvolvimento econômico local, e minimização dos impactos negativos, como reassentamento, criminalidade, pobreza, entre outros (BRITO *et al.*, 2017). No âmbito das organizações, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro - aponta que a RSE, adotada por meio das normas ABNT NBR ISO 26000 e NBR16001, pode trazer inúmeros benefícios, dentre eles: estímulo ao processo decisório fundamentado nas expectativas da sociedade e nos riscos de não ser socialmente responsável; aperfeiçoamento das estratégias de gestão da empresa; desenvolvimento de confiança por parte da sociedade e melhoria da reputação da organização; estabelecimento de boas relações com os *stakeholders* e abertura de

novas perspectivas de contato com diferentes partes; e suporte a licença para operar (INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA, 2016).

Vale ressaltar que, apesar da LSO ter surgido na indústria da mineração ao mesmo passo que RSE começou a ser adotada pelas grandes corporações internacionais, estes são termos distintos entre si. Embora haja uma integração substancial entre as expressões, a LSO pode ser conceituada como um instrumento para operacionalizar e cumprir os compromissos estabelecidos pela RSE, incorporando princípios, filosofias e práticas particulares (BONDY; MOON; MATTEN, 2012).

Alguns estudos afirmam que a adoção de práticas de RSE e a aquisição de uma LSO por meio do envolvimento da comunidade com o empreendimento, ouvidoria de suas preocupações e da instauração de procedimentos justos e igualitários, aumentam a probabilidade de aceitação de um projeto (ANDERSON; ZANDVLIET, 2009; MOFFAT; ZHANG, 2014). No entanto, poucos casos empíricos mostram o interesse de empresas nessa relação. Esse contexto revela que a perda da LSO aparenta ser menos preocupante para o negócio do que outras questões estratégicas, como novas aquisições, fusões e reestruturações societárias (BANERJEE, 2010). Para Bowen, Newenham-Kahindi e Herremans (2010), os ganhos indiretos adquiridos com as estratégias de engajamento da comunidade são subalternizados, uma vez que não produzem benefícios financeiros líquidos a curto prazo para a empresa.

Um exemplo pertinente é o caso Samarco, empresa responsável por uma das maiores tragédias sócio-econômico-ambientais do Brasil: o rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana - MG, em 2015. Segundo o Relatório Anual de Sustentabilidade de 2014 da empresa:

Ao longo de toda a história da Samarco, nós nos posicionamos lado a lado com a sociedade, em especial com as comunidades das áreas de influência direta do nosso negócio, e, com diálogo e transparência nas relações, conquistamos a licença social para operar - ativo que ocupa lugar central em nosso Modelo de Sustentabilidade. Buscamos, dia após dia, gerar valor compartilhado, aliando ganhos obtidos com o crescimento da Empresa a benefícios de longo prazo que podemos gerar para os territórios onde atuamos (SAMARCO, 2014, p. 4).

É visível a contradição presente entre o discurso e a postura assumida pela empresa diante da tragédia de Mariana. O descumprimento da legislação com relação à saúde, meio ambiente e segurança e a falta de transparência sobre os riscos das atividades mostram que a LSO foi implementada da forma imparcial ou incompleta

(LOPES; DEMAJOROVIC, 2020), evidenciando que a gestão socioambiental responsável não é uma prioridade para a empresa.

Bice (2014) afirma, a partir de estudos de caso realizados em empresas de mineração australianas, que questões sociais não chegam a ter tanta atenção quanto questões ambientais e econômicas no contexto de desenvolvimento sustentável, uma vez que as primeiras encontram barreiras para sua quantificação e consequente entendimento. Diante disso, a licença social tende a atender apenas evidências “concretas”, o que acaba por excluir do calendário da empresa algumas discussões pertinentes. A autora também aponta que nos relatórios de sustentabilidade constam unicamente os critérios previstos pelo FPIC para o licenciamento social, ficando estes, ainda, aquém da transparência exigida para a compreensão dos aspectos sociais.

Parsons, Lacey e Moffat (2014) assumem que a resistência das comunidades deve ser considerada nos planos de negócios das empresas, uma vez que pode afetar sua rentabilidade, gerar atrasos e afetar a reputação da organização. É importante que a licença social faça parte dos programas estratégicos empresariais de modo a assumir parte fundamental do planejamento e desenvolvimento das atividades produtivas, reduzindo, assim, os riscos associados a resistência da comunidade.

Por outro lado, para Owen e Kemp (2013), ao compreender o engajamento da comunidade como um risco ao negócio e assumir a LSO como ferramenta de controle dessa ameaça, a visão de desenvolvimento a longo prazo proposta pelo instrumento é logo substituída por resultados desastrosos. Diante disso, Monaghan, Sabater e Weiser (2003) afirmam que as empresas não devem medir esforços na obtenção da LSO, utilizando-se, para tal fim, de práticas como: contratação de pessoal especializado e investimentos em programas financeiros comunitários, entre outros. Os autores recomendam que a aplicação desses recursos seja baseada nas críticas direcionadas às atividades do empreendimento e enfatizam que, assim, os riscos são transformados em ativos, relações positivas são estabelecidas com a comunidade e ocorre acumulação de capital social, necessário a manutenção da LSO. Gomes *et al.*, (2006), por sua vez, alegam que alguns projetos propostos pela LSO apenas agregam valor à sociedade e à empresa, mas não dão conta de solucionar os conflitos existentes entre as partes. Para Santiago (2016), em muitas situações são abertos fóruns e discussões para tratar do desenvolvimento local, porém pouco se aprofunda nas questões associadas ao funcionamento e futuro das operações e do empreendimento. Acselrad e Pinto (2009) reiteram:

A acumulação primitiva do capital, processo pelo qual o capitalismo foi gerado, afirmando-se historicamente, baseou-se numa reorganização das relações de produção, na separação dos camponeses de seus meios da produção e em sua constituição como mão-de-obra assalariável nas cidades. A presente metáfora da acumulação do “capital social” sugere a mesma apoiar-se, analogamente, embora no plano das subjetividades coletivas, na separação entre as comunidades locais e sua força crítica. A antecipação e a neutralização desta força por estudos de ‘risco social’ dos atores sociais mobilizados estão constituindo um dos mecanismos de acumulação deste capital - ‘social’ - em benefício das empresas (ACSELRAD; PINTO, 2009, p. 62).

É essencial compreender a LSO para além dos princípios de acumulação de capital social e dos mecanismos de gestão de riscos e conflitos. Em resumo apresentado por Franco, Sampaio e Almeida (2019), essa ferramenta deve atuar como um verdadeiro mecanismo de integração entre as partes envolvidas. O enfoque de atuação das partes deve ser voltado para uma realidade em que a LSO assume uma postura cada vez mais estratégica e deixa de ser reativa ou compensatória, abre espaço para o diálogo com a comunidade e se propõe a fundamentar uma tomada de decisão socialmente responsável por parte da empresa e o atendimento das expectativas das comunidades mais vulneráveis.

3.1 Variedades de Licença Social

Gehman, Lefsrud e Fast (2017) identificam e apresentam três diferentes modelos de LSO, sendo eles: *the pyramid model* (modelo piramidal); *the three stand model* (modelo de três estandes); e *the triangle model* (modelo triangular).

The pyramid model define que o nível da LSO atribuído a um empreendimento é inversamente proporcional aos riscos sociais que a empresa vai enfrentar. Ou seja, quanto mais alto o nível da LSO, menor o risco social, e vice-versa (THOMSON; BOUTILIER, 2011). A aceitabilidade e a aprovação das atividades podem ser alcançadas em muitos níveis, porém deve ser firmemente fundada na aceitação social e no uso sustentável dos recursos (JOYCE; THOMSON, 2000).

A compreensão do *pyramid model* decorre de três componentes normativos apresentados por Thomson e Joyce (2008): legitimidade, que diz respeito à conformidade com normas legais, sociais, culturais, ambientais, sendo essas normas formais ou informais; credibilidade, definida como a capacidade de acreditar nas propostas; e a confiança, que é a preparação para os riscos e perdas provenientes das ações do empreendimento.

Nesse modelo, apresentado na Figura 2, a legitimidade distingue os projetos que foram rejeitados daqueles que foram aceitos pelos *stakeholders*. A credibilidade distingue os projetos que foram aceitos daqueles que foram aprovados pelos *stakeholders* por meio de negociações e acordos sobre as responsabilidades da empresa e das partes envolvidas. Por fim, a confiança distingue os projetos que foram aprovados por aqueles em que os *stakeholders* desenvolvem um sentimento de identificação psicológica através da colaboração e de experiências compartilhadas (THOMSON; BOUTILIER, 2011).

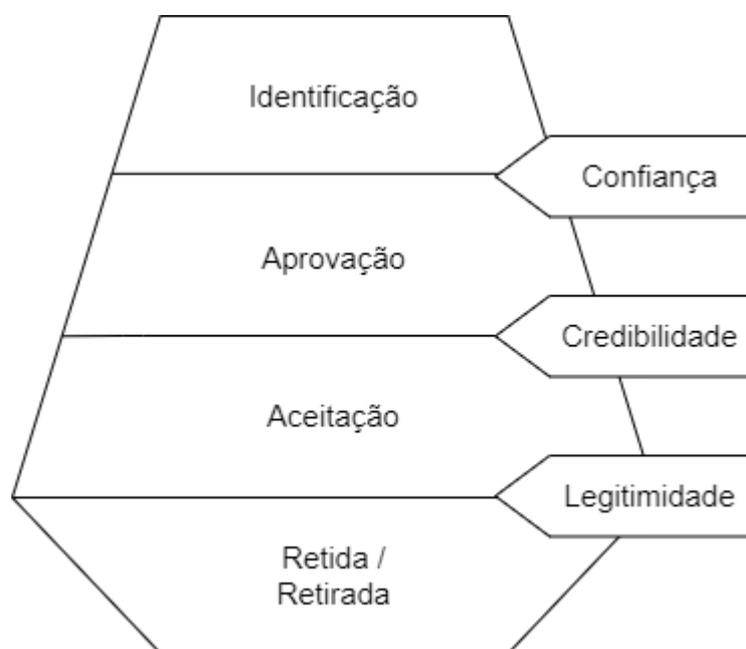


Figura 2 – *The pyramid model*.

Fonte: Adaptado de Thomson e Boutilier, 2011.

A segunda variedade de licença social, denominada *the three stand model*, parte de uma série de questionamentos elaborados por Gunningham, Kaga e Thronton (2003): “Por que a performance ambiental corporativa tem crescido com o passar do tempo? Apesar do crescimento, por que algumas empresas apresentaram performances ambientais melhores que outras? Como, e em que medida, as organizações são motivadas a ir além do cumprimento das normas ambientais existentes?”. A partir dessas questões, a licença social surgiu como resposta para explicar o porquê de algumas empresas apresentarem desempenho ambiental que vai além do exigido pela legislação, enquanto outras permaneceram aquém da conformidade.

De acordo com Morrison (2014), *the three stand model* denota que a licença social é composta por múltiplas vertentes que interagem entre si e geram efeitos, sendo elas: licença social, que trata das demandas de ambientalistas, dos grupos locais e da sociedade em geral; licença legal, que trata de regulações obrigatórias previstas na legislação; e licença econômica, que refere-se a rentabilidade dos gerentes, credores e investidores do empreendimento. Segundo o autor, a licença econômica inclui também fatores políticos, uma vez que ambas as vertentes são dirigidas por considerações comuns.

A Figura 3 ilustra a dinâmica e os componentes de cada vertente no *three stand model*.

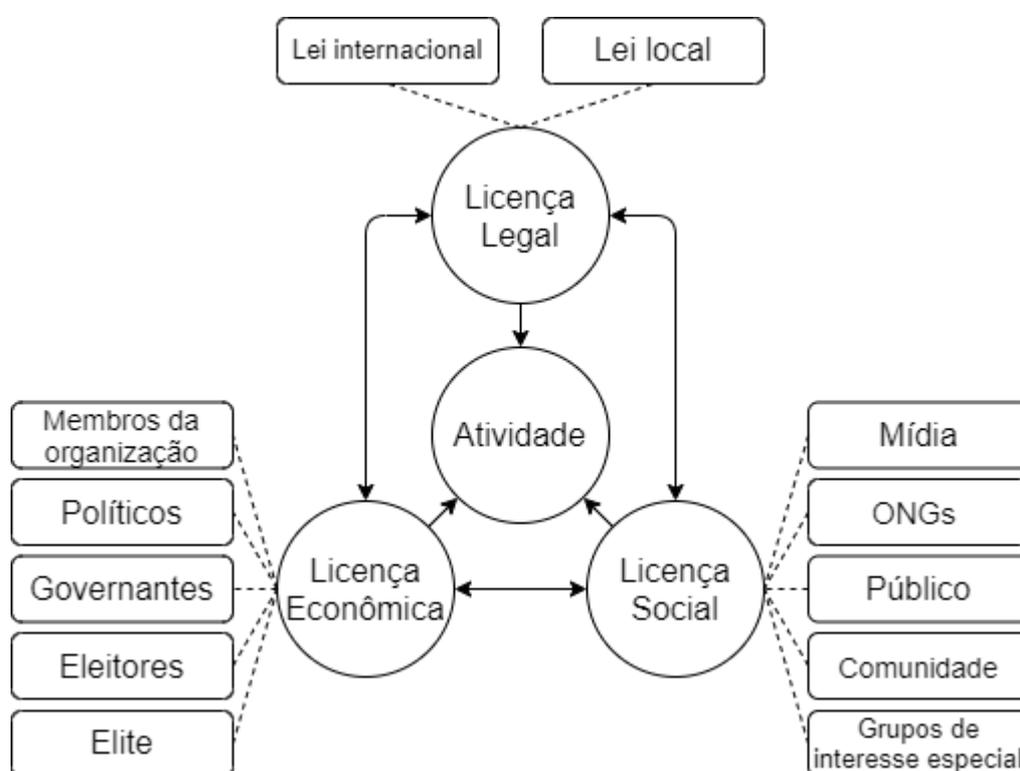


Figura 3 – *The Three Stand Model*.

Fonte: Adaptado de Morrison (2014).

O terceiro modelo, conhecido como *the triangle model* (Figura 4), configura a licença social como produto resultante de um conjunto de processos de aceitação. Tais processos são enquadrados por Wüstenhagen, Wolsink e Bürer (2007) em três dimensões: aceitação sociopolítica, que é o nível mais alto de aceitação de políticas e tecnologias pelo público e pelas principais partes interessadas; aceitação comunitária, que diz respeito às decisões associadas a localização de projetos, mais especificamente tomadas por parte dos residentes e autoridades locais. Essa

dimensão está sujeita a variações ao longo do tempo e aceitação do mercado quanto à receptividade de sistemas inovadores. Os autores acreditam que esse modelo está associado ao desenvolvimento de tecnologias ambientalmente amigáveis, cuja eficiência não foi comprovada. Nessa situação, a licença social pode abrir caminhos e incentivos para superar a dependência dos sistemas convencionais de geração de energia.

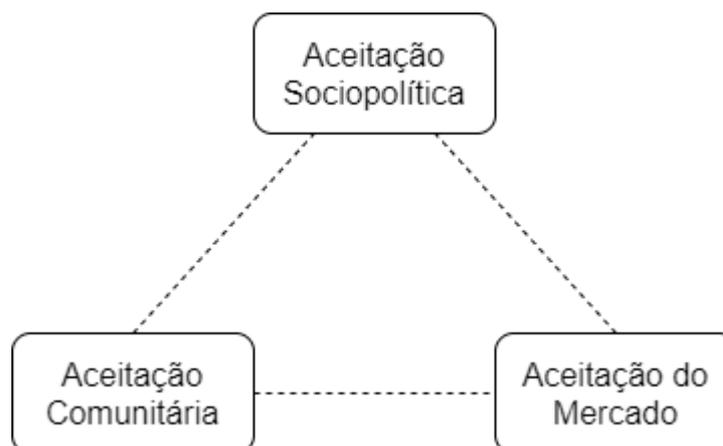


Figura 4 – *The triangle model*.

Fonte: Adaptado de Wüstenhagen, Maarten e Bürer (2007).

Nota-se, a partir do explicitado, que embora as definições apresentem origens diferentes, todas elas são fundadas no princípio da legitimidade (GEHMAN; LEFSRUD; FAST, 2017). Porém, as amarras conceituais do termo “legitimidade” ainda são bastante frágeis, tornando sua compreensão difusa e fragmentada (BARAKAT *et al.*, 2016; SUCHMAN, 1995). Por um lado, ela é vista como uma construção social, pautada por princípios éticos e, por outro, é enfatizada sob a perspectiva do seu papel instrumental, como ferramenta das organizações (SCOTT, 2014). Embora as discussões conceituais em torno do termo legitimidade sejam oportunas, não é pertinente a este estudo realizar uma análise etimológica do termo ou responder a pergunta “O que é legitimidade?”. Compenetra-se aqui, com base em um estudo de caso, verificar visões e, até mesmo, incitar novas dúvidas a partir dos questionamentos: “Legitimidade para quê?” e “Legitimidade para quem?”.

3.2 Emergência, expansão e contradições da Licença Social para Operar

A extração de bens minerais em função da melhoria dos modos de vida da humanidade é datada desde a pré-história e contribuiu para a formação da sociedade tecnológica atual (KUHN; PEREIRA; MOREIRA, 2016), uma vez que fornece matéria-

prima para, basicamente, toda a cadeia da indústria da transformação e estabelece relações com a metalurgia, a construção civil e a produção de eletrônicos (AUR; FADEL, 2000).

Apesar da notória importância da indústria da mineração para o desenvolvimento econômico de um país (SARAIVA *et al.*, 2018), é necessário ressaltar a existência de prejuízos ambientais e sociais causados pela exploração mineral. Embora a indústria resuma os danos às mudanças na paisagem restritas ao espaço delimitado da mina, há de se considerar que os impactos provocados são ecologicamente complexos, espacialmente amplos e temporalmente permanentes (MILANEZ, 2017).

Os impactos gerados pela atividade mineradora e a competição da indústria pelo uso e exploração de recursos naturais resultam em conflitos socioambientais, intensificados pela ausência de políticas públicas que reconheçam os diversos interesses das partes envolvidas (PONTES; FARIAS; LIMA, 2013). Em síntese, as populações locais, ao exigirem seus direitos e reclamarem poder sobre o território, são submetidas a fricções com o modelo de expansão das indústrias. Nesses casos, as abordagens convencionais baseadas no cumprimento da legislação se mostram insuficientes para legitimar a ação da empresa (OWEN; KEMP, 2013). Portanto, a aprovação da comunidade pode ser um fator positivo e importante para o funcionamento do empreendimento (GAVIRIA, 2014). Frente a esse cenário, a LSO se apresenta como necessidade da indústria extrativista para compreender o contexto socioambiental em que se insere e, assim, alcançar sua aceitabilidade (SANTIAGO; DEMAJOROVIC, 2016).

Por ser viável em atividades em que os potenciais impactos socioambientais são relevantes, o uso do termo “licença social” se propagou para fora do campo da mineração a tal ponto que o qualificador “para operar” caiu em desuso (BOUTILIER, 2017). Áreas temáticas como engenharia civil, elétrica e de florestas têm adotado o conceito, uma vez que as questões relacionadas ao cumprimento de demandas sociais têm se aproximado dos habituais desafios de gestão e tecnologia (PRNO; SLOCOMBE, 2012). Em adição, Morrison (2014) indica a necessidade de uma licença social para todos os tipos de empreendimentos, incluindo organizações governamentais e não-governamentais.

Ainda que o tema seja debatido em maior amplitude na indústria mineradora, a literatura traz casos em que a LSO é adotada em outros setores. Ferreira e Araújo

(2017) verificaram, a partir de revisão sistemática, discursos de indústrias petrolíferas marcados por preocupação quanto à dependência criada pela comunidade em relação ao empreendimento, mitigação de impactos, desenvolvimento de negócios locais, aumento do número de vagas de emprego, diálogo e busca pela sustentabilidade cultural, ambiental, social e espacial. No entanto, esse discurso, muitas vezes, não se traduz em ações concretas, exigindo a inserção do debate no plano estratégico na empresa.

Para a aquicultura, Mather e Fanning (2019) exigem adaptações ao modelo de LSO, uma vez que esse setor possui dinâmica específica. Primeiramente com relação aos *stakeholders*, que no caso da aquicultura podem ser mais complexos e mais extensos em quantidade do que aqueles presentes no setor da mineração, apontando um caminho diferente para o modo como essa indústria e as comunidades negociam a licença social. Em segundo lugar, considera-se o tempo. No setor da aquicultura, o termo LSO surgiu em um período de complexidade política. Esse contexto, marcado por protestos legais, parecem influenciar e, em alguns casos, interromper a criação de salmão. Em contraponto, a indústria se compromete com a sustentabilidade e segurança alimentar. Ainda que seja uma questão urgente, a LSO no setor da aquicultura não se mostra como uma resposta fácil para as relações entre a indústria e a comunidade, já que a forma como é concebida e praticada não representa seu potencial total para estabelecer base para relações produtivas entre empresas, recursos e uma rede de *stakeholders*.

No caso de empresas de base florestal, Gomes *et al.* (2006) sugerem mudanças nos procedimentos de identificação e definição de projetos de envolvimento e engajamento com a comunidade. Os autores propõem que as empresas adotem objetivos, prioridades e formas de atuação aliados às suas estratégias de geração de valor e de sustentabilidade empresarial. Devem se atentar, ainda, aos procedimentos de avaliação de metas e de resultados, definindo critérios e indicadores adequados. Assim, o processo se torna responsável por melhorias diretas sobre as comunidades e sobre a gestão estratégica empresarial.

Entre as menções à LSO em empreendimentos hidrelétricos, uma delas ocorre em Jijelava e Vanclay (2018), em que os autores afirmam que os projetos de barragens devem ser orientados pelos princípios de legitimidade, credibilidade e confiança. Segundo eles, as equipes do empreendimento devem aplicar esses princípios em cada fase do projeto e em todas as atividades que envolvem ou atingem

a comunidade. O engajamento e a comunicação são imprescindíveis, especialmente porque a aquisição da LSO geralmente leva muitos anos em projetos desta tipologia. Sem o apoio local, os avanços enfrentarão obstáculos, como maiores dificuldades de desenvolvimento de novos projetos futuramente, aumento dos custos, prejuízos a reputação empresarial e criação de danos.

Há, porém, um perigo na expansão do termo LSO para os setores externos à mineração. Segundo Boutilier (2014), é necessário cuidado, uma vez que a difusão do termo pode implicar na obstrução do valor associado à LSO como ferramenta para promover a colaboração, tornando-o vazio e obscurecido.

Além disso, o conceito de uma licença informal encontra dificuldades em países que operam sob princípios de direitos civis. É o caso de algumas regiões da América Latina, por exemplo, em que apenas uma autoridade pode conceder uma licença formal. Nessas situações, as comunidades e sociedade civil anseiam por um relacionamento dinâmico e contínuo entre a empresa e seus *stakeholders*, caracterizando a licença social, porém, logo são barradas por autoridades e órgãos que veem a licença somente em termos de uma permissão formal, vinculada a tarefas e eventos específicos. Esse modelo atribui papel central ao agente regulador na concessão da licença, removendo o protagonismo das comunidades atingidas (THOMSON; BOUTILIER, 2011).

Mesmo na indústria minerária, Owen (2016) sugere que a LSO ainda é muito frágil. Para o autor, a proposta de licença descrita pela literatura está distante da realidade praticada pela mineração, logo, não altera fundamentalmente as abordagens de desenvolvimento, de exploração de recursos naturais e as relações empresa-comunidade. Ainda ressalta que as licenças sociais adquiridas pela indústria não parecem convincentes, a menos que as empresas estejam ameaçadas de desligamento ou de suspensão de acesso aos recursos naturais. Em outras palavras, a licença social assume uma posição marginal nas relações entre indústria e comunidade.

Outros autores, como Parsons, Lacey e Moffat (2014), constroem suas críticas sobre o oportunismo das empresas na aquisição da LSO. Para eles, a licença social toma caráter problemático ao se tornar um instrumento utilizado pelas empresas para ultrapassar os obstáculos impostos à sua instalação e expansão. Nessa linha de argumentação, a licença social trata-se de uma maneira de se alcançar e garantir acesso aos recursos frente às exigências da oposição, o que contradiz com sua

proposta fundamental de estabelecimento de relações fortes entre as partes. Assim, as comunidades deixam de ser agentes capazes de dialogar sobre anseios, expectativas e impactos, para se tornarem exclusivamente receptoras de informações.

A assimetria de poder existente entre as partes também é fator de crítica sobre a LSO. Moffat *et al.* (2015) alertam para a dificuldade em manter um diálogo justo e aberto em um contexto em que as relações de poder entre comunidade e empreendimento são muito desiguais. Comunidades onde o nível de desemprego é elevado e o investimento local é restrito não se encontram em condições de equidade com a empresa para negociar a exploração de recursos. Nesses contextos, a licença social pode ser utilizada como mecanismo para convencer e mudar o ponto-de-vista da população acerca do que ela entende por desenvolvimento.

Diante das críticas e paradoxos, Slack (2008) sugere a necessidade de se reinventar o conceito de LSO, desfazendo uma imagem abstrata, vagamente definida, para criar uma forma efetiva de garantir um relacionamento produtivo e igualitário entre empresas e comunidades. Para isso, é necessário encaminhar a ideia de consentimento a um sentido que exija das empresas o tratamento das comunidades como parceiras e não como obstáculos ao desenvolvimento. Isso permitirá que as empresas e indústrias se envolvam de maneira integral com a comunidade, fornecendo acesso às informações, aceitando críticas e disponibilizando tempo suficiente para avaliar as necessidades e interesses locais antes de tomar decisões.

Apesar das contradições, a LSO, como conceito e prática, vem ganhando forças, especialmente ao reformular estruturas regulatórias entre empresas e comunidades (MERCER-MAPSTONE *et al.*, 2017). No Brasil, com a atual agenda de desmonte do aparato socioambiental e flexibilização de normas de proteção à natureza e comunidades tradicionais, o espaço de legitimidade proporcionado pela LSO assume relevância ainda maior, se mostrando um caminho viável para que, por meio do protagonismo popular, retrocessos sejam evitados (PEREIRA, 2019). Mesmo que seja alvo de críticas, a expansão da LSO possui grande importância para além da indústria minerária, uma vez que preenche as lacunas presentes nas legislações e na governança praticada pelas indústrias (ZHANG *et al.*, 2015).

4 PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS

Conforme o Balanço Energético Nacional, a geração de energia elétrica no Brasil em centrais de serviço público e autoprodutores atingiu, em 2018, 601,4 TWh. Desse total, 66,6% é proveniente de fontes hídricas, resultante da produção em usinas hidrelétricas (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2019). Embora essa seja considerada uma forma renovável de produção de energia, uma vez que não há queima combustíveis fósseis em suas operações, as hidrelétricas exigem a construção de barragens e inundação de áreas que, muitas vezes, acarretam impactos socioambientais ao território ocupado (PERIUS; CARREGARO, 2012). Esses podem ser considerados fatores limitantes ao desenvolvimento de projetos de grandes usinas hidrelétricas, incitando a adoção de novas perspectivas para reduzir a sobrecarga energética brasileira e as disparidades na distribuição de energia entre as regiões do país (FÁVERO *et al.*, 2019). Dentre as alternativas desenvolvidas, além das usinas eólicas e solares, recebem destaque as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), instaladas em cursos d'água de pequeno e médio porte e, quando comparadas às grandes usinas, se mostram como uma opção de baixo custo e impactos ecológicos reduzidos (PERIUS; CARREGARO, 2012).

As PCHs são plantas de geração de energia com menor capacidade instalada em megawatts (MW), porém, não há um consenso mundial sobre a capacidade máxima instalada neste tipo de empreendimento (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2012). No Brasil, segundo a Eletrobras (2000), até 2015, uma Usina Hidrelétrica era considerada uma PCH quando:

- [...] - a potência instalada total estivesse compreendida entre 1,0 MW e 10 MW;
- a capacidade do conjunto turbina-gerador estivesse compreendida entre 1,0 MW e 5,0 MW;
- não fossem necessárias obras em túneis (conduto adutor, conduto forçado, desvio de rio, etc.);
- a altura máxima das estruturas de barramento do rio (barragens, diques, vertedouro, tomada d'água, etc.) não ultrapassasse 10m;
- a vazão de dimensionamento da tomada d'água fosse igual ou inferior a 20m³/s (ELETROBRAS, 2000, p. 17).

Em decorrência de mudanças institucionais e da legislação, o Art. 2º da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) modificou as limitações anteriores e passou a definir empreendimentos com características de PCH como:

[...] I - potência instalada superior a 5.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW; e

II - área de reservatório de até 13 km² (treze quilômetros quadrados), excluindo a calha do leito regular do rio (ANEEL, 2020).

Segundo a Eletrobras (2000), as PCHs são classificadas quanto à capacidade de regularização do reservatório, quanto ao sistema de adução, quanto à potência instalada e quanto à queda de projeto.

Os tipos de PCH quanto à capacidade de regularização do reservatório são: a Fio d'Água, que utiliza reservatório com acumulação suficiente para prover regularização semanal ou diária ou que utilize diretamente a vazão afluente do aproveitamento (ANEEL, 2011); de acumulação com regularização diária do reservatório, em que o reservatório fornece água necessária para a vazão regularizada, uma vez que as vazões de estiagem do rio são inferiores às necessárias para atender a demanda máxima; e de acumulação com regularização mensal do reservatório, que considera as vazões mensais e analisa as vazões de estiagem média para o seu dimensionamento energético (ELETROBRAS, 2000).

Quanto ao sistema de Adução, as PCHs podem ser do tipo adução em baixa pressão com escoamento livre em canal / alta pressão em conduto forçado ou adução em baixa pressão por meio de tubulação / alta pressão em conduto forçado. A definição do tipo é dependente das condições topográficas e geológicas do local, bem como avaliação econômica comparativa (ELETROBRAS, 2000).

A classificação quanto à potência instalada e quanto à queda de projeto está indicada no Quadro 1. Os dois parâmetros devem ser considerados em conjunto, uma vez que isoladamente não permitem classificação adequada (ELETROBRAS, 2000).

Quadro 1 – Classificação das PCHs quanto à potência e quanto à queda de projeto.

CLASSIFICAÇÃO DAS CENTRAIS	POTÊNCIA – P (kW)	QUEDA DE PROJETO – H_d (m)		
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
MICRO	$P < 100$	$H_d < 15$	$15 < H_d < 50$	$H_d > 50$
MINI	$100 < P < 1.000$	$H_d < 20$	$20 < H_d < 100$	$H_d > 100$
PEQUENAS	$1.000 < P < 30.000$	$H_d < 20$	$25 < H_d < 130$	$H_d > 130$

Fonte: Eletrobras (2000).

Assim como outras formas alternativas de geração de energia, as PCHs contribuem para a diversificação da matriz energética brasileira e solucionam problemas locais de demanda de energia, uma vez que se configuram em plantas de geração distribuída (LOPES, 2015). No Brasil, em vista de sua ampla disponibilidade de recursos hídricos, as PCHs apresentam inúmeras vantagens, dentre elas: criação de um mercado de energia com preços competitivos em vista da tecnologia nacional de implementação do empreendimento; redução nas tarifas de energia dos consumidores; possibilidade de aproveitamento do grande potencial hidroenergético do país, uma vez que as menores dimensões permitem sua instalação em cursos d'água pequenos e médios e em locais isolados; e abertura de espaço para o uso múltiplo das águas na irrigação, piscicultura, lazer e abastecimento municipal (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PCHS E CGHS, [s. d.]; CASTRO *et al.*, 2009).

Apesar da menor capacidade instalada e das vantagens supracitadas, uma PCH ainda exige a construção de uma barragem, seja para a criação de um reservatório que disponibilize vazão suficiente para seu pleno funcionamento ou para o direcionamento de um curso d'água (ELETROBRAS, 2000). Borges e Meira (2017) afirmam que os processos de construção de empreendimentos hidrelétricos acarretam impactos socioambientais negativos, tanto nas grandes centrais hidrelétricas quanto naquelas de pequeno porte. Entretanto, é notável que os impactos nas PCHs são em escala menor, o que não significa que são menos importantes ou que são dispensados de monitoramento e de estudos adequados.

O estudo realizado por Latini e Pedlowski (2016) sintetiza, a partir de revisão bibliográfica, os impactos negativos de PCHs sobre as características dos rios e das comunidades de fauna e flora existentes. Apesar de não poderem ser reproduzidos rigorosamente no Brasil, os resultados comprovam a existência de impactos ambientais negativos de PCHs, ainda que seu modelo esteja associado ao desenvolvimento sustentável e seu porte seja reduzido. Os impactos levantados pelos autores estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Alterações/Impactos ambientais negativos causados por PCHs.

Impactos	Referências
Alteração das características físicas do rio, como velocidade do fluxo, profundidade do canal e largura do canal, e alterações da disponibilidade de refúgios para a fauna.	Fu et al. (2008); Zhou et al. (2009); Wu et al. (2009, 2012); Benejan et al. (2014).
<i>Ictiofauna</i> : redução da densidade populacional, redução da biomassa populacional, redução da abundância populacional, alteração da abundância relativa, alteração de ordens dominantes, desaparecimento de espécies raras, alteração da estrutura etária, redução de peso e comprimento dos indivíduos.	Almodóvar, Nicola, 1999; Hirschmann et al., 2008; Benejan et al., 2014.
<i>Macroinvertebrados</i> : redução da diversidade, alteração na composição de espécies, alteração na dominância de grupos funcionais e alteração na densidade em diferentes pontos do rio.	Cortes et al., 1998; Fu et al., 2008.
<i>Zooplâncton</i> : alteração na densidade e na riqueza de espécies em diferentes pontos do rio.	Zhou et al., 2009.
<i>Algas</i> : alteração na riqueza de espécies à montante e à jusante, redução da diversidade, alteração da composição de espécies, redução da porcentagem de indivíduos eretos.	Wu et al., 2009; 2010.
Menor Índice de Integridade Biológica em locais sob influência de PCHs	Wu et al., 2012.

Fonte: Latini e Pedlowski (2016).

Além dos impactos ambientais, a instalação de PCHs ocasiona impactos de cunho socioeconômico, sendo estes avaliados entre positivos e negativos. Os impactos positivos materializam-se, principalmente, sob a forma de oferta de emprego e aumento nas demandas de bens e serviços. Entretanto, ressalta-se que tais benefícios são temporalmente variáveis, sendo mais evidentes na fase de implementação e construção do empreendimento e diminuindo rigorosamente na fase de operação (LATINI; PEDLOWSKI, 2016; MAGALHÃES JÚNIOR *et al.*, 2016).

Em análise realizada por Tiago Filho *et al.* (2008) a respeito dos empregos diretos e indiretos gerados por 59 PCHs integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, foi verificado que, durante a fase

de construção, cerca de 45 mil postos de trabalho foram criados, o que compreende aproximadamente 763 empregados para cada unidade. No entanto, os autores relatam que o funcionamento de uma PCH, em fase de operação, exige mão-de-obra de cerca de 32 trabalhadores, ratificando a temporariedade da geração de emprego e a durabilidade restrita de tal benefício socioeconômico nessa tipologia de empreendimento.

Além dos impactos socioeconômicos sobre a geração de emprego, a instalação de uma PCH demanda ações de melhoria do sistema viário local, que podem beneficiar o acesso às comunidades instaladas no entorno do empreendimento; durante a fase da construção é previsto o pagamento de impostos e taxas às prefeituras, que devem ser revertidos às populações locais; e, quando já em operação, uma PCH pode atrair pessoas interessadas em áreas de lazer e recreação, movimentando os setores de turismo e de serviços locais (RDR CONSULTORES ASSOCIADOS; EPP ENERGIA, 2016).

Com relação aos impactos socioeconômicos negativos, as PCHs causam repercussões semelhantes às características de grandes usinas hidrelétricas, porém, em menor escala. Dentre eles, citam-se: aumento da pressão sobre a infraestrutura existente na região de implantação, intensificação dos casos de doenças de veiculação hídrica, aumento das chances de contaminação do lençol freático, redução das áreas destinadas à agricultura e pecuária, interferências nas atividades de pesca e interferências no cotidiano e nos modos de vida da população (MAGALHÃES JÚNIOR *et al.*, 2016).

Ainda que sejam em menor escala, algumas PCHs exigem a realocação de famílias. Tomando como exemplo a PCH Balsa da Cachoeira, localizada em Paraguaçu - MG, o reservatório de 280 hectares previu a realocação involuntária de 22 famílias (MINAS PCH; NICATEC ROGE CONSULTORIA AMBIENTAL, 2019). Vanclay (2017) destaca, ainda, que podem surgir prejuízos socioeconômicos associados à realocação de famílias, dentre eles: consequentes impactos e possíveis perdas no modo de produção de subsistência; perturbações na vida dos indivíduos, como ansiedade, incômodo e aborrecimento; reassentamento inadequados ou injustos; impactos culturais e de saúde; criação de propriedades subvalorizadas; surgimento de comportamentos oportunistas e especulativos; distribuição desigual dos benefícios; aumento das tensões sociais; perda do direito de posse sobre a terra; estresse multidimensional; empobrecimento dos indivíduos afetados, em vista das

mudanças drásticas que experimentaram e falta de conhecimento técnico para outras atividades; e questões associadas a alienação de direitos humanos.

Sob a égide da declaração de utilidade pública (BRASIL, 1941), a desapropriação, muitas vezes, gera atrito entre o empreendimento e as populações instaladas no local e modifica a política, cultura, relações, tradições e modos de vida das comunidades afetadas, de forma ainda mais acentuada quando estas são caracterizadas como tradicionais ou se encontram em situação de vulnerabilidade (PRADO, 2013; SEVÁ FILHO; NOBREGA; GARZON, 2011). Um exemplo emblemático é apresentado por Muniz (2020), que realizou um estudo de caso sobre a PCH Santa Mônica: um projeto sobre o Rio das Almas - GO, que atinge a comunidade quilombola Kalunga e reivindica a desapropriação da área. A fricção se estabelece diante das distintas visões de desenvolvimento de cada uma das partes: enquanto a empresa defende um modelo de desenvolvimento econômico pautado pelo progresso e pelo interesse público do empreendimento, a concepção da comunidade está muito atrelada aos direitos sociais relacionados à luta e ao direito sobre terra.

Sobre a LSO em empreendimentos hidrelétricos, Jijelava e Vanclay (2018) utilizam o modelo proposto por Thomson e Boutilier (2011) (Figura 2, já apresentada) e mencionam indicações do que deve ser feito para que projetos desta tipologia sejam aceitos pela comunidade. Quanto a legitimidade do projeto, os autores propõem três reflexões fundamentais: primeiramente, é necessário verificar se seus propositores e defensores do projeto (incluindo o governo) apresentaram um aparato social adequado; demonstraram se é realmente necessário construir uma usina hidrelétrica; apresentaram dados comprovando que os benefícios gerados superam os custos a nível local, regional ou nacional; e se há esclarecimento sobre a conformidade do projeto com o modelo de desenvolvimento energético para a região e com as expectativas de futuro. Em segundo lugar, é preciso verificar se alternativas foram consideradas (seria melhor construir em outro local?; outra fonte de energia seria mais adequada para a região?). E por último, considerar se as pessoas envolvidas foram realmente informadas e engajadas sobre o projeto.

A credibilidade de um projeto hidrelétrico envolve a visão da comunidade sobre os conceitos de justiça, transparência e conhecimento do contexto local apresentados pela companhia responsável. Jijelava e Vanclay (2018) e Vanclay *et al.* (2015) observaram que mecanismos utilizados pela empresa para alcançar sua credibilidade

se concentraram na etapa de aquisição das terras e reassentamento das famílias atingidas, enquanto a literatura e as boas práticas recomendam que esse processo ocorra desde o início do projeto.

A confiança se estabelece por meio de uma relação de longo período e engajamento dos mais diversos atores envolvidos com o projeto. Um projeto nunca será circundado por um coletivo homogêneo de pessoas, portanto investir tempo e recursos na identificação dos diferentes grupos e interagir com cada um deles da maneira mais adequada a sua realidade são requisitos fundamentais para o alcance da legitimidade (DARE; SCHIRMER; VANCLAY, 2014; JIJELAVA; VANCLAY, 2014, 2018; VANCLAY, 2012).

Por fim, para empreendimentos que envolvem a construção de barragens e reassentamento populacional, como é o caso da PCH utilizada como este objeto de estudo, Jijelava e Vanclay (2018) apontam a importância de que o projeto seja orientado pelos elementos que sustentam a estrutura da LSO: legitimidade, credibilidade e confiança.

Com vistas à resolução de conflitos e mitigação dos impactos socioeconômicos resultantes de implantação de um empreendimento que exige o represamento de recursos hídricos, existem legislações que buscam proteger os indivíduos vulneráveis e garantir assistência social aos atingidos. É o caso da Lei Estadual nº 12.812, de 28 de janeiro de 1998, e Lei Estadual nº 15.012, de 15 de janeiro de 2004, que regulamentam o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1998; 2004; 2020).

Art. 194 - As ações estaduais, na área de assistência social serão implementadas com recursos do orçamento do Estado e de outras fontes, observadas as seguintes diretrizes:
[...] Parágrafo único - O Estado promoverá plano de assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios (MINAS GERAIS, 2020, p. 152).

O Projeto de Lei nº 2788, de 2019, em tramitação no Senado Federal, também procura garantir direitos das populações atingidas por barragens, ao instituir a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), prever o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDAB) e estabelecer regras de responsabilidade social do empreendedor (BRASIL, 2019). Mas, cabe destacar, que ainda é um projeto e não uma lei implementada.

O conteúdo publicado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (2013), instituído como projeto de lei acima relatado, apresenta com cautela as responsabilidades do empreendedor frente aos custos de reparação às populações atingidas, instrui a execução de planos, programas e ações públicas voltados para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, além de sugerir políticas a serem discutidas anterior e posteriormente à instalação dos empreendimentos.

Ainda que nos textos das legislações e projeto de lei citados não esteja presente o termo “Licença Social para Operar”, estes são fortes indícios para sua institucionalização como política pública em território nacional, uma vez que, a LSO, assim como a luta dos povos tradicionais e das populações atingidas por barragens, tem o potencial de garantir não só conquistas, como também direitos. O reconhecimento dessa licença, bem como sua efetivação enquanto lei, pode se tornar um parâmetro de amparo e participação das populações atingidas e que pode ser adotado por qualquer empreendimento ou empresa socialmente responsável, especialmente em países orientados por princípios dos direitos civis.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Para este trabalho sobre Licença Social para Operar em uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) foi adotado como delineamento da pesquisa o estudo de caso aliado à abordagem quali-quantitativa de análise descritiva e exploratória.

5.1 Justificativa do método utilizado

Compreender como se estabelecem as relações entre o empreendimento e as comunidades locais exige um estudo profundo e exaustivo dos objetos. Para Gil (2010), a melhor maneira de se alcançar o conhecimento amplo e detalhado nessas situações é por meio de um estudo de caso, visto que outros delineamentos de pesquisa são praticamente incapazes de concluir essa tarefa de maneira satisfatória.

Na visão de Goode e Hatt (1979), o estudo de caso se trata de uma forma de estruturar dados, preservando a singularidade e a natureza do objeto de estudo. Este delineamento possibilita uma investigação, em profundidade, do desenvolvimento, das características, das relações e de outros aspectos construtivos de uma unidade social. Dada sua flexibilidade, o estudo de caso permite a expansão da investigação, tanto no planejamento das tarefas quanto nos procedimentos.

Yin (2005) afirma que o estudo de caso se mostra como uma estratégia oportuna nas pesquisas em que se colocam questões do tipo “por quê?” e “como?”. Ainda, o autor alega ser um delineamento apropriado para situações em que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos em estudo e quando o foco está em torno de fenômenos contemporâneos estabelecidos dentro de um contexto da vida real.

Em Ludke e André (1986), o estudo de caso se ocupa da exploração de uma realidade em um cenário particular bem delimitado, podendo este ser simples e específico ou complexo e abstrato. Esse delineamento de pesquisa permite um planejamento aberto e flexível, uma vez que a conjuntura estabelecida e os fatores externos contribuem para a apreensão e interpretação da problemática em questão. Ressalta-se, ainda, a necessidade da riqueza de dados descritivos que abordam o objeto de maneira contextualizada.

Em resumo, as posições a respeito do estudo de caso apresentadas pelos autores consolidam esse delineamento de pesquisa como uma modalidade que seleciona um ou poucos objetos de estudo a partir do interesse do pesquisador em

um caso particular. Ademais, prevê uma busca detalhada de informações para o cumprimento da investigação de uma situação específica, bem delimitada e contextualizada em tempo e espaço (VENTURA, 2007).

Embora o estudo de caso seja amplamente aplicado por pesquisadores sociais, cabe ressaltar que existem preconceitos tradicionais em relação a essa estratégia de pesquisa. Yin (2005) pressupõe que a maior preocupação associada ao estudo de caso esteja na falta de rigor metodológico. A ausência de procedimentos sistemáticos rígidos abre espaço para que o pesquisador aceite impressões equivocadas ou visões tendenciosas sobre o objeto, atribuindo vieses a pesquisa e prejudicando a qualidade dos resultados. Para superar esse quadro, Gil (2010) propõe ao pesquisador do estudo de caso que trabalhe com afinco, redobrando cuidados tanto no planejamento quanto na coleta e análise de dados, e apresente as evidências de forma justa e transparente.

Outro ponto delicado dos estudos de caso está presente na dificuldade de generalização científica. Por se tratar de uma situação específica, esse delineamento de pesquisa fornece pouca base para que seja replicado. Em defesa da aplicabilidade do estudo de caso, Yin (2005) argumenta que o pesquisador não busca casos significativos de uma população para a qual tem o intuito de generalizar os resultados, mas que ele pretende apresentar proposições teóricas que possam ser replicadas a partir dos resultados obtidos em um estudo particular. Stake (2000), por sua vez, alega que a generalização não deve ser uma condição imposta a todos os estudos de caso, uma vez que ela pode desviar a atenção do pesquisador de fatos e de informações importantes para a compreensão do caso em si. Em síntese, Alves-Mazzotti (2006) declara que a forma de generalização utilizada na pesquisa deve seguir um modelo articulado às preferências de cada pesquisador, cuja decisão deve ser bem aceita e respeitada.

Yin (2005) finaliza a lista de preconceitos contra o estudo de caso com o tempo demandado pela pesquisa e a geração de resultados inconsistentes. Esta é uma crítica conveniente tendo em vista a maneira como foram conduzidos os estudos de caso no passado, mas não significa necessariamente que estudos atuais e futuros tenham o mesmo desfecho. A experiência acumulada pela comunidade científica nas últimas décadas comprova que estudos de caso podem ser realizados em períodos mais curtos e com resultados satisfatórios. Como reiterado por Gil (2010), cabe ao pesquisador um bom planejamento de seu projeto, especialmente quanto às

metodologias de coleta e de análise de dados, de modo a evitar, no decorrer de sua pesquisa, um conglomerado de informações de difícil aplicação e interpretação.

Pelas limitações expostas, ao usar o estudo de caso na presente pesquisa, tomou-se o cuidado de empregar um rigor metodológico e apresentar os resultados encontrados no âmbito do caso analisado, sem apresentar generalizações para demais situações.

Ainda, o estudo de caso pode ser utilizado em pesquisas com os mais diversos propósitos, tais como os apresentados por Yin (2005):

Há, no mínimo, cinco aplicações diferentes. A mais importante é *explicar* os supostos vínculos da vida real que são complexos demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos. [...] Uma segunda aplicação é *descrever* uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem *ilustrar* certos tópicos dentro de uma avaliação, outra vez de um modo descritivo. A quarta aplicação é que a estratégia pode ser utilizada para *explorar* aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados. Em quinto lugar, o estudo de caso pode ser uma “*meta-avaliação*” - o estudo de um estudo de avaliação. (YIN, 2005, p. 34–35).

Uma vez que se trata de um tema recente nas pesquisas científicas (SANTIAGO, 2016), este estudo de caso sobre a LSO em uma PCH é caracterizado por gerar conhecimento a respeito das relações entre as variáveis existentes no processo de implementação da licença; expor uma visão geral acerca do caso, a partir de opiniões, atitudes e crenças da comunidade; e gerar uma base de informações capaz de inspirar pesquisas futuras. Diante dessas particularidades, o trabalho assume um caráter exploratório e descritivo.

Para Selltiz *et al.* (1975), os estudos de caráter exploratório buscam gerar conceitos e informações a respeito de um determinado objeto, instituindo, assim, maior familiaridade do pesquisador com o fenômeno. Para Gil (2010), esse tipo de pesquisa é recomendado para casos em que o objeto estudado é pouco conhecido. Sua principal finalidade é elaborar um cenário e hipóteses operacionalizáveis para estudos futuros. Trata-se de uma estratégia de pesquisa que exige menor rigor de planejamento e espera-se que o produto final traga fundamentos esclarecedores, capazes de fundamentar novas investigações mais sistematizadas.

O estudo de cunho descritivo, para Selltiz *et al.* (1975), é utilizado com o intuito de se conhecer um fenômeno em toda sua complexidade. Esse modelo não prevê a explicação dos acontecimentos que são descritos, porém, fundamenta uma base para

seu esclarecimento. Gil (2010) define uma pesquisa descritiva como um estudo que expõe as características de um fato ou de uma população, buscando retratar as relações sociais e culturais que se estabelecem nessa situação.

Conforme apresentado por Freitas e Jabbour (2011), a investigação exploratória requer uma metodologia de caráter qualitativo para sua interpretação, enquanto a investigação descritiva exige um tratamento quantitativo. Logo, diante da natureza exploratória e descritiva deste trabalho, fez-se necessário o uso de uma abordagem qualitativa e quantitativa, que é o modelo metodológico que melhor se adequa aos objetivos da pesquisa.

A pesquisa quantitativa, segundo Aliaga e Gunderson (2006), se expressa por meio da coleta de dados numéricos que, posteriormente, serão interpretados a partir de métodos matemáticos. Espera-se, a partir dessa abordagem, obter resultados precisos, garantir segurança estatística às inferências realizadas e evitar equívocos na análise e interpretação de dados.

Em contraponto, a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir fatos, uma vez que o foco está na interpretação dos fenômenos ao invés de sua quantificação, como denotado por Dalfovo, Lana e Silveira (2008). Essa abordagem apura dados sobre locais, pessoas e interações e os resultados são apresentados com base na subjetividade dos atores.

Ainda que com suas particularidades, os métodos não se excluem. Minayo (2002) afirma que as duas abordagens são compatíveis e podem ser integradas em um mesmo projeto. Huff (2008) alega que estudos quali-quantitativos podem agregar maior acurácia à interpretação dos fenômenos, especialmente ao incluir a percepção dos sujeitos ao desenho estatístico, e garantir uma generalização e expansão da amplitude do estudo. Em resumo, a combinação dos métodos quantitativo e qualitativo permite ao pesquisador evitar as fragilidades inerentes a cada um deles. Porém, exige rigor no planejamento metodológico, para preservar o trabalho da superficialidade criticada pela comunidade científica ao comparar o método misto com métodos tradicionais.

5.2 Objeto de estudo

O estudo de caso foi escolhido a partir da apresentação da empresa de como foi operacionalizada e dos benefícios da LSO em um evento científico. Esta

apresentação, além de suscitar as perguntas a serem respondidas por esta pesquisa, também permitiu contato com os profissionais e com a empresa envolvidos.

Em respeito à privacidade solicitada pelos gestores, o nome, a localização ou qualquer elemento que possa, de qualquer forma, identificar o empreendimento foram mantidos em sigilo. Apresentam-se, aqui, as características gerais que permitem descrever o objeto de estudo. Por este mesmo motivo, o estudo utilizado para descrever o caso não foi referenciado.

Conforme informações presentes no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a referida PCH é uma central à fio d'água cuja variabilidade da produção energética ocorre em função das variações de vazão do rio em que foi instalada. O empreendimento constitui-se essencialmente de uma barragem de solo compactado, dois vertedouros, circuito de geração (tomada d'água e casa de força) e subestação.

Ao longo da sub-bacia, são identificados usos da água para aquicultura, abastecimento para consumo humano, dessedentação animal, geração de energia, atividade de pesca, irrigação de hortaliças e recreação de contato primário, principalmente, utilização de suas margens para o lazer de fins de semana.

Foi previsto impacto direto do empreendimento sobre propriedades privadas. A área atingida era predominantemente destinada à pastagem. Ainda assim, houve necessidade de realocação de famílias residentes na área. Segundo informações do EIA, essa área não possui aptidão para lavouras, logo, o represamento não representaria um impacto significativo para as atividades agrícolas no local.

Os impactos sobre o meio físico apresentados pelo EIA foram: processos erosivos associados às ações da construção da PCH; geração de ruídos e vibrações; geração de poluentes atmosféricos; assoreamento; e instabilidade das encostas marginais.

Sobre o meio biótico, foram identificados os seguintes impactos: alteração das características físico-químicas e hidrobiológicas da água; contaminação das águas por óleos e graxas; supressão da vegetação e redução de habitat; perturbação e afugentamento da fauna; aprisionamento de peixes; perda de sítios de nidificação de espécies da avifauna; alteração da estrutura da biota aquática; e interceptação de rotas migratórias.

Para o meio econômico, os impactos listados foram os seguintes: expectativa da população em relação à possibilidade de implantação; especulação imobiliária; insegurança da população quanto ao uso do rio, reservatório e áreas lindeiras;

aumento do tráfego de veículos; perda de terras e áreas produtivas; perda de propriedade/relocação; impactos sobre o Patrimônio Histórico e Edificado; acidentes ofídicos por afugentamento da fauna; aumento da demanda de serviços públicos; disseminação de doenças infecciosas; aumento das atividades comerciais; aumento da arrecadação tributária; capacitação da mão-de-obra; valorização imobiliária das propriedades.

O EIA evidenciou impactos nos meios físico, biótico e socioeconômico e previu que estes seriam minimizados e compensados por meio das ações sugeridas pelos Programas e Recomendações Ambientais.

5.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio da disponibilização de documentos e informações por parte do empreendedor e aplicação de entrevistas semiestruturadas com atores chave envolvidos no processo.

5.3.1 Documentos disponibilizados pelo empreendedor

O processo de pesquisa, nos moldes tradicionalmente conhecidos, por vezes é limitado em função do tempo dispendido, custo, dispersão geográfica ou intensidade do trabalho, problemáticas ainda agravadas pela pandemia de COVID-19. No entanto, tais barreiras puderam ser ultrapassadas com o auxílio da *internet*, que ofereceu ferramentas e mecanismos para a coleta e tratamento de dados necessários a realização da pesquisa científica (GALAN; VERNETTE, 2000; SCHONLAU; FRICKER; ELLIOTT, 2002). Diante desse contexto, a coleta de informações do empreendedor foi realizada por meio do contato, via *e-mail*, com um dos membros da Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da empresa responsável pela PCH, que concedeu acesso às metodologias de implementação da LSO utilizadas nos anos 2018 e 2020. Os documentos intitulados “Licença Social para Operar” e “Licença Social para Operar 2.0”, respectivamente, tinham como um de seus objetivos “Desenvolver a estratégia de Licença Social para Operar com as adaptações e ajustes necessários ao mercado de energias renováveis”. A partir dos dados dos documentos, procedeu-se uma descrição crítica, à luz da literatura, sobre as metodologias de aquisição da LSO no empreendimento.

Inicialmente, também foi proposta a realização de uma entrevista semiestruturada com os gestores do empreendimento, porém, como não foi obtida resposta quanto a isso, não foi possível utilizar deste método nesta parte da pesquisa.

5.3.2 Realização de entrevistas semiestruturadas

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas na esfera das ciências sociais e nos processos de trabalho de campo (BONI; QUARESMA, 2005), em que o pesquisador se apresenta frente ao sujeito entrevistado e lhe formula uma série de perguntas, com o intuito de obter informações que interessam ao trabalho (GIL, 2010). Minayo (2002) define entrevista como uma conversa entre dois ou mais interlocutores, articulada por iniciativa de um entrevistador, que privilegia a coleta de dados por meio da fala, e representa, através de um porta-voz, as condições estruturais de um determinado grupo. Richardson (2008) ainda ressalta o caráter interativo estabelecido pela entrevista, quando realizada face a face, instituindo uma certa proximidade entre entrevistador e entrevistado, e proporcionando possibilidades de se conhecer, em detalhes, a vida, os conceitos e a psique do indivíduo, que atribuem riqueza aos dados qualitativos.

A utilização de entrevistas como método de coleta de dados exige inúmeros requisitos e cuidados desde a sua preparação. É necessário que: o roteiro da entrevista seja bem planejado, tendo em vista satisfazer os objetivos propostos pelo trabalho; os indivíduos entrevistados sejam selecionados cuidadosamente, com base na sua familiaridade e vivência no tema; a entrevista seja marcada com antecedência e em horário favorável, assegurando que o pesquisador será recebido; e as condições de confiança e de preservação de identidade sejam garantidas ao entrevistado, de modo a evitar problemas durante a aplicação ou futuramente (MARCONI; LAKATOS, 2002). Quanto a elaboração de perguntas para a entrevista, Bourdieu (2001) aconselha que questões arbitrárias e tendenciosas sejam evitadas e que o pesquisador se atente à ambiguidade das sentenças. O autor ainda recomenda que as perguntas sigam uma sequência de pensamento, prezando pela continuidade da conversa e que se desenrole em um sentido lógico para o entrevistado.

A entrevista, por se tratar de uma técnica flexível de coleta de dados, se dispõe em diferentes níveis de estruturação (GIL, 2010). Minayo (2002), ao entender as entrevistas como técnica privilegiada de comunicação, as classifica da seguinte maneira:

(a) *sondagem de opinião*, no caso de serem elaboradas diante de um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas e perguntas formuladas pelo investigador;

(b) *semiestruturada*, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada;

(c) *aberta ou em profundidade*, em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões;

(d) *focalizada*, quando se destina a esclarecer apenas um determinado problema (MINAYO, 2002, p. 64).

Neste trabalho, optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada, considerando que essa técnica permite explorar a visão dos agentes envolvidos na LSO, conforme proposto pelos objetivos desta dissertação. A escolha desse modelo de entrevista justifica-se pela flexibilidade do método, que permite que novos questionamentos, que não foram previamente levantados pelo pesquisador, sejam incluídos no decorrer do diálogo e que podem ser de grande utilidade na pesquisa. Além disso, possibilita uma aproximação entre os interlocutores, uma vez que, ao mesmo tempo que permite ao entrevistado discorrer a respeito de suas experiências de forma livre e espontânea, valoriza a atuação do pesquisador no processo (LIMA; ALMEIDA; LIMA, 1999).

O roteiro da entrevista semiestruturada aplicada com os atores-chave externos ao empreendimento e envolvidos no processo foi adaptado do questionário de Black (2017) para a mensuração da Licença Social, e conta com as seguintes questões:

- Pode falar um pouco sobre você e a instituição que você representa?
- Como é o relacionamento entre você/a instituição que você representa e o empreendimento?
- Você já ouviu falar sobre Licença Social para Operar? Se sim, já teve contato com essa licença? Qual é a sua percepção a respeito dela?
- O que você acha da presença do empreendimento na região? Por quê?
- Você acredita que o empreendimento contribui/pode contribuir para a região como um todo? De que forma?
- Qual é a sua visão de desenvolvimento para a região?
- Você acredita que a equipe da PCH fornece suporte às comunidades?
- Em termos gerais, como você acredita que a PCH é vista pela comunidade?

A aplicação das entrevistas foi realizada, a princípio, via chamada de vídeo ou de voz. Foi disponibilizado, ainda, uma opção alternativa de aplicação da entrevista,

sendo esta o preenchimento das questões por meio de um documento *online*. Apenas um dos respondentes optou por esta última opção.

Esta pesquisa, ao tratar de um universo extenso de elementos, encontra barreiras para considerá-lo em sua totalidade. Em vista disso, bem como em outras pesquisas de caráter social, foram utilizadas amostras capazes de representar o universo estudado. As técnicas de amostragem possibilitam ao pesquisador selecionar amostras adequadas aos seus objetivos de investigação (RICHARDSON, 2008). Para a aplicação de entrevistas semiestruturadas aos atores chave envolvidos no processo, foram utilizadas técnicas de amostragem não probabilística, conhecidas como amostragem intencional e amostragem bola de neve. A aplicação da primeira metodologia de amostragem consiste no uso de conhecimentos prévios para guiar a seleção de participantes (BARBOUR, 2000). Sobre a segunda, trata-se da identificação inicial de informantes-chave, denominados sementes, com o intuito de localizar indivíduos com o perfil necessário a pesquisa. Em seguida, as sementes auxiliam o pesquisador a iniciar seus contatos com o grupo a ser estudado (VINUTO, 2014).

Dessa forma, foram entrevistados os seguintes atores:

- 7 moradores da região;
- 1 representante do Poder Público;
- 3 representantes de Organização Sem Fins Lucrativos (Coletivo);
- 2 membros da comunidade escolar;
- 2 agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) local.

O encadeamento que orientou a seleção dos participantes desta pesquisa está indicado na Figura 5.

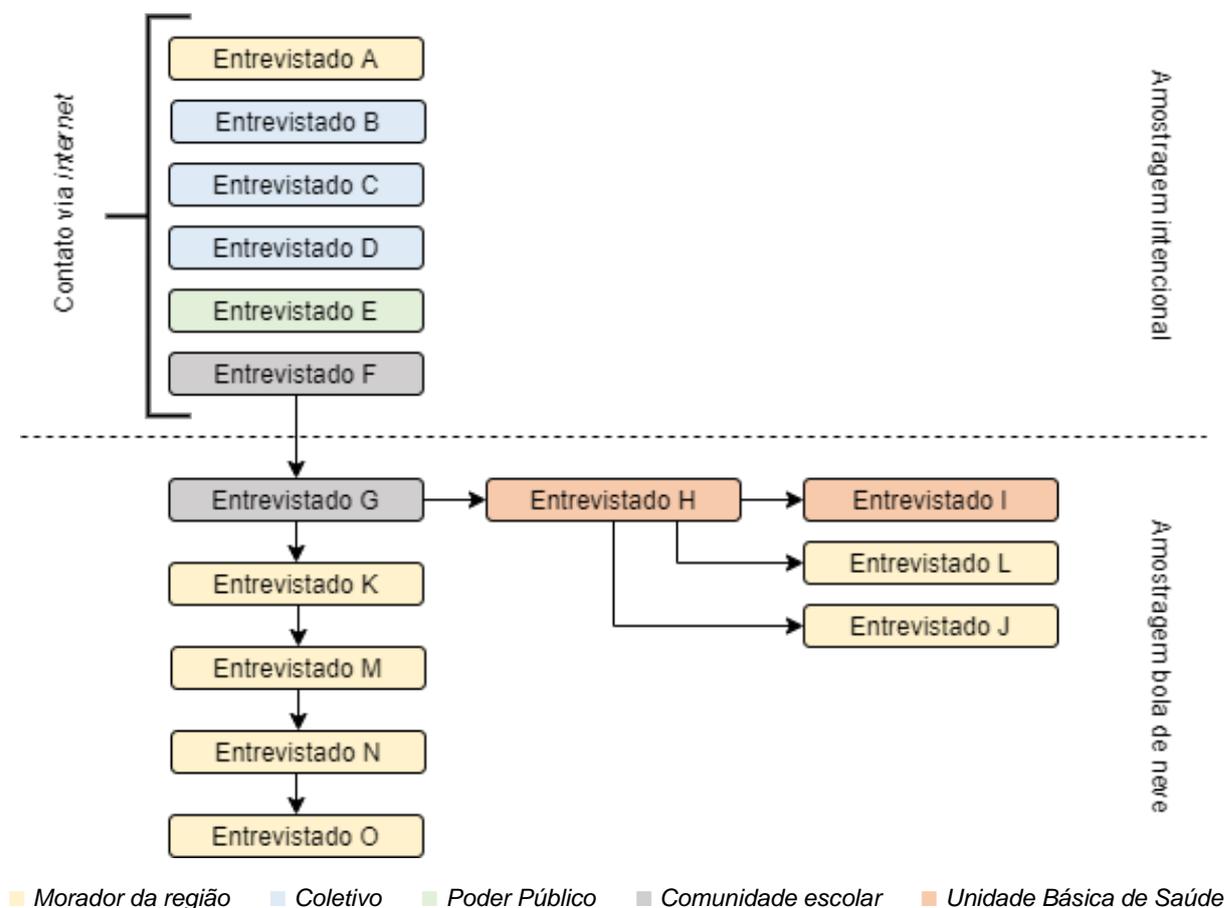


Figura 5 – Técnicas de amostragem e encadeamento dos participantes da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Entrevistado A é um morador local que possui grande visibilidade em redes sociais em vista das práticas ambientalistas que promove em prol do rio atingido pela PCH, logo seu contato foi facilitado por meio do *Facebook*; os Entrevistados C, D e E foram contactados por meio da página *online* do Coletivo que representam; e os Entrevistados E e F foram localizados pelas informações disponíveis nos sítios eletrônicos da prefeitura municipal. A partir disso, o Entrevistado F fez indicações de novos indivíduos que poderiam contribuir com a pesquisa, dando início a amostragem bola de neve.

5.4 Interpretação e análise dos dados

Os dados provenientes de estudos de abordagem qualitativa exigem um tratamento distinto daqueles obtidos por meio de uma abordagem quantitativa. Enquanto estes valem-se de estatística descritiva e multivariada, testes de hipóteses e *softwares* estatísticos, aqueles utilizam técnicas de análise de discursos, como, por exemplo, a análise de conteúdo (SILVA; FOSSÁ, 2015).

5.4.1 Análise de Conteúdo

Bardin (2011), cuja obra configura o método nos moldes em que é utilizado atualmente, define a análise de conteúdo como:

“[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47).

A análise proposta pela autora busca trazer sentido ao texto a partir de uma técnica comum de interpretação. Por se tratar de um modelo empírico, variável conforme o discurso e a tipologia dos dados obtidos, não há um regulamento pré-definido a ser seguido (BARDIN, 2011). Portanto, para o presente trabalho, uma técnica adaptada de categorização se mostrou adequada para o processamento dos dados provenientes das entrevistas semiestruturadas.

As categorias criadas tiveram como intuito facilitar a compreensão das informações levantadas pelas entrevistas. Uma vez que este trabalho teve como objetivo identificar visões dos atores envolvidos na LSO, as categorias definidas foram: “Visão Positiva” e “Visão Negativa”. Para cada uma dessas categorias, foram selecionadas palavras-chave retiradas dos trabalhos científicos utilizados na revisão da literatura. As palavras-chave que caracterizam uma LSO forte, duradoura e legítima foram alocadas na categoria “Visão Positiva”; as palavras indicativas de fragilidades na LSO e descontentamento dos atores foram abordadas pela categoria “Visão Negativa”.

No Quadro 3 estão indicadas as categorias utilizadas neste trabalho e suas respectivas palavras-chave associadas:

Quadro 3 – Categorias e palavras-chave para análise das entrevistas.

CATEGORIAS	PALAVRAS-CHAVE
Visão Positiva	Bom, relacionamento, sustentabilidade, sucesso, comunicação, informação, compreensão, responsabilidade, debate, participação, preocupação, solução, cidadania corporativa, responsabilidade social, planejamento, benefícios, compensação, interação, atividades reguladas, investimento, assistência, encontro, aprovação, aceitação comunitária, continuidade, transparência, confiança, legitimidade, moralidade, credibilidade, expectativas atendidas, gestão socialmente responsável, cumprimento de exigências, indenização, conscientização, compromisso, proteção, desenvolvimento local, desenvolvimento regional, consentimento, avanço, integração, liberdade, reconhecimento, trabalho comunitário, justiça, ouvidoria, aprendizagem social, suporte, equipe, atendimento das demandas, incentivo, superação, parceria, igualdade, eficiência, movimento da economia, lazer, recreação, negociação, colaboração, engajamento, receptividade, recomposição, amigável, regulação, comportamento ético, direitos compartilhados, pertencimento, sentimento, aproximação, conformidade legal, monitoramento, controle dos impactos sociais e ambientais, palestra, recuperação, fortalecimento local, mitigação de impactos, ajuda, diálogo, conquista, solução, oportunidade, geração de emprego, geração de renda, desenvolvimento econômico, saúde, bem-estar, boa reputação.
Visão Negativa	Conflito, risco, encerramento de atividades, rompimento de barragem, imagem negativa, problemas, desestímulo, criminalidade, medo, insegurança, pobreza, prostituição, desemprego, violência, irresponsabilidade, exploração predatória, desinteresse, contradição, tragédia, ilegal, desrespeito, falta de transparência, insucesso, aquém do prometido, dano, resistência, atraso, má reputação, desastre, comunicação falha, lucro, rejeição, dominação, dependência, prejuízos, contato situacional, multa, desconhecimento, perdas sociais, perdas ecológicas, extinção de espécies, erro, impactos negativos na fauna e na flora, impactos sociais negativos, impactos negativos na economia, ausência de políticas públicas, falta de segurança, competição, ilegitimidade, precisa melhorar, insuficiência, ineficácia, doenças, passivos ambientais, erosão, degradação, sem colaboração, falta de informação, alienação, assoreamento, perdas culturais, baixa qualidade de vida, poluição, falta de compromisso, pouco contato, desvalorização, contaminação, desequilíbrio, fragilidade nas relações, falta de conhecimento das atividades, mentira, falta de assistência, contaminação, atrito, desapropriação, desmatamento, pouca participação, estragar, fraco.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4.2 Mineração de texto

A técnica de mineração de textos envolve estatística e linguagem computacional para a obtenção de padrões e frequências relevantes em um texto (MACHADO *et al.*, 2010). Esta técnica foi escolhida por permitir a confirmação de informações e a categorização das visões ou da satisfação do entrevistado com relação ao assunto abordado (CARRILHO JUNIOR, 2007).

O *software* utilizado foi o IRaMuTeq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Tratando-se de um *software* gratuito, que não exige do pesquisador conhecimento prévio de programação computacional ou de estatística, sua viabilidade de uso foi consideravelmente potencializada (SILVA, 2020).

O IRaMuTeq inclui algumas funcionalidades como Classificação Hierárquica Descendente (CHD), análise de especificidade, análise de similitude e nuvem de palavras (SOUZA *et al.*, 2018). Todas essas funcionalidades foram exploradas no programa e, após diversos testes, as seguintes foram apontadas com as mais adequadas para a geração de resultados nesta pesquisa:

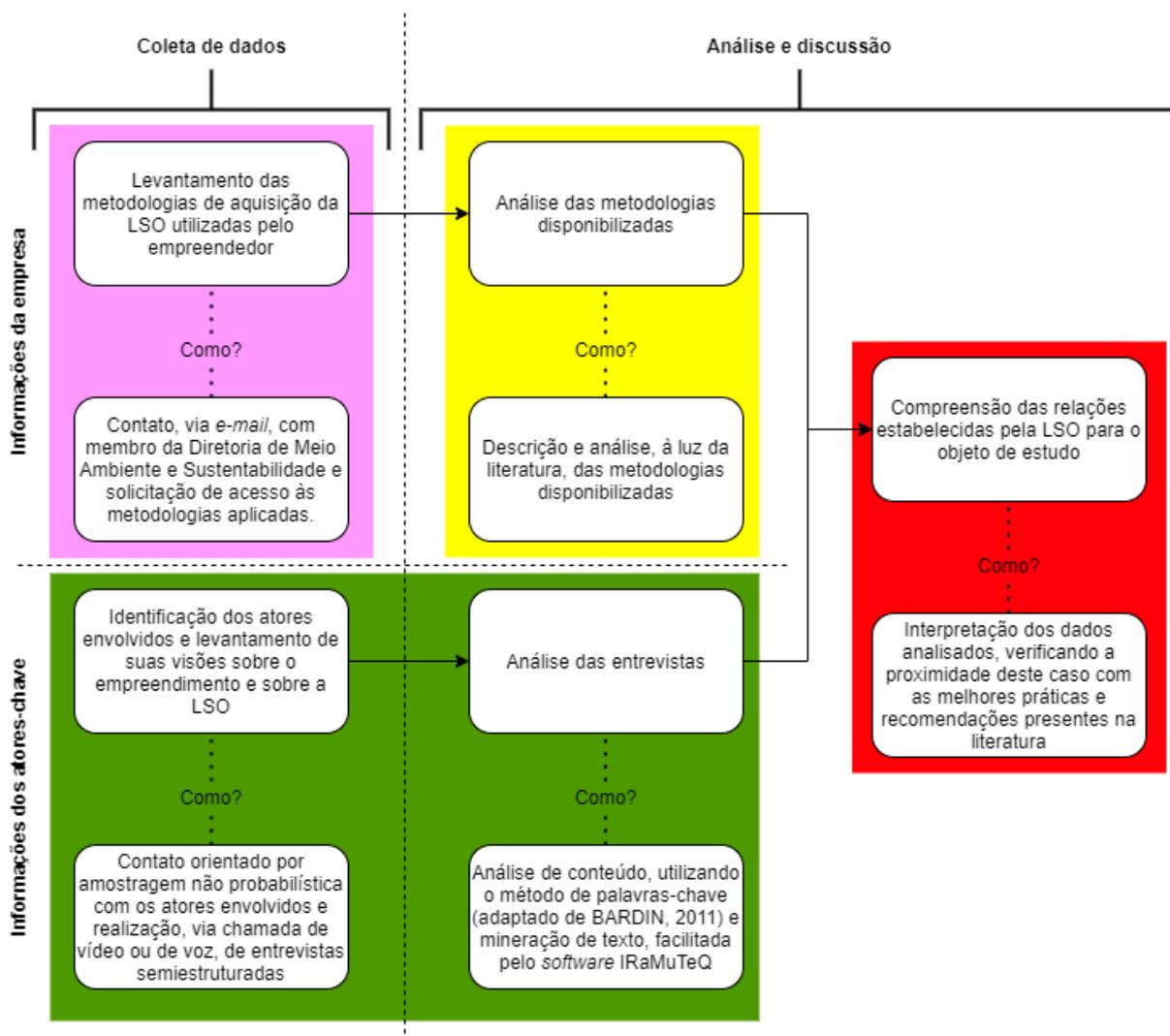
- Análise de especificidade: permite a análise textual por meio de variáveis de caracterização (SILVA, 2020);
- Análise de similitude: por meio de um modelo matemático, essa análise permite o estudo das relações entre os termos e possibilita identificar as conexões entre as palavras que compõem a estrutura textual (CAMARGO; JUSTO, 2013; MENDES *et al.*, 2016; SILVA, 2020);
- Nuvem de palavras: uma análise simples e graficamente atraente; trata-se do cálculo de frequência de termos, em que as palavras que aparecem mais frequentemente no texto se apresentam centralizadas na nuvem e com fonte em tamanho maior (CAMARGO; JUSTO, 2013; SILVA, 2020).

As análises foram realizadas sobre as respostas de cada uma das perguntas das entrevistas. Artigos, conjunções, onomatopeias, pronomes e preposições foram excluídos da análise para tornar a visualização dos resultados mais satisfatória. Quando apresentaram resultados tateáveis e que permitiram complementações ou validações das outras análises realizadas, foram incluídas no corpo desta pesquisa. Assim, nem todas as perguntas foram complementadas por estas análises.

5.5 Resumo dos procedimentos metodológicos

Com os dados obtidos e tratados, foi possível verificar como as relações estabelecidas pela LSO são visualizadas pelos atores envolvidos e como elas são apresentadas pela empresa. Os principais apontamentos levantados foram avaliados segundo as melhores práticas presentes na literatura, delineando recomendações e aprendizados sobre a ferramenta.

A Figura 6 ilustra, de maneira sintética, o procedimento metodológico adotado nesta pesquisa.



Objetivos associados:

Geral: Verificar como se estabelecem as relações entre as partes envolvidas (empreendimento/empreendedor, comunidade atingida e outros atores denominados importantes) na aquisição da LSO em um empreendimento do tipo PCH;

Específico A: Levantar as metodologias utilizadas para aquisição da LSO no empreendimento escolhido como estudo de caso;

Específico B: Analisar criticamente as metodologias utilizadas pela empresa para a aquisição da LSO no empreendimento escolhido como estudo de caso;

Específico C: Identificar qual é a visão da comunidade e de outros atores envolvidos com o estudo de caso frente à LSO.

Figura 6 – Resumo dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após revisão da literatura, foi notada escassa quantidade de publicações referentes à aplicação da LSO em centrais hidrelétricas, sendo o tema abordado com mais frequência na indústria minerária. Logo, os termos, modelos e comparações adotados neste trabalho partem do campo extrativista, porém, com o intuito de extrapolá-los para um empreendimento do tipo PCH.

Os resultados apresentados se dividem em “Descrição crítica das metodologias empregadas na LSO” e “Visão dos atores locais diante da LSO”.

(BICE, 2014) 6.1 Descrição e análise crítica das metodologias empregadas na LSO

Os documentos disponibilizados pelo empreendedor dizem respeito às metodologias de avaliação da LSO e monitoramento de seus resultados aplicadas nos anos de 2018 e 2020, intitulados, respectivamente, “Licença Social para Operar” e “Licença Social para Operar 2.0”.

Conforme os dados disponibilizados, os modelos utilizados pela empresa para a aquisição da LSO são do tipo piramidal. No modelo piramidal, o nível da LSO atribuído ao empreendimento é inversamente proporcional aos riscos sociais que a empresa vai enfrentar. Ou seja, quanto mais alto o nível da LSO, menor o risco social, e vice-versa (THOMSON; BOUTILIER, 2011).

Em 2018, ao propor a aquisição da LSO, o empreendedor assumiu como objetivos: “Desenvolver a estratégia de Licença Social para Operar com as adaptações e ajustes necessários ao mercado de energias renováveis; Espacialização das comunidades e sua relação com o empreendimento; Levantamento dos temas críticos e riscos a serem gerenciados, considerando os diversos *stakeholders*; Estabelecer plano plurianual de relacionamento com os municípios e comunidades, conforme identificação dos riscos, histórico de conflitos e possibilidades de ações de valor compartilhado”. No ano de 2020, o objetivo geral adotado foi: “Visão integrada do território alavancando os resultados, impactos positivos e direcionamento estratégico dos dispêndios sociais” e como objetivos específicos foram apontados: “Desenvolver a estratégia de Licença Social para Operar com as adaptações e ajustes necessários ao mercado de energias renováveis; Levantamento dos temas críticos e riscos a serem gerenciados, considerando os

diversos *stakeholders* e cenários específicos; Gestão do relacionamento com os *stakeholders* estratégicos; Direcionar de forma estratégica e dar visibilidade aos dispêndios sociais, conforme identificação dos riscos, histórico de conflitos e possibilidades de ações de valor compartilhado”. O Quadro 4 relaciona, de maneira a permitir comparação, os objetivos propostos para cada ano:

Quadro 4 – Objetivos da LSO nos documentos dos anos 2018 e 2020.

<i>Licença Social para Operar (2018)</i>	<i>Licença Social para Operar 2.0 (2020)</i>
Objetivos:	Objetivo Geral:
<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver a estratégia de Licença Social para Operar com as adaptações e ajustes necessários ao mercado de energias renováveis; ● Espacialização das comunidades e sua relação com o empreendimento; ● Levantamento dos temas críticos e riscos a serem gerenciados, considerando os diversos <i>stakeholders</i>; ● Estabelecer plano plurianual de relacionamento com os municípios e comunidades, conforme identificação dos riscos, histórico de conflitos e possibilidades de ações de valor compartilhado. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Visão integrada do território alavancando os resultados, impactos positivos e direcionamento estratégico dos dispêndios sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao subdividir os objetivos em geral e específico, a metodologia utilizada no ano de 2020 permitiu a visualização daquilo que se pretende alcançar. O objetivo geral

apresentado representa a visão abrangente do tema. Os objetivos específicos possuem caráter concreto e indicam as fases ou etapas para se alcançar o objetivo geral (MARCONI; LAKATOS, 2003). Mattos (2016) recomenda que a utilização de verbos na elaboração dos objetivos e que o termo deve possuir uma única interpretação e que seja de ação, não de estado. Nota-se que, em alguns tópicos apresentados nos documentos, seus enunciados não são iniciados por verbo, o que pode gerar equívocos na compreensão das intenções do projeto. Ainda é aplicável a esta situação, com adaptações ao setor empresarial, a Taxonomia de Bloom, que prevê a utilização de verbos para a classificação de um aspecto nos seguintes níveis: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação (BLOOM, 1972; EISNER *et al.*, 1972).

Tomando a versão mais recente como metodologia implementada atualmente, a descrição crítica dos objetivos se atentará aos presentes no documento intitulado *Licença Social para Operar 2.0*.

Para o ano de 2020, o objetivo geral foi “Visão integrada do território alavancando os resultados, impactos positivos e direcionamento estratégico dos dispêndios sociais”. O desenvolvimento da LSO, por sua vez, tratou-se de um dos objetivos específicos para se alcançar o objetivo geral. Observa-se íntima relação entre ambos os tópicos. A proposta de “visão integrada do território”, por exemplo, corrobora com a orientação de Silva Filho e Mello (2018). Os autores asseguram que a dependência entre o usufruto da LSO e a dinâmica territorial é fator primordial a sua manutenção, uma vez que esse é o cenário em que as relações se instauram e é onde o conflito pode ser gerado. Santos (2006) ainda complementa que esse entendimento do território deve levar em consideração, também, as relações sociais. O direcionamento estratégico dos dispêndios sociais, também presente no quarto objetivo específico, por sua vez, demonstrou a influência da gestão social no empreendimento. A gestão social preconiza ações negociadas entre diversos atores atuantes no território e constitui-se como ferramenta de gestão de interesses difusos (TENÓRIO, 2007). Segundo Boullosa e Schommer (2008), a gestão voltada ao social promove a integração dos recursos disponíveis em favor da coletividade, especialmente nos casos em que esta é pouco ativa e desarticulada, além de gerenciar os conflitos e tensões locais.

Ao propor ajustes ao modelo de LSO a ser aplicado ao mercado de energias renováveis, como apresentado no primeiro objetivo específico, a empresa reconheceu

a necessidade de abordagem do tema, originário do setor extrativo mineral, em um empreendimento do tipo PCH. Segundo Silva Filho e Mello (2018), é importante que os conceitos sejam apropriados, entendidos e adaptados a todos os tipos de empreendimentos que, por suas características, são responsáveis por impactos diretos sobre as comunidades.

O levantamento de temas críticos e riscos a serem gerenciados e a gestão de relacionamento com os *stakeholders*, prevista no terceiro objetivo específico, são requisitos essenciais para a obtenção da LSO. Para Thomson e Boutilier (2011), a identificação dos grupos e o estabelecimento de ações e relações de engajamento com todas as partes interessadas é um marco inicial para o trabalho de aquisição da LSO. Deve-se considerar, nesse processo, atores que são diretamente afetados pelas atividades do empreendimento, bem como aqueles que têm influência sobre os recursos que a empresa necessita para desenvolver seus interesses. A boa gestão pode motivar o empreendimento no engajamento contínuo dos grupos de interesse, uma vez que o resultado aponta para o aumento da probabilidade de se cumprir os objetivos estratégicos da empresa.

Para avaliar a LSO e monitorar seus resultados, a empresa responsável pela PCH propôs uma análise dos seguintes eixos temáticos: ambiental, social, institucional/reputacional, estratégico e político. Os eixos temáticos e seus respectivos conteúdos não sofreram alterações entre os anos.

O eixo ambiental foi mensurado segundo a existência de monitoramento ambiental fora dos parâmetros legais estabelecidos; aderência às conformidades legais; existência de inquéritos relacionados à temática socioambiental; e existência de programas de comunicação e educação ambiental. Segundo Sing (2015), os estudos e atitudes de linha de base ambiental que enfatizam a minimização de impactos, preservação da natureza e promoção da sustentabilidade são fatores que atraem investidores. Isso leva a mudanças significativas na indústria, que passa a buscar boa reputação, cidadania corporativa e, conseqüentemente, uma licença social.

A dimensão social foi avaliada conforme os seguintes parâmetros: quantidade de comunidades na área de influência indireta do empreendimento; existência de comunidade na área diretamente afetada; existência de comunidade próxima aos acessos, seja na área diretamente afetada ou na área de influência indireta; vulnerabilidade da comunidade; organização e participação da comunidade nas ações

da região; existência de histórico de conflitos; existência de lideranças fortes; existência de movimentos sociais fortes; existência de comunidades tradicionais na área de influência direta do empreendimento; existência, atual ou passada, de necessidade de desmobilização de famílias; existência local de arrendatários; existência de passivos ambientais para as comunidades; comunidade demandante e quantidade de demandas por ano; e existência de ação social por parte do empreendedor na comunidade. Acselrad e Pinto (2009) apresentam duas categorias de apropriação da dimensão social por parte do empreendedor: um risco social associado à pobreza e um risco social associado ao conflito. Notou-se, a partir das questões levantadas, a predominância do tratamento do risco social de conflito neste caso, em que a empresa se mobiliza em prol da segurança do empreendimento por meio do consentimento, contato com a população e uso de programas de relações comunitárias. Assim, o empreendimento assumiu a comunidade como um aspecto vital para o sucesso de suas atividades.

Com relação ao risco institucional e reputacional, foram relacionadas as variáveis: exposição institucional do empreendimento e reconhecimento do empreendimento como referência municipal ou estadual. O eixo temático de estratégias da empresa, por sua vez, verifica se o empreendimento está localizado em área estratégica para o desenvolvimento de novos projetos. Ao utilizar os eixos estratégico e institucional/reputacional na mensuração da LSO, notou-se sua inserção como parte do negócio. Isso torna a LSO uma possível fonte de mudanças no alinhamento ideológico da empresa, que com seus resultados pode assumir maior atenção às tecnologias, legislações e padrões de exigência sociais emergentes (GIURCO *et al.*, 2014). Além disso, tais aspectos permitem verificar como o empreendimento é visto pela sociedade, uma vez que o desenvolvimento da empresa está intimamente ligado à sua reputação, e esta pode ser facilmente afetada pelo posicionamento ético e o nível de responsabilidade social associado (GUÉDEZ, 2014).

O contexto político considerou o relacionamento com o poder público; a existência de pendência com o poder público, órgãos fiscalizadores e Ministério Público; existência de organizações formais que influenciam os *stakeholders* em geral e presença na mídia; demandas do poder público; e existência de acordos e parcerias junto ao poder público. Observou-se interesse no relacionamento com o poder público, abrindo espaço para que sua atuação deixe de ser apenas regulatória, cuja ênfase é dada ao curto prazo e em critérios econômicos, e passe a ser contínua, pautando o

relacionamento como uma possibilidade de colaboração entre o negócio e a sociedade (VAN BETS; VAN TATENHOVE; MOL, 2016; WILSON, 2016).

Na avaliação e monitoramento de resultados para diferentes tipos de empreendimento, Que, Awuah-Offei e Samaranayake (2015) propõem as seguintes características que, segundo eles, são determinantes na aceitação da comunidade:

- Social, avaliando as mudanças populacionais, melhorias na infraestrutura de transporte, educação, serviços humanos e hospitais;
- Econômico, relacionando as oportunidades de emprego, aumento da renda, custo da habitação, déficit habitacional e escassez da mão-de-obra para outros negócios;
- Ambiental, que inclui poluição sonora, escassez e poluição hídrica, poluição atmosférica e poluição do solo;
- Governança e outros, considerando os mecanismos de tomada de decisão (se as decisões são tomadas baseadas unicamente no aparato legal ou se as demandas das comunidades locais são acatadas), transparência e independência das informações, a área de influência do empreendimento e seu tempo de vida.

Observou-se que o parâmetro econômico apresentado pelos autores não é adotado nos modelos de avaliação da LSO utilizados pela PCH. No entanto, foram acrescentados os aspectos institucional/reputacional e estratégico à sua metodologia. Ainda que os conteúdos se assemelhem, as diferenças encontradas entre a proposição da literatura e o caso estudado são justificadas por Bice (2014), que afirma que a maneira como uma empresa busca alcançar e manter sua licença social está intimamente ligada aos seus conceitos e definições de desenvolvimento sustentável.

As informações de cada eixo temático foram levantadas a partir de questionários aplicados a setores específicos da empresa. Na metodologia utilizada no ano de 2018, estavam indicadas as ponderações relacionadas a cada área temática que seriam usadas na classificação do empreendimento (Quadro 5). Para o ano de 2020, no entanto, tais ponderações não estavam presentes no documento disponibilizado.

Quadro 5 – Ponderações utilizadas para a análise dos eixos temáticos e classificação do empreendimento no documento de 2018.

Eixo temático	Ponderação
Ambiental	20%
Social	55%
Institucional e reputacional	8%
Estratégico	2%
Político	15%

Fonte: Adaptado de “Licença Social para Operar” (2018).

Usando uma fórmula matemática, os dados adquiridos pelos questionários foram convertidos em resultados numéricos que permitiram a classificação do empreendimento conforme a escala representada pela Figura 7, em que “Co-propriedade / Aliança” indica a situação mais favorável e “Conflito / Hostilidade” aponta a situação mais desfavorável.

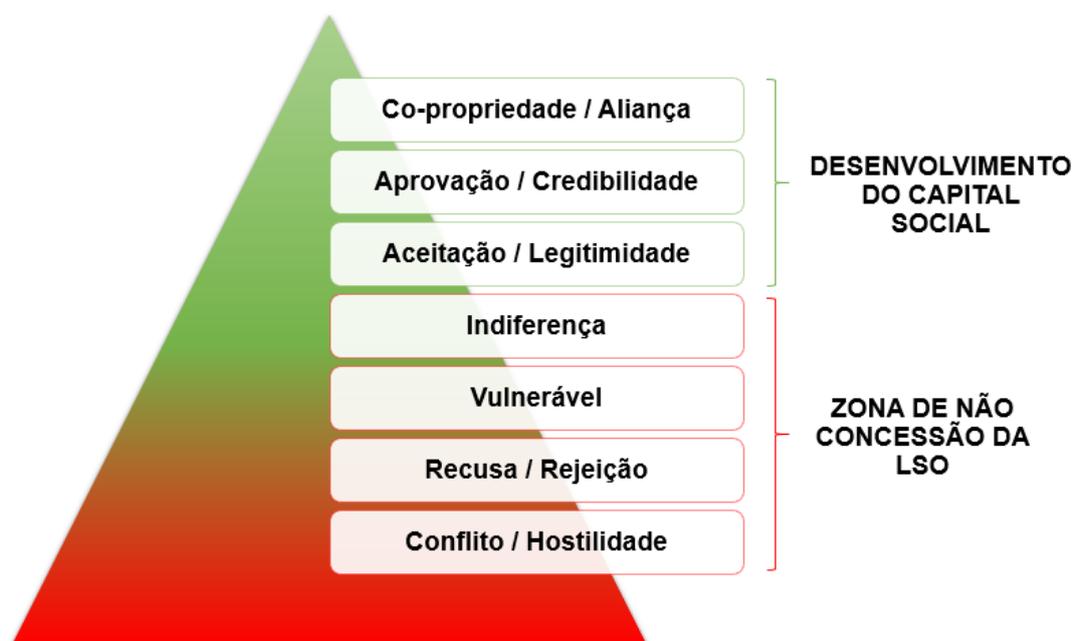


Figura 7 – Escala de classificação da LSO.

Fonte: Adaptado de “Licença Social para Operar 2.0” (2020).

Lefsrud *et al.* (2015) recomendam cautela no tratamento puramente numérico e técnico para situações como essa, uma vez que, ao fazê-lo, as corporações e suas políticas se desconectam de debates essencialmente emocionais. Para Silva Filho e Mello (2018), não há uma equação exata, mas sim experiências singulares que constroem um contexto plural e múltiplo, cuja compreensão exige ferramentas e a ótica das ciências sociais.

Após a classificação, a empresa partiu para a etapa de contextualização das comunidades, do poder público e de outros *stakeholders* denominados importantes. Acselrad e Pinto (2009) recomendam que esse processo tenha início com os *stakeholders* mais empoderados, levantando suas principais questões e buscando as respostas mais adequadas que a empresa pode oferecer.

As considerações de Franco, Sampaio e Almeida (2019) apontam para a viabilidade da coleta de dados por meio de pesquisas e questionários acerca dos conceitos e expectativas dos *stakeholders* sobre a LSO. A partir dessas técnicas, é possível compreender como as relações entre os grupos se estabelecem e desenvolver modelos adequados e centrados nos elementos de destaque presentes na situação estudada. Holley e Mitcham (2016) ainda relatam a necessidade de ultrapassar a simples comunicação pública, em que o fluxo da informação parte da empresa para o público, e a consulta pública, na qual a informação flui do público para a empresa. Os autores propõem engajamento e participação pública bidirecional, fundada no diálogo da sociedade com a empresa, levando em conta mecanismos de queixa e de gestão de riscos e apontando o caminho dos benefícios empresa-comunidade. Ressaltam, ainda, o erro em considerar apenas a ciência tradicional como mediadora desse processo de arbitragem do bem comum, revelando a importância do conhecimento tradicional das comunidades, suas opiniões e interpretações na preservação de seus modos de vida e de subsistência. Em adição, Wilson (2016) afirma que somente assim a empresa pode compreender as demandas, necessidades e anseios locais para, enfim, mudar suas posições com base no diálogo.

Entretanto, a partir dos dados disponibilizados, não ficou explícito a forma como a contextualização foi realizada, deixando a cargo das estratégias e do interesse da empresa definir a melhor forma de entender o contexto local.

Ao avaliar criticamente as metodologias de aquisição da LSO, evidenciou-se interesse do empreendimento em mitigar impactos socioambientais e sua busca pela sustentabilidade, uma vez que o conceito de Licença Social para Operar deixou de

ser abstrato e passou a assumir uma postura estratégica na empresa. No entanto, faz-se necessário verificar se as metodologias apresentadas foram, de fato, traduzidas em ações concretas que atendam os interesses da comunidade e não apenas legitimem as preferências empresariais. As análises seguintes apresentam respostas a esta provocação.

6.2 Visão dos atores-chave diante da LSO

Os 15 indivíduos entrevistados representam diferentes setores da sociedade considerados *stakeholders* importantes, segundo a definição de Wilburn e Wilburn (2011). Como este tópico tem como intuito apresentar resultados compatíveis com a gestão social, o termo “*stakeholder*” foi substituído por “atores-chave” ou “atores envolvidos”.

6.2.1 Caracterização dos entrevistados

O Entrevistado A é um morador da região que estabelece relações sentimentais com o rio afetado pela instalação da PCH e se envolve com questões ambientais associadas a ele. É praticante de esportes aquáticos, como caiaque, e ex-proprietário de uma empresa de *rafting*, cujas atividades foram encerradas, segundo ele, após a aprovação do projeto da PCH.

Os Entrevistados B, C e D são membros de um Coletivo organizado em torno de questões socioambientais associadas ao rio e que teve início como movimento de oposição à instalação da PCH, com críticas direcionadas à participação pública falha no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. O Entrevistado B, jornalista natural do município, e a Entrevistada C, arquiteta, não residem atualmente na região afetada pelo empreendimento. A Entrevistada D, moradora do município, é professora de Ensino Médio e ciclista.

A Entrevistada E é representante do Poder Público municipal, membro do setor de meio ambiente e responsável pela gestão, planejamento e fiscalização ambiental. A referida entrevistada foi a que optou por responder o roteiro de entrevista por escrito.

As Entrevistadas F e G foram membros da comunidade escolar local à época da instalação do empreendimento, atuando como diretora e servente escolar, respectivamente. Segundo informações fornecidas pelas entrevistadas, a escola encerrou suas atividades em 2018 por falta de alunos.

As Entrevistadas H e I são agentes de saúde. A Entrevistada H, atualmente, é agente da Unidade Básica de Saúde (UBS) que atende a região circundante à PCH, e a Entrevistada I foi agente do mesmo posto à época da instalação do empreendimento. Segundo elas, são realizadas, pelos agentes de saúde, visitas a todas as famílias da região a cada dois meses, para acompanhamento médico dos moradores.

Os Entrevistados J, K, L, M, N e O são moradores do entorno da PCH. Os Entrevistados J e K residem nas proximidades da PCH e não relataram interferências do empreendimento sobre suas propriedades. Por outro lado, os Entrevistados L, M, N e O tiveram parte ou totalidade de suas propriedades adquiridas pela empresa para a construção do empreendimento.

O Quadro 6 relaciona, em síntese, os indivíduos entrevistados e suas respectivas atribuições consideradas relevantes no contexto desta pesquisa:

Quadro 6 – Caracterização dos entrevistados

Indivíduo entrevistado	Atribuição	Informações relevantes
Entrevistado A	Morador da região	Envolvido com questões ambientais associadas ao rio e praticante de esportes aquáticos, afetados pela PCH
Entrevistado B	Coletivo	Jornalista; não reside no município em que a PCH está instalada
Entrevistada C		Arquiteta; não reside no município em que a PCH está instalada
Entrevistada D		Professora e ciclista; reside no município em que a PCH está instalada
Entrevistada E	Poder Público	Representante do setor de meio ambiente municipal
Entrevistada F	Comunidade escolar	Diretora da escola local à época da instalação da PCH
Entrevistada G		Servente escolar à época da instalação da PCH
Entrevistada H	Unidade Básica de Saúde (UBS)	Atualmente atua como agente da UBS que atende a região
Entrevistada I		Atuou como agente da UBS que atende a região à época da instalação da PCH
Entrevistado J	Morador da região	Sua propriedade não foi afetada diretamente
Entrevistada K		Sua propriedade não foi afetada diretamente
Entrevistado L		Sua propriedade foi afetada pela construção da usina e precisou se deslocar
Entrevistado M		Parte de sua propriedade foi adquirida pela empresa responsável pela PCH
Entrevistado N		Sua propriedade foi afetada pela construção da usina e precisou se deslocar
Entrevistado O		Sua propriedade foi afetada pela construção da usina e precisou se deslocar

Fonte: Elaborado pelo autor.

6.2.2 Relacionamento entre os atores-chave e a PCH

A forma como o relacionamento entre as partes se estabelece e se mantém representa um importante qualificador para a LSO (LACEY; LAMONT, 2014). A seguir, estão descritos os principais aspectos apontados pelos entrevistados sobre o relacionamento com a empresa responsável pela PCH.

O Entrevistado A tem ciência de sua influência sobre o funcionamento do empreendimento. O referido entrevistado indica que o seu relacionamento com a empresa, na fase de obtenção das licenças ambientais, era bastante próximo e presente. Relata, ainda, suas contribuições na elaboração do projeto. No entanto, após aprovadas as licenças ambientais, ele informa limitações no relacionamento e o contato passa a ocorrer em ocasiões pontuais, como no caso da instalação da barreira ecológica para contenção de macrófitas e na divulgação de informações pela mídia.

Da mesma forma, o Entrevistado B relata relação de proximidade com empreendimento nas etapas de obtenção das licenças ambientais, citando as contribuições do Coletivo ao projeto e a existência dos canais de diálogo. Entretanto, após a consolidação da obra, se distanciaram. Uma vez que os Entrevistados B, C e D pertencem à mesma organização, apenas o Entrevistado B respondeu a essa questão em nome do grupo e as demais concordaram com sua fala.

Para a Entrevistada E, o relacionamento com o empreendimento é pontual e associado à compensação ambiental.

As Entrevistadas F e G descrevem o relacionamento com a empresa enfatizando os cursos e palestras oferecidos aos estudantes da escola local e a comunidade em geral. Além disso, relatam investimentos realizados na escola, prestação de assistência de diversos tipos a comunidade, apoio, presença constante e proximidade dos representantes da empresa, em especial com os alunos.

O relacionamento entre a UBS e a empresa responsável pela PCH é descrito pelas Entrevistadas H e I como uma “parceria”. Segundo elas, o contato era contínuo entre as partes. A empresa, em conjunto com a unidade de saúde, fornecia atendimento constante à população local, até o encerramento das atividades do posto de atendimento da empresa.

Para os demais moradores que participaram da pesquisa, representados pelos Entrevistados J, K, L, M, N e O, de maneira geral, o relacionamento era considerado bom na época de instalação do empreendimento. Citam a existência de assistência

social e psicológica, organização de cursos profissionalizantes e visitas periódicas realizadas aos moradores. No entanto, com exceção do Entrevistado M, que afirma que a empresa ainda presta assistência a comunidade, os demais relatam que após a conclusão da obra, a equipe deixou o local e encerrou suas atividades de atendimento à população.

Os discursos dos respondentes a respeito do relacionamento com o empreendimento e as palavras-chave indicativas de suas percepções estão presentes no Quadro 7.

Quadro 7 – Trechos dos discursos dos respondentes que relataram o relacionamento com a PCH.

Como é o relacionamento entre você/a organização que você representa e a PCH?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave	
		Visão	
		Positiva	Negativa
A	<i>Resumindo, a minha relação com eles, tinha dia que tinha três carros na porta da minha casa. “Ah, grava um negócio para o nosso jornal; semana do meio ambiente, você não quer vir falar sobre as tuas expedições no rio?”. [...] Então eles me buscavam na minha casa, [...] eles andavam comigo o dia inteirinho. [...] Então assim houve uma interatividade muito grande minha e deles. Inclusive com ajudas minhas. [...] Se construiu a barragem, ganharam a licença de operação, já estão operando. O relacionamento caiu 90% do que era. Antigamente era WhatsApp, telefone. Hoje se chama e-mail de relacionamento empresarial. [...] TV lá na porta da minha casa, perguntando o que eu achava daquilo. Aí eles voltam a ter diálogo. Sempre que vai para a mídia eles voltam a ter diálogo. E agora, depois da construção, houve um problema das macrófitas. [...] E agora eu construí a barreira ecológica. Aí a relação melhorou novamente. [...] Então quando você conversa com funcionário de uma empresa dessas, cara ele faz de tudo para agradar. Mas depois, se a barragem obteve a LO, licença de operação, aí o cara vem: “Ah, é meio complicado isso... Ah, tem que ver...” No começo, na licença de instalação, tinha quatro pessoas trabalhando constantemente. Quatro pessoas visitando todo mundo. Quatro pessoas que iam na minha casa direto. Pessoas da parte também de marketing deles, assessoria de imprensa deles. [...] Aí agora essa dificuldade para falar com eles. Na época da licença de instalação a preocupação deles era muito forte. Se você fizesse uma reclamação agora, dependendo eles mandavam o funcionário lá na casa dele para perguntar: “O que tá acontecendo? Vim saber que que houve?” Isso várias vezes no meu caso. “Mas por que isso está acontecendo? Eu não tô de acordo com isso, entendeu?”. Aí agora mudou, até porque todo mundo foi embora. Quem estão aí agora não são aqueles mesmos funcionários.</i>	Interatividade; ajudas; voltam a ter diálogo; melhorou novamente; preocupação muito forte	Relacionamento caiu; problema das macrófitas; dificuldade para falar com eles; agora mudou; todo mundo foi embora
B	<i>A partir do nosso posicionamento com os cidadãos do município, a empresa abriu um canal de comunicação com o Coletivo. Então ela realizou um convite para um encontro, depois realizou um debate [...] para que pudesse ser apresentado o projeto deles, o projeto já pronto, né. E eles abriram também um escritório na cidade para interagir com as pessoas. Tudo em função da nossa mobilização. Então, assim, a gente conseguiu muitos avanços. Foram alterados vários aspectos no projeto. Me recordo da questão da escadaria de peixes no projeto, que foi alterado por causa da nossa reivindicação. Foram muitos questionamentos aí que eles tiveram que responder. Questão de empregos gerados. [...] Então, assim, teve uma relação muito grande. Hoje em dia, a gente tem um certo contato com a empresa [...], mas eu, pessoalmente, depois que a obra foi consolidada, não busquei mais ir a fundo nessa interação porque o objetivo deles já tinha sido realizado.</i>	Canal de comunicação; encontro; debate; interagir com as pessoas; avanços; relação muito grande	Certo contato com a empresa; não busquei mais ir a fundo nessa interação
E	<i>Tratamos com a empresa responsável em situações pontuais. Foi acertado a compensação ambiental do empreendimento em um parque municipal e este é principal motivo de nosso contato. Também foi emitido uma Notificação Extrajudicial a fim de obtermos informações a respeito das medidas adotadas pela empresa com relação a proliferação de macrófitas.</i>	Compensação ambiental	Situações pontuais; notificação extrajudicial

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 7

Como é o relacionamento entre você/a organização que você representa e a PCH?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave	
		Visão	
		Positiva	Negativa
F	<i>Tinha uma relação sim entre a escola e a Usina. [...] Eles deram muito apoio, eles fizeram um trabalho muito grande com a comunidade lá. Então eles investiram na escola e na comunidade também. Eles proporcionaram cursos de formação, [...] como plantar, fazer uma horta melhor, como cuidar dessa horta. [...] Então eles ajudaram muito a comunidade lá. [...] Nós tivemos palestras educativas sobre drogas. Nós tivemos palestras com a psicóloga da usina. [...] Então, assim, a relação com a escola era excelente! A gente podia sempre contar com eles. Nos trabalhos ali, era bastante formação. [...] Era uma relação contínua! [...] Então era um trabalho muito legal. Eles estavam sempre. [...] As crianças gostavam muito deles. Eram bem participativos com tudo que acontecia dentro da escola.</i>	Muito apoio; trabalho com a comunidade; investimento na escola e na comunidade; ajuda a comunidade; palestras; sempre podia contar; relação excelente; relação contínua; trabalho muito legal; participativos	-
G	<i>O pessoal da usina tinha um relacionamento com a escola! Com a escola e com a comunidade. Deram toda assistência para a comunidade em tudo. Assistência física, emocional, psicológica. Eles faziam um ótimo atendimento lá para a comunidade. Deram todo apoio. Até para a escola, sabe? Eles nos apoiavam em alguns eventos que a gente fazia na escola. A gente podia contar com o apoio deles. Deram cursos, né, para os jovens de lá [...]. Então, assim, eles tiveram um relacionamento muito bom com a comunidade [...], mas aí depois eles foram para outros lados.</i>	Assistência para a comunidade; ótimo atendimento para a comunidade e escola; apoio; cursos; bom relacionamento com a comunidade	Depois eles foram para outros lados
H	<i>Então, a gente teve um contato com eles só [...]. Mas a gente sempre fazia trabalho com a comunidade, sabe? Parte de artesanato, [...] parte de nutricionista, eles sempre tiveram ali. Até eles faziam o atendimento também ali. Atualmente não tem mais. Uma senhorinha [...] sentiu falta quando eles foram embora, porque eles ensinaram a ela fazer muita coisa. Uma pena que eles não continuaram [...].</i>	Trabalho com a comunidade; artesanato, nutricionista; atendimento; ensinaram fazer muita coisa	Atualmente não tem mais; foram embora; não continuaram
I	<i>Era uma parceria! Tudo o que a gente precisava, a gente corria atrás deles. Tudo o que eles precisavam, eles corriam atrás da gente [...]. Era muito bom! Eles ajudavam muito! [...] Lá tinha psicóloga, tinha assistente social. A gente tinha contato sempre. Desde o começo, do início, até o final, quando já estava funcionando a usina, ainda continuaram com o posto de atendimento e a gente ainda continuou com a parceria até fechar o posto de atendimento [...]. Seria muito bom se eles retornassem. Muito bom. Eles nos ajudavam muito.</i>	Parceria; ajudavam muito; psicóloga; assistente social; contato sempre; bom se retornassem	Fechar o posto de atendimento

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 7

Como é o relacionamento entre você/a organização que você representa e a PCH?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave	
		Visão	
		Positiva	Negativa
J	<i>Como acabou a obra aqui, a gente não tem nem convivência com eles [...]. Antigamente era diferente [...] porque como fez a barragem aqui, né, eu moro encostado aqui, então aí era mais próximo. Aí acabou a barragem e eles foram para outras barragens [...]. Antigamente tinha bastante coisa. Eles davam curso para as pessoas. Agora eles já foram embora [...].</i>	Era mais próximo; tinha bastante coisa; cursos	Não tem convivência; foram embora
K	<i>O relacionamento que eu tive com eles foi só nesse curso que eles deram na escola. Eles ficaram lá dando esse curso pra gente até a escola desativar, depois parou. Foi só naquela época mesmo. Depois não teve mais nada.</i>	Curso	Depois parou; foi só naquela época; não teve mais nada
L	<i>[...] Antigamente eles eram mais presentes. Depois que a barragem ficou pronta, eles não compareceram aqui mais, não. Tinha assistência social, psicológica. Eles vinham umas duas ou três vezes por semana quando estava construindo. Fazia visita para todo mundo.</i>	Assistência social e psicológica; vinham duas ou três vezes por semana; visita para todos	Antigamente eram mais presentes; não compareceram mais
M	<i>Tudo amigável. O pessoal é muito gente boa. Tudo tranquilo. [...] Tudo muito prestativo, né. Sempre foi prestativo. Desde que eles começaram a negociação até agora, tudo é muito tranquilo.</i>	Amigável; gente boa; tranquilo; sempre prestativo	-
N	<i>[...] Na época foi muito bom. Hoje eu não tenho mais contato, né. Atualmente não tem contato nenhum. Mas na época, foi muito bom. Pessoal muito bom. Beleza mesmo. Tudo que a gente precisava era só procurar.</i>	Na época foi muito bom; pessoal muito bom; tudo que precisava era só procurar	Hoje não tem mais contato; atualmente não tem contato
O	<i>Quando eles fizeram aqui, foi um relacionamento bom, [...] sem queixas. Foram muito prestativos, muito transparentes nas ações. Hoje eles não se encontram mais atuando aqui na comunidade nossa. [...] Foi só na época da instalação que houve um acompanhamento psicológico, na parte de social, teve um acompanhamento. Foi um acompanhamento razoável. Razoável não, bom. Hoje não [...]. Já tem mais de dois anos que não se manifestam. [...] Principalmente no caso meu, por exemplo, que já sou de idade, a esposa é de idade, e outros vizinhos que também optaram por permanecer nas redondezas e que são, também, já de idade, acabou acontecendo um certo impacto psicológico, sabe? E social também, porque a gente que era acostumado, assim, com uma quantidade limitada de vizinhos. Hoje, no novo bairro, aumentou demais o número de pessoas e pessoas muito diversas, sabe? Pessoas que a gente não é acostumado. [...] Seria de bom grado se tivesse um acompanhamento.</i>	Foi um relacionamento bom; sem queixas; muito prestativos; muito transparentes; acompanhamento psicológico e social; acompanhamento bom	Não se encontram mais atuando na comunidade; foi só na época da instalação; já tem mais de dois anos que não se manifestam; impacto psicológico; impacto social

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nas unidades de contextos em que se inserem as palavras-chave indicativas de visões positivas, observou-se que o relacionamento da empresa com o Coletivo, moradores da região, comunidade escolar e representantes da UBS se estabeleceu de forma próxima e interativa nas etapas precedentes à operação do empreendimento. Os entrevistados relataram experiências positivas associadas aos cursos realizados pela empresa (permacultura, pintura com terra, construção de fossa séptica), assistência psicológica e social prestada e a proximidade da equipe com a comunidade. Após a consolidação da obra, os laços se romperam e ocorreu o afastamento entre as partes, como pode ser observado pelas palavras-chave indicativas de visões negativas.

No que diz respeito ao Poder Público, como referido pela Entrevistada E, o relacionamento se estabelece por meio de ações pontuais associadas à mitigação/compensação dos impactos ambientais gerados. O mesmo ocorre com os Entrevistados A e B, uma vez que, cada um, a sua maneira, promovem ações relacionadas a proteção e conservação ambiental.

Para ilustrar a forma como o relacionamento com a empresa é percebido pelos entrevistados, foi realizada a análise de similitude. O resultado gráfico está apresentado na Figura 8. Para uma análise mais acurada dos atributos relevantes, os termos que se repetem menos de três vezes foram excluídos da representação.

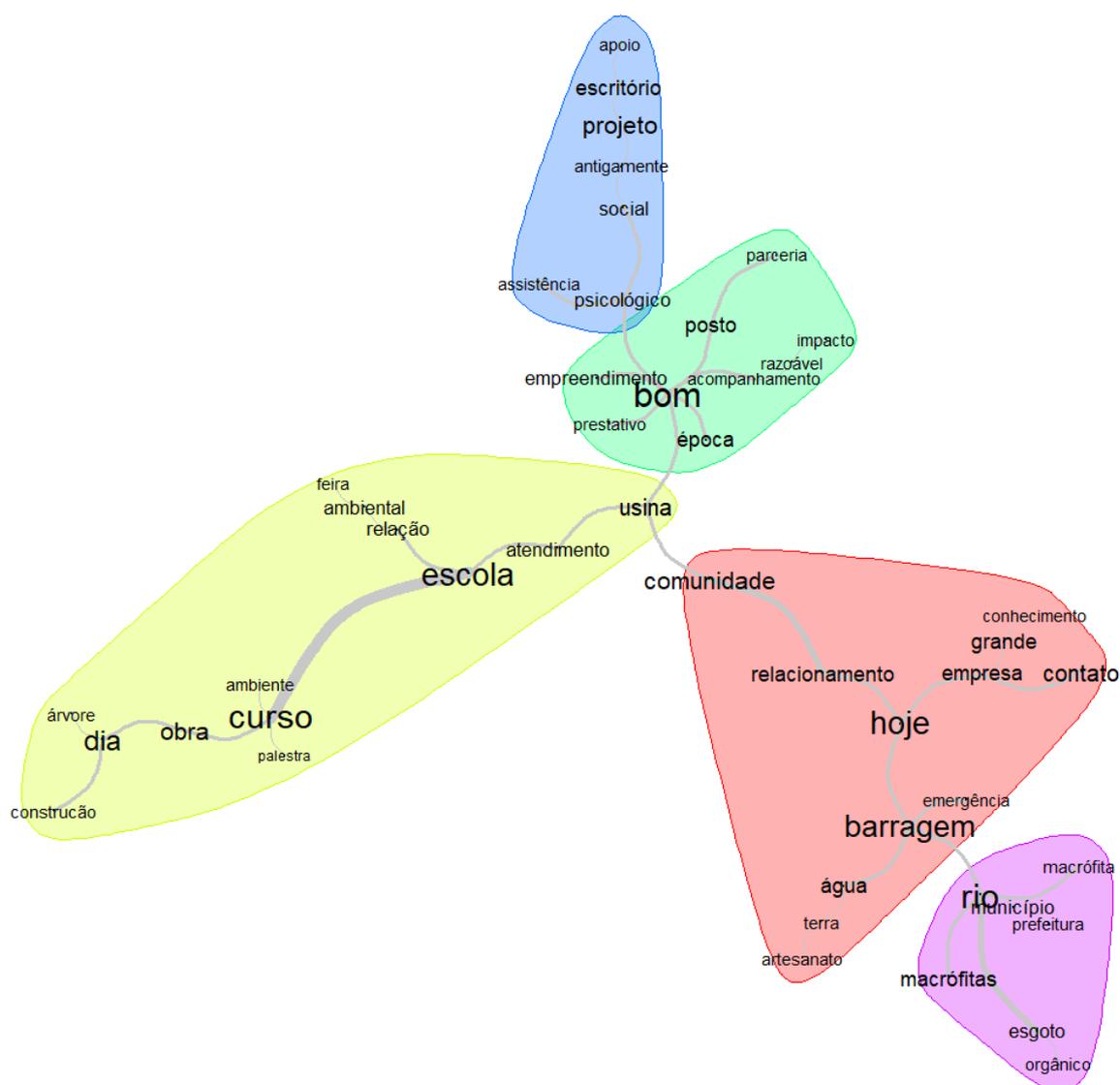


Figura 8 – Análise de similitude: Como é o relacionamento entre você/a organização que você representa e a PCH?

Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico de similitude apresenta as ligações existentes entre os termos e grupos. Em suma, a análise revelou cinco grupos de palavras, em que os termos mais expressivos têm maior relação com as palavras “*bom*”, “*escola*”, “*curso*”, “*hoje*”, “*barragem*” e “*rio*”. Confirmado por consulta aos dados, o adjetivo “*bom*” é utilizado para caracterizar o relacionamento e as práticas desenvolvidas pela empresa. Dessa forma, nota-se, pela Figura 8, que o relacionamento considerado bom está atrelado ao acompanhamento, a existência de um posto de apoio, a prestatividade e a parceria do empreendimento com a comunidade. Observa-se, ainda, grande proximidade deste grupo com aquele que inclui os termos “*assistência*”, “*social*”, “*psicológico*” e

“*apoio*” e com aquele que possui os termos “*escola*” e “*curso*”, indicando uma visão positiva por parte dos respondentes sobre a assistência social e psicológica prestada e a atuação da equipe responsável pela PCH sobre a escola local, com destaque para os cursos realizados. Outro aspecto importante diz respeito a presença dos termos “*antigamente*”, “*época*” e “*construção*” nos grupos citados. Esses termos fazem referência ao passado, às etapas anteriores a operação do empreendimento. Depreende-se, portanto, que o adjetivo “*bom*”, caracterizando o relacionamento citado pelos respondentes, estabelece relação íntima com a assistência social e psicológica, com o acompanhamento e com o apoio prestados pelo empreendimento, e com os cursos realizados na escola local, todos ocorridos no passado.

O grupo destacado pelo termo “*hoje*”, remetendo ao presente, inclui as palavras “*barragem*”, “*emergência*”, “*água*” e “*terra*”. Infere-se, a partir disso, que o relacionamento atual se aproxima dos aspectos voltados para a segurança e estabilidade da barragem e aos recursos naturais. Ainda, nota-se que este grupo está bastante próximo daquele que contém palavras associadas ao termo “*rio*”. Tais palavras fazem referência aos principais impactos sobre o rio destacados pelos respondentes, como a presença de macrófitas, matéria orgânica e despejo de esgoto. Logo, infere-se que a relação entre as partes, atualmente, está restrita à mitigação dos impactos ambientais causados, sem menção às atividades de apoio e acompanhamento da comunidade, tão destacadas à época que precedem a operação do empreendimento.

É válido, também, verificar como cada grupo de entrevistados percebe seu relacionamento com o empreendimento. Para isso, foi realizada a análise de especificidades. Essa análise permite a identificação das diferenças no uso do vocabulário por cada um dos grupos. De maneira sintética, os vocábulos utilizados por cada grupo são comparados com o vocabulário geral, permitindo identificar quando ele foi sobre ou sub-representado (SILVA, 2020). Essa análise foi aplicada sobre o adjetivo “*bom*” e suas variações e o resultado está apresentado na Figura 9.

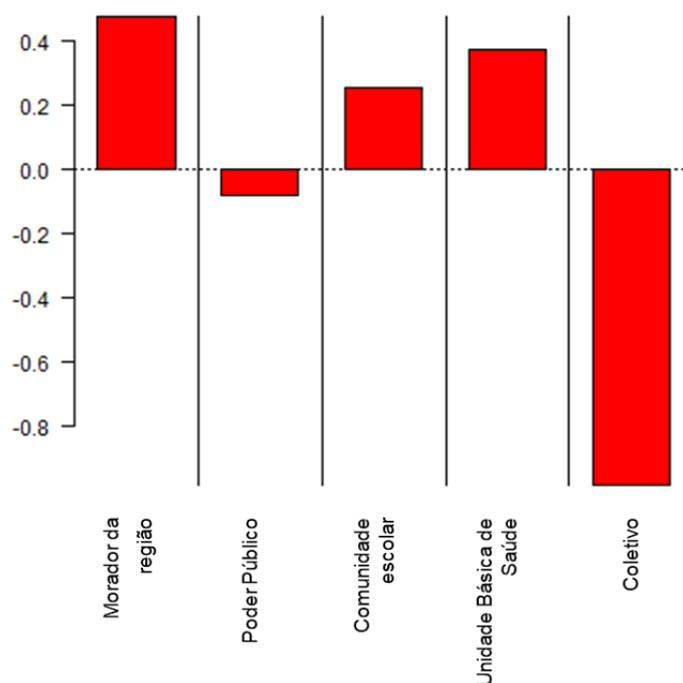


Figura 9 – Análise de especificidades: Como é o relacionamento entre você/a organização que você representa e a PCH?
Fonte: Elaborado pelo autor.

Estabelece-se maior correlação entre o adjetivo “*bom*” e suas variações e os relatos dos moradores da região, seguido pelos depoimentos dos representantes da UBS e da comunidade escolar. Admite-se, portanto, que um bom relacionamento entre as partes foi observado pelos grupos supracitados. Os excertos a seguir, retirados das entrevistas aplicadas, ratificam a proposição:

Eles nos apoiavam em alguns eventos que a gente fazia na escola, a gente podia contar com o apoio deles. Deram cursos né, para os jovens de lá, permacultores. Então, assim, eles tiveram um relacionamento muito bom com a comunidade (ENTREVISTADA G, COMUNIDADE ESCOLAR).

Nossa, era uma parceria! Tanto do posto quanto da escola. Porque lá era um corpo só, a escola e o posto. [...] Era muito bom. Eles ajudavam muito. Na escola, assim, em questão, eles arrumaram computadores, levavam palestrantes, curso, muitos cursos (ENTREVISTADA I, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE).

Quando eles fizeram aqui, foi um relacionamento bom (ENTREVISTADO O, MORADOR DA REGIÃO).

A menor incidência do adjetivo “*bom*” e suas variações nos discursos dos representantes do Poder Público e do Coletivo indica que a visão sobre o relacionamento entre esses atores e os demais é distinta. A partir da análise das

entrevistas, nota-se que tal relacionamento, atualmente, é pontual e neutro, conforme corrobora os excertos a seguir:

Hoje em dia, a gente tem um certo contato com a empresa [...]. Mas eu, pessoalmente, depois que a obra foi consolidada, não busquei mais ir a fundo nessa interação [...] (ENTREVISTADO B, COLETIVO).

Tratamos com a empresa responsável em situações pontuais [...] (ENTREVISTADA E, PODER PÚBLICO).

As análises realizadas, assim como a análise de conteúdo adaptada, mostram que o relacionamento entre o empreendimento e os atores entrevistados foi considerado mais positivo nas fases de implementação do empreendimento. Essa visão é predominante entre os moradores da região, a comunidade escolar e as agentes de saúde entrevistados, visto que estes foram os principais beneficiados pelos programas de acompanhamento e assistência prestados pelo empreendimento à época. Com o início da operação e com o fechamento do posto de apoio, o relacionamento entre as partes reduziu, se resumindo a ações pontuais de mitigação de impactos ambientais.

Como afirmam Franks e Cohen (2012), a visão dos atores sobre o relacionamento com a companhia foi variável em função das particularidades dos envolvidos e dos estágios de instalação e operação do empreendimento. Ao assumirem que a LSO não pode ser traduzida em um acordo formalizado, os autores propõem pensar essa estratégia como um descritor do estado da relação entre o empreendedor e a comunidade e, por isso, ela deve ser um processo contínuo. Em concordância, Santiago e Demajorovic (2016) afirmam que as avaliações dos impactos socioambientais exigem uma abordagem de gerenciamento contínuo ou, ao menos, conduzidas em intervalos regulares.

Segundo Thomson e Boutilier (2011), as relações devem ser mútuas e podem ser firmadas por meio de alguns mecanismos a serem implementados pelo empreendimento, dentre eles o estabelecimento de canais efetivos de comunicação, a presença no cotidiano e a integração e participação do conjunto social para, assim, construir a legitimidade e apresentar os valores de respeito ao local e suas lideranças.

Para os fins deste estudo de caso, observou-se que nas etapas iniciais de implementação do empreendimento, o exercício das atividades de assistência realizadas pela companhia ocorreu em consonância com as melhores recomendações apontadas pela literatura. Porém, no decorrer da operação, houve queda no

relacionamento entre as partes, em consequência da ausência de uma equipe de apoio local. Logo, ao enumerarem as ações pontuais e intermitentes que são realizadas atualmente, as entrevistas demonstram que, sob a perspectiva das melhores práticas, o relacionamento entre as partes, hoje em dia, praticamente não existe, tendo uma tendência, portanto, negativa.

A continuidade do relacionamento é fator imprescindível para a conquista e manutenção da LSO, uma vez que a força e a resiliência das relações entre as partes influenciará a resposta dos atores-chave aos eventos e atividades associadas ao empreendimento e esse aspecto indica a facilidade com que a LSO pode ser removida. Em outras palavras, quanto mais robusto for o relacionamento, mais tempo leva para a licença social se deteriorar (FRANKS; COHEN, 2012).

Por fim, há de se considerar que o empreendimento utilizado como objeto de estudo neste trabalho é controlado remotamente pela sede, localizada em outro município. A equipe que atua presencialmente é estritamente técnica, responsável pela manutenção da casa de máquinas. Portanto, este pode ser um fator que influencia a visão dos entrevistados sobre o relacionamento atual com o empreendimento. Ainda que as tecnologias de telecomunicações permitam o contato, a distância impede que o empreendedor tome conhecimento de determinados ônus, condições, visões, expectativas e características que só podem ser verificados a partir da vivência no local e contato direto com os indivíduos (MERLEAU-PONTY; MOURA, 1999).

6.2.3 Conhecimento do conceito de “Licença Social para Operar” por parte dos atores-chave

Todos os entrevistados responderam enfaticamente que não têm conhecimento a respeito do conceito de Licença Social para Operar.

Para Dare, Schirmer e Vanclay (2014), é importante que os envolvidos na avaliação de impactos tenham ciência do conceito de licença social. Dentre os motivos, Williams e Schirmer (2012) destacam que um empreendimento considerado socialmente licenciado gera influência sobre a forma como ele é experimentado pelos envolvidos. Outro ponto diz respeito às considerações em torno da licença social, que são importantes para o engajamento da comunidade e favorecem a participação pública. De forma geral, o conhecimento da licença social pode guiar, de forma prática,

o envolvimento da comunidade em novos e alternativos caminhos para o desenvolvimento (BAINES; TAYLOR; VANCLAY, 2013).

Para Franco, Sampaio e Almeida (2019), a forma como o conceito de LSO parte da empresa e é entendido pela comunidade pode gerar conflitos e decadência da reputação construída. Assim, é necessário que o conceito de LSO seja difundido como um mecanismo contínuo de múltiplas licenças obtidas em diferentes níveis da sociedade e que seja capaz de modificar comportamentos e revelar a importância da prática de responsabilidade socioambiental.

É fundamental, por parte da empresa, demonstrar seu comprometimento com o local e desenvolver suas ações de maneira planejada, permitindo que os membros da comunidade e demais atores envolvidos tenham em primeira mão informações necessárias à sua participação na tomada de decisões. A ausência de transparência e a falta de um plano claro de comunicação são riscos para a reputação empresarial (LIMA, 2016), mesmo que o mercado de energia não seja regido por clientes específicos e que, em sua maioria, não estão localizados na região onde se opera uma hidrelétrica.

6.2.4 Visão dos atores-chave quanto à presença da empresa na região

A literatura preconiza que a presença de um empreendimento deve se associar a melhorias da qualidade de vida da população e que os ganhos gerados sejam harmonizados, de modo que os resultados sejam visíveis nas comunidades locais (BRITO *et al.*, 2017). A seguir estão descritas as visões dos atores entrevistados sobre a presença da empresa na região.

A visão do Entrevistado A está associada ao relacionamento entre ambos. Para ele, há necessidade de uma relação contínua, que ultrapasse os períodos de obtenção de licenças ambientais.

O Entrevistado B se mostra contrário ao empreendimento em vista dos prejuízos ambientais e da ausência de participação pública nas audiências do processo de licenciamento ambiental, e espera que as devidas compensações sejam efetuadas.

A respeito da participação social no processo de licenciamento ambiental do empreendimento, vale ressaltar que os requisitos legais foram acatados: é obrigatória a publicidade do processo com a possibilidade de solicitação, porém, a audiência pública ocorre apenas se for solicitada. No entanto, é importante considerar que o

cumprimento da legislação não significa necessariamente efetiva participação pública no processo (ALMEIDA; GONÇALVES; FARIAS, 2018). Frente às queixas apresentadas pelo Entrevistado B, faz-se pertinente avaliar se a legislação foi suficiente para que o referido processo tenha sido efetivamente participativo. Para não se evadir do objetivo proposto para este trabalho, sugere-se que essa temática seja abordada com maior profundidade em pesquisas futuras.

Para a Entrevistada C, a presença do empreendimento representa uma perda do patrimônio natural da região. Além disso, ressalta a problemática associada à presença de macrófitas na represa e a ausência do tratamento de efluentes.

A visão da Entrevistada D a respeito do empreendimento é negativa, em vista dos efluentes que, segundo ela, podem comprometer, até mesmo, a produção de energia. Ela não vislumbra benefícios da presença do empreendimento para a região e sugere aproximação e colaboração por parte do empreendedor para com o município, uma vez que os impactos já foram concretizados.

A Entrevistada E faz referência em seu discurso aos passivos ambientais gerados pela empresa e que acometem o local atualmente, como é o caso do acúmulo de macrófitas na represa e seus efeitos sobre a qualidade da água. Por outro lado, ressalta os benefícios socioeconômicos para a região nas fases de implementação do projeto.

A Entrevistada F possui uma visão majoritariamente positiva sobre a presença do empreendimento na região, em vista dos ganhos gerados para a escola em que atuava como diretora. Segundo ela, a princípio, a comunidade escolar ficou bastante apreensiva com relação a obra, em especial no que tange aos impactos ambientais. No entanto, com os cursos e palestras oferecidos pela companhia, logo essa preocupação cessou.

Para as Entrevistadas G, I e K, os principais benefícios da presença do empreendimento na região ocorreram na fase de construção, com a necessidade de mão-de-obra e a geração de empregos. Atualmente, com o funcionamento da usina, elas relatam desconhecer a equipe e o tipo de trabalho realizado.

A Entrevistada H, sobre a época da construção do empreendimento, relaciona receios gerados pelos rompimentos de barragem ocorridos em Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019). Atualmente, recebe destaque em sua fala a alta concentração de macrófitas na represa que, segundo ela, são removidas constantemente pela empresa responsável pela PCH.

A Entrevistada J foi contratada pela companhia para atuar na limpeza do escritório local. Logo, a geração de emprego foi um aspecto de destaque em seu discurso sobre a presença da empresa na região, em especial à época precedente à operação do empreendimento. Porém, com o encerramento das obras, ela e os demais trabalhadores foram dispensados.

De maneira geral, os Entrevistados L, M e O relatam experiências positivas associadas à época de construção do empreendimento, como a melhoria de estradas e geração de empregos e renda para o município. Com o encerramento da obra, algumas particularidades foram levantadas, como a deterioração das estradas (Entrevistado L) e a necessidade de cumprimento das medidas de mitigação de impacto ambiental (Entrevistado O). Em oposição, o Entrevistado N possui uma visão negativa quanto à época de instalação do empreendimento, uma vez que precisou deixar a propriedade em que vivia há anos. Atualmente, sua visão apresenta tendência positiva, pois, segundo ele, o local não sofreu grandes alterações.

O Quadro 8 traz a súmula das respostas dos entrevistados a respeito do questionamento sobre a presença da empresa na região.

Quadro 8 - Trechos dos discursos dos respondentes que relatam suas visões a respeito da presença do empreendimento na região.

O que você acha da presença da empresa na região?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave Visão	
		Positiva	Negativa
A	<i>Olha, eu acho que a presença deles aqui hoje, eles não me negam nada. Eles sempre me doam mudas [...]. Mas eu acredito que esse relacionamento é muito bom na época que eles precisam conseguir a licença, quando precisam começar a construção, quando precisam da licença de operação. Então eu acredito que aí é muito melhor. Eles não me ligam para me perguntar como estão as coisas aqui, como é que tá funcionando, não tem esse relacionamento agora. [...] Eu acho que poderia ser melhor, eu acho que é um pouco fraca, por ser tão recente a operação e já estar gerando energia, eu acho que deviam continuar com algo aqui.</i>	Não me negam nada; doam mudas	Relacionamento muito bom na época que eles precisam conseguir a licença; não me ligam; não tem esse relacionamento agora; poderia ser melhor; fraca; deviam continuar com algo
B	<i>Eu sou contrário àquela obra. Sou totalmente contrário. [...] Mas diante do que a gente tem, que sejam cumpridos todos os protocolos e exigências deles [...]. Por eles não terem chamado a audiência pública [...]. Não teve audiência pública. Só queriam discutir o pós projeto.</i>	Sejam cumpridos os protocolos e exigências	Contrário; não teve audiência pública; só queriam discutir o pós projeto
C	<i>Eles estragaram uma região que era linda! Eu vi fotos dela, tive a oportunidade de ver vídeos. Então estragaram aquilo. Foi uma desgraça um negócio desses. E não temos horizonte de tratamento.</i>	-	Estragaram; desgraça
D	<i>Eu vejo muito negativamente, né. [...] Toda vez que a gente passa lá é chocante a imagem que a gente tem. [...] . Aí simplesmente essa empresa vai embora, deixa todo dano aí e a comunidade fica sem nenhum benefício, né. [...] Até essa própria energia, [...] ela vai ser direcionada para outros locais. [...] Então os benefícios aqui, locais, para a sociedade, para comunidade local, né, seja tanto daqueles que estão contribuindo, né, não tem, assim, uma medida de colaboração, né. Nós vamos tratar nosso efluente, vai produzir energia, então a gente poderia ter uma alíquota diferenciada dessa energia produzida com uma água de qualidade, né. Então não existe essa visão realmente de um todo de colaboração, que faria com os empreendimentos fossem até mais lucrativos, né.</i>	-	Negativamente; chocante; comunidade sem nenhum benefício; não tem uma medida de colaboração
E	<i>Inicialmente quando a empresa estava construindo o empreendimento havia uma grande circulação de renda no município, geração de empregos diretos e indiretos. Atualmente com a operação da PCH somente temos um passivo ambiental que não foi previsto nos estudos ambientais a respeito da péssima qualidade da água represada e que proporciona o acúmulo de macrófitas e lixo no barramento.</i>	Circulação de renda; geração de empregos	Passivo ambiental; péssima qualidade da água; acúmulo de macrófitas; lixo

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 8

O que você acha da presença da empresa na região?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave	
		Visão	
		Positiva	Negativa
F	<i>Bom, para a escola, assim, foi muito bom, né. O que eu posso te falar: a gente ficava preocupado com o meio ambiente [...]. Mas aí depois eles vieram e eles fizeram um trabalho que a gente começou a questionar, né. Se iria prejudicar o meio ambiente. Aí eles também levaram palestras sobre... Que não iria, de forma alguma, prejudicar o meio ambiente.</i>	Muito bom; palestras	Preocupado com o meio ambiente
G	<i>Quando ela estava em construção, foi um grande empreendimento, que deu muito trabalho né, empregou muita gente lá. Agora hoje, [...] ninguém fala nada sobre a usina. Ninguém nem sabe que ela está lá. É uma coisa, assim, estranha, né. Ela está lá, uma baita de uma construção, mas assim, ninguém comenta. Não tem mais uma equipe lá. Não tem ninguém mais lá, a não ser alguém que deva trabalhar lá na operação da usina e eu nem sei se tem.</i>	Trabalho; emprego	Não se fala sobre a usina; ninguém sabe que está lá; estranho; ninguém comenta; não tem equipe
H	<i>Então, no começo todo mundo ficou com medo. [...] Com medo de estourar a barragem. Mas, assim, agora eles estão bem que cuidando, né. Porque surgiu aquela espécie de aguapé lá que cobriu muito da parte da barragem. Mas aí toda semana eles limpam, mas vai aumentando cada dia mais.</i>	Estão cuidando; toda semana eles limpam	Medo; estourar a barragem; aguapé aumentando
I	<i>Olha, na época que movimentou muita gente, a preocupação deles com o meio ambiente, com os funcionários, etc., isso era uma coisa boa. Muito boa! Agora, depois de pronta, como eu saí lá do posto, aí eu já não participei tanto, né, para ver como ficou. Então, na época da construção era tudo de bom! Tudo! Tudo! Assim, a movimentação, eles eram muito preocupados com os funcionários... Vacina, alimentação, tudo... Meio ambiente! Era tudo de bom. Agora, depois de pronta eu não posso te dizer, porque faz muito tempo que eu fui lá. Eu passei lá e não sei como que está o funcionamento.</i>	Movimentou muita gente; preocupação com meio ambiente e funcionários; coisa boa; na época da construção era bom	Não sei como está o funcionamento
J	<i>Uai, foi bom, né. Por causa da geração de energia. E quando teve essa obra aí ajudou tanta gente que estava desempregado. Muita gente. Teve bom. Não sei te responder exatamente, mas acho que foi bom. Ruim não foi. Mas foi muito bom. [...] Foi bom em uma parte porque eu tive serviço por quase dois anos. Foi um ano e pouquinho que eu fiquei empregada ali. Desse lado foi bom. Ajudou muita gente daqui que estava desempregado, nossa! Muita gente mesmo! Gente de fora também. Veio gente de fora para trabalhar que estava desempregado. Teve bastante emprego. Seria perfeito se eles continuassem, mas como acabou a barragem, acabou o serviço também.</i>	Bom; geração de energia; ajudou muita gente desempregada; ruim não foi; serviço; empregada; bastante emprego	Acabou o serviço
K	<i>Meu marido, particularmente, ele que gostava de pescar nas beiradas, né, ficou ruim. E depois tem um negócio que saiu naquela água lá, dizem que não tem como tirar... Você quase não vê a água, só vê aquele verde que nasceu em cima da água. Não sei o que é. Parece ser um resíduo. Me falaram que é de esgoto, [...]. Mas para mim não tem melhoria nenhuma, não. [...] Eu acho que ela ajudou, assim, no começo o emprego ajudou muita gente, com certeza. Mas hoje, em si, está parado. A gente passa por lá, eu vejo tudo fechado. Eu não sei como é o funcionamento deles, não faço ideia também.</i>	No começo gerou empregos; ajudou muita gente	Ruim para pesca; resíduos na água; esgoto; nenhuma melhoria; hoje está parado; fechado; desconheço o funcionamento

■ Morador da região

■ Coletivo

■ Poder Público

■ Comunidade escolar

■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 8

O que você acha da presença da empresa na região?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave	
		Visão	
		Positiva	Negativa
L	<i>Uai, no começo foi bom, rapaz, porque as estradas aqui eram ruins demais. Aí quando eles estavam com a obra aqui foi uma beleza. [...] A estrada que liga a nossa casa até o asfalto é da barragem, certo? Antes era uma beleza, agora, credo, está muito ruim. Depois que eles foram embora piorou. E a barragem também está muito suja, não tem como mais pescar, nadar.</i>	No começo foi bom; na época da obra foi uma beleza; melhoria das estradas	Agora está muito ruim; depois que eles foram embora piorou; barragem muito suja; não tem como pescar ou nadar
M	<i>Uai, não foi ruim não. [...] Nós não podemos reclamar, não. Não afetou nada, para começo de história, e é uma vizinhança tranquila. A gente, a princípio, até esperava que melhorasse mais com relação ao turismo, né, mas como a água do rio aqui, ela não é muito... Ela não está sendo muito viável nem para eles [...] porque a água vem contaminada, [...]. E aí eles estavam com um trabalho ali que já tiraram não sei quantas mil toneladas desse produto, mas vira e mexe está dando de novo. Eles fazem praticamente direto essa limpeza da usina.</i>	Não foi ruim; não podemos reclamar; não afetou; vizinhança tranquila; retirada do resíduo da água; limpeza constante	Esperava melhorias com relação ao turismo, mas não ocorreu
N	<i>Para mim, tudo bem. Legal. É igual como era antes mesmo. Para mim não faz muita diferença, rapaz. Teve mais interferência na época que eu tive que sair da minha casa, que eu tinha muitos anos lá, né. Aí eu não gostei, não. Mas agora está tudo de boa. Fiz outra casa.</i>	Tudo bem; legal; igual como era antes; não faz diferença	Tive que sair de casa, depois de muitos anos morando nela
O	<i>Em sentido geral, ela só trouxe melhorias. Só trouxe resultados bons, positivos, porque ela propiciou mão-de-obra, emprego, renda para o município. De certa forma ela trouxe um pouco de progresso, né, para a comunidade. A comunidade parece que, não só com o dinheiro que eles injetaram aqui, mas também com esse tipo de esclarecimento que eles acabaram fazendo por aqui com alguns cursos, algumas coisas. Eu, para ser sincero, não vejo nada de negativo nesse tipo de empreendimento. O impacto ambiental é mínimo possível, porque o espaço é pequeno. E se eles cumprissem a parte de recuperação, zeraria e ficaria até melhor essa questão ambiental. Se tornaria até melhor devido ao bom e novo conhecimento do pessoal do entorno, então seria muito bacana. Então eu só tenho elogios, só coisa positiva.</i>	Só trouxe melhorias; resultados bons, positivos; mão-de-obra; geração de emprego e renda para o município; progresso para a comunidade; cursos; não vejo nada negativo; impacto ambiental mínimo; elogios	Cumprir a recuperação ambiental

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que muitos relatos perpassam frequentemente pela temática dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. Para Batista *et al.* (2012), os impactos ambientais de instalação de um empreendimento hidrelétrico são expressivos, exigindo dos gestores uso racional dos recursos naturais e mitigação dos prejuízos, por meio de planejamento sustentável e execução das propostas. Além disso, a preservação ambiental é fundamental para a manutenção do estilo de vida de determinadas comunidades, com ênfase naquelas que dependem de forma direta dos recursos naturais (JIJELAVA; VANCLAY, 2014). Nesse sentido, alguns entrevistados fazem menção às atividades de pesca e navegação, que foram prejudicadas pela presença da empresa na região. Os trechos relevantes acerca deste aspecto estão transcritos a seguir:

[...] depois o negócio de repente vira um lugar poluído, cheio de macrófitas, que não vai ser possível navegar e nada disso (ENTREVISTADA C, COLETIVO).

Meu marido, particularmente, ele que gostava de pescar nas beiradas, né, ficou ruim. [...] Você quase não vê a água, só vê aquele verde que nasceu em cima da água (ENTREVISTADA K, MORADORA DA REGIÃO).

A presença de macrófitas na represa da PCH, destacada pelos entrevistados E, H, K, L e M, fornece informações importantes sobre o ambiente em que estão inseridas. Geralmente, essas plantas aquáticas se desenvolvem em ambientes que possuem concentrações específicas e elevadas de determinados poluentes, permitindo inferir, portanto, que o corpo hídrico está poluído. A intensa proliferação de macrófitas, fenômeno denominado eutrofização, causa impactos ambientais graves sobre o local, dentre eles alterações nas características da água, sabor, turbidez, cor, redução dos níveis de oxigênio dissolvido, mortalidade de organismos aquáticos e limitação dos usos da água (SANTOS *et al.*, 2020). A problemática das macrófitas é frequentemente constatada em empreendimentos hidrelétricos, sugerindo a implementação de um programa efetivo de monitoramento e controle das espécies para, assim, evitar os prejuízos financeiros, políticos e socioeconômicos (AGOSTINHO; GOMES; JÚLIO JÚNIOR, 2018; PINHEIRO; MARQUES; LOLIS, 2019). Em discordância do recomendado pela literatura, a existência de uma notificação extrajudicial, mencionada pela representante do setor de meio ambiente municipal (Quadro 7), dá indícios de que a mitigação deste impacto não está ocorrendo de maneira adequada.

É na fase de operação que ficam mais evidentes os impactos ambientais negativos que foram provocados pela construção de barragem e alagamento da área, que podem resultar em prejuízos ao ecossistema se não forem devidamente controlados (BORGES; MEIRA, 2017). Porém, no que tange aos impactos socioeconômicos, com ênfase na geração de emprego e renda, eles são mais perceptíveis nas fases de implantação e construção da obra (LATINI; PEDLOWSKI, 2016). Os seguintes excertos retirados das entrevistas corroboram com a proposição:

Inicialmente quando a empresa estava construindo o empreendimento havia uma grande circulação de renda no município, geração de empregos diretos e indiretos (ENTREVISTADA C, PODER PÚBLICO).

Quando ela estava em construção, foi um grande empreendimento, que deu muito trabalho né, empregou muita gente lá (ENTREVISTADA G, COMUNIDADE ESCOLAR).

[...] quando teve essa obra aí ajudou tanta gente que estava desempregado. Muita gente. [...] Ajudou muita gente daqui que estava desempregado, nossa! Muita gente mesmo! Gente de fora também. Veio gente de fora para trabalhar que estava desempregado. Teve bastante emprego (ENTREVISTADA J, MORADORA DA REGIÃO).

De maneira geral, os benefícios socioeconômicos, atualmente, não se sobressaem nas entrevistas; em suas falas sobre a presença atual do empreendimento, os entrevistados majoritariamente destacam os impactos ambientais decorrentes da operação da PCH ou afirmam não conhecer suas atividades. Frente a essa situação, Jijelava e Vanclay (2014) afirmam que cabe ao empreendedor superar o desafio de garantir que os interesses locais não sejam negligenciados, no sentido de cumprir os ideais de desenvolvimento sustentável. E, para os fins deste estudo, um dos conceitos de sustentabilidade compatível é definido por Tiainen, Sairinen e Novikov (2014), que afirmam que o capital natural utilizado pode gerar capital produtivo e deve atender as necessidades e obedecer às condições sociais, econômicas e ecológicas locais, envolvendo empresa, governo e comunidade. Portanto, propor melhorias contínuas nas condições ambientais da represa e adequação da operação aos anseios socioeconômicos dos usuários pode induzir a novas visões sobre a presença do empreendimento na região, uma vez que a sustentabilidade é, comumente, uma preocupação dominante entre as comunidades (PRNO, 2013).

Ainda, Franco, Sampaio e Almeida (2019) apontam que, dentro do contexto socioambiental, a preocupação com o meio ambiente pode influenciar a concessão

da LSO por parte da comunidade. É necessário que o empreendimento ou a companhia responsável mantenham um diálogo transparente a respeito das medidas mitigadoras e dos mecanismos de compensação de impactos. Os autores complementam com a necessidade de se ampliar o enfoque às questões sociais, especialmente no atendimento contínuo das demandas de minorias socialmente vulneráveis, uma vez que, atualmente, o empreendimento despende mais atenção ao ambiental do que ao social.

Outro aspecto relevante levantado pelos entrevistados refere-se à invisibilidade do empreendimento atualmente: ainda que seja uma obra grande, muitos dos munícipes não tem conhecimento de suas atividades. Os trechos a seguir reproduzem as falas dos respondentes que reiteram a afirmação:

Agora hoje, [...] ninguém fala nada sobre a usina. Ninguém nem sabe que ela está lá. É uma coisa, assim, estranha, né. Ela está lá, uma baita de uma construção, mas assim, ninguém comenta. Não tem mais uma equipe lá. Não tem ninguém mais lá, a não ser alguém que deva trabalhar lá na operação da usina e eu nem sei se tem (ENTREVISTADA G, COMUNIDADE ESCOLAR).

[...], mas hoje, em si, está parado. A gente passa por lá, eu vejo tudo fechado. Eu não sei como é o funcionamento deles, não faço ideia também (ENTREVISTADA K, MORADORA DA REGIÃO).

Com a ausência de uma equipe de relacionamento local e de divulgação das informações sobre o empreendimento, a imagem construída pelos entrevistados é genérica e vaga. Essa realidade pode induzir a fragilidades na LSO, já que comunicação transparente e presença contínua são requisitos para sua aquisição e manutenção (THOMSON; BOUTILIER, 2011). Além disso, pode se assumir que os benefícios gerados pela presença do empreendimento na região não são suficientes para que a empresa se destaque aos olhos da população.

Para complementar e validar as informações apresentadas até aqui sobre a presença do empreendimento na região, foi realizada a análise de similitude. A representação gráfica está indicada na Figura 10.

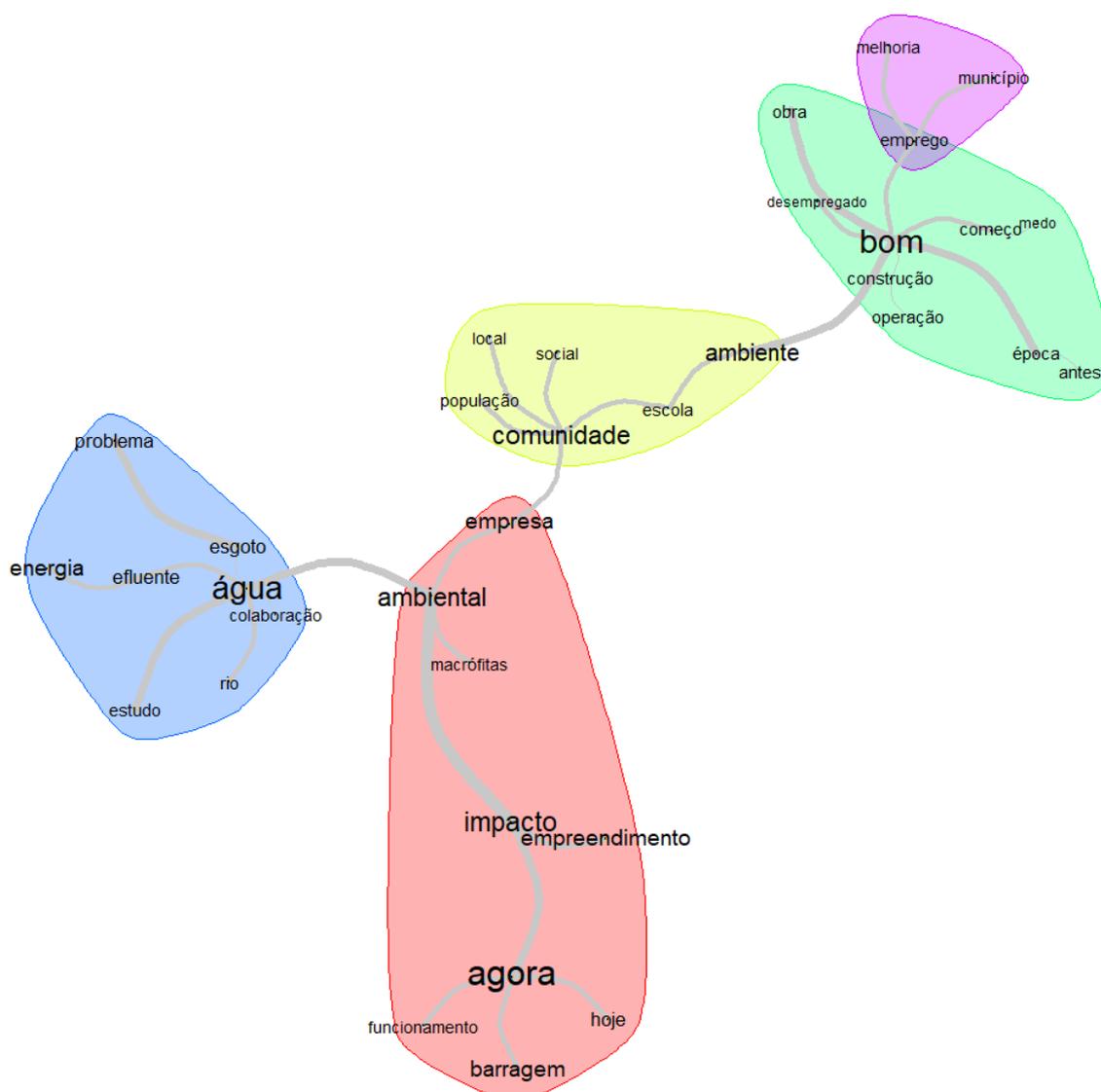


Figura 10 – Análise de similitude: O que você acha da presença da empresa na região?
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como os resultados observados sobre o relacionamento com o empreendimento, a análise de similitude indica que o adjetivo “*bom*” e suas variações estabelecem relações próximas com termos que se referem ao passado, como “*começo*”, “*época*” e “*obra*”. É válido destacar os termos divergentes que surgem neste grupo, “*medo*” e “*desempregado*”, que são indicativos de visões negativas sobre o empreendimento. A palavra “*medo*” diz respeito à apreensão da população quanto ao possível rompimento da barragem com o anúncio do início das obras, em vista dos acontecimentos em Mariana-MG (2015) e Brumadinho-MG (2019); e a palavra “*desempregado*” indica que este fator foi superado na época.

Observa-se familiaridade deste primeiro grupo de palavras com aqueles que incluem os termos “*comunidade*”, “*social*” e “*escola*”; e “*melhoria*” e “*município*”. Confirma-se, portanto, a partir dessas relações estabelecidas, que a visão positiva sobre a presença do empreendimento na região refere-se às épocas precedentes à sua operação, quando eram visíveis as melhorias geradas para o município com a vigência da prestação de assistência social, proximidade da empresa com a comunidade e geração de empregos.

Por outro lado, o advérbio “*agora*”, caracterizando a visão atual sobre a presença do empreendimento, remete, principalmente, aos termos “*impacto*”, “*funcionamento*” e “*barragem*”. Ainda, verifica-se proximidade destes termos com o grupo de palavras que caracteriza o impacto ambiental sobre a água. Em suma, a percepção dos entrevistados acerca da presença atual do empreendimento na região relaciona-se aos impactos ambientais gerados sobre o rio pela operação do empreendimento e que não foram mitigados ou suficientemente mitigados, assumindo, assim, caráter negativo.

A análise de especificidades (Figura 11) demonstra como o adjetivo “*bom*” e suas variações estiveram mais presente no discurso dos moradores da região, comunidade escolar e agentes de saúde. Presume-se que estes grupos desenvolveram uma visão positiva sobre a presença do empreendimento na região, ao menos por determinado período, uma vez que foram os principais beneficiados pelas políticas e práticas de responsabilidade social empresarial.

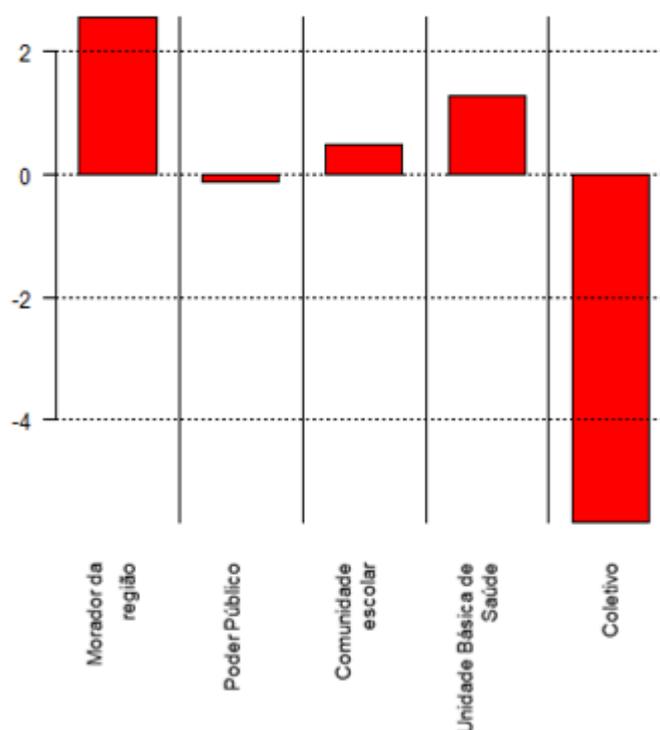


Figura 11 – Análise de especificidades: O que você acha da presença da empresa na região?
 Fonte: Elaborado pelo autor

6.2.5 Contribuições da empresa para a região

O marco conceitual da LSO prevê que o empreendimento gere contribuições para o local onde está instalado, dentre as quais se destacam a aquisição de produtos, serviços e mão-de-obra locais, apoio a iniciativas socioambientais e culturais e investimento em infraestrutura pública. Tais feitos favorecem a criação de um legado entre a comunidade, porém, não garantem, necessariamente, o sucesso na aquisição da LSO (HOLLEY; MITCHAM, 2016; TESCHNER, 2013; WILSON, 2016). Diante do explicitado, os entrevistados apresentam diferentes visões a respeito das contribuições geradas pelo empreendimento para a região.

Para o Entrevistado A, não há perspectiva de contribuições de empreendimentos do tipo PCH para a região e para o rio. Ele se posiciona contrariamente às novas obras dessa tipologia e, em vista de suas colaborações para com o rio e dos impactos gerados pelo empreendimento em questão, sugere que a empresa disponibilize assistência social para a região. Visão semelhante é observada no discurso do Entrevistado L. Para ele, a existência do empreendimento trouxe

apenas prejuízos para a região, uma vez que atualmente não é possível nadar ou pescar na represa, em vista da péssima qualidade da água.

No mesmo sentido, o Entrevistado B se mostra contrário às PCHs e acredita que a principal contribuição que a empresa pode fazer para a região é arquivar novos projetos desse tipo e desestimular outras companhias que pretendem realizar obras semelhantes no rio.

A Entrevistada C acredita que a empresa pode contribuir com a região por meio da mitigação dos impactos ambientais gerados pela obra e evitar intervenções futuras nos rios da região.

As contribuições vislumbradas pela Entrevistada D remetem a um auxílio amplo, que se estenda a todos os municípios da bacia hidrográfica afetados direta ou indiretamente pelo empreendimento. Segundo ela, essas contribuições podem surgir em um ambiente de diálogo e parcerias.

Em vista de problemas técnicos no envio do roteiro *online*, a resposta da Entrevistada E para esta questão não foi computada.

Segundo a Entrevistada F, as contribuições do empreendimento ocorreram por meio dos cursos realizados pela empresa para atender a comunidade local e os alunos da escola. A partir dessas atividades, ela constatou que foram criados laços de amizade entre a comunidade e a equipe representante da empresa.

Os Entrevistados G, H, I e K associam as contribuições do empreendimento à geração de energia, porém, não sabem afirmar se a produção é destinada ao município ou se é distribuída para outras regiões. O Entrevistado J não soube responder à pergunta.

Os Entrevistados M, N e O relacionam as contribuições do empreendimento a seus aspectos econômicos. Para o Entrevistado M, a principal contribuição ocorreu pela geração de emprego e renda à época de instalação do empreendimento. Para os Entrevistados N e O, as contribuições estão relacionadas ao rendimento gerado para o município.

A súmula das respostas dos entrevistados está presente no Quadro 9, bem como as palavras-chave indicativas de suas percepções.

Quadro 9 - Trechos dos discursos dos respondentes que relatam suas visões a respeito das contribuições do empreendimento para a região.

Você acredita que a PCH contribui/pode contribuir para a região como um todo?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave	
		Visão	
		Positiva	Negativa
A	<i>Não existe nada que melhora. [...] Eu quero salvar o rio. E salvar o rio é livrar ele dessas PCHs [...]. Eles deviam mandar uma assistente social, coisa que eles não fazem.</i>	-	Não existe nada que melhora; livrar ele dessas PCHs; deviam mandar uma assistente social
B	<i>Então a maior contribuição que eu vejo que eles possam ter é realmente se comprometerem a arquivar novos projetos futuros para não abrir precedentes e também ajudar a desestimular novos empreendimentos de outras empresas na região.</i>	-	Arquivar novos projetos; desestimular novos empreendimentos
C	<i>A maior contribuição é parar de intervir nos rios aqui da região. [...] E a principal contribuição nesse caso específico seria eles arrumarem um jeito de tirarem aquelas macrófitas e controlar aquilo de alguma maneira. [...] Então, é resolver o abacaxi ambiental que eles criaram. Seria a melhor coisa que eles poderiam fazer é resolver isso e, claro, recompor a vegetação do rio.</i>	-	Parar de intervir nos rios; tirarem aquelas macrófitas; recompor a vegetação do rio.
D	<i>Eu acho que eles têm que fazer esses trabalhos comunitários, né, não só aqui na cidade, mas também nas outras cidades, né, que vão estar de alguma maneira relacionadas a essa instalação. Então eles têm muito a contribuir porque eles têm o conhecimento técnico. [...] Eles têm a obrigação social de compartilhar essas informações. Então eu acredito que eles têm muito a contribuir. [...] Eu acho que a gente tem que começar a pressionar para eles contribuam nesse sentido e a gente também mostrar para eles um ganho que eles vão ter também, né, para começarem a ter visão do que é ruim e o que é bom. Porque a gente não consegue muitas coisas com confronto, né. Talvez a gente conseguiria ganhar mais com parcerias.</i>	Trabalhos comunitários; conhecimento técnico; eles têm muito a contribuir; parcerias	-
F	<i>Ela contribuiu muito com a formação que eles deram para os pais, né. Para os alunos também, para poderem entender o que é uma usina, né. E com essa formação de poder ajudar esse homem do campo a melhorar a qualidade do produto que ele vai vender, para eles isso é muito bom. [...] Daí eles tinham muita amizade com o pessoal da comunidade, né. Eram presentes. Acompanhavam a comunidade lá em tudo, sabe? O pessoal criou laços de amizade com eles.</i>	Formação para pais e alunos; ajuda ao homem do campo; melhoria do produto; laços de amizade; presentes; acompanhamento	-
G	<i>Eu não sei como responder essa pergunta. Porque eu não sei se está usando lá para fornecer energia para a região ou se é só para outras regiões. Eu sei que teve um momento lá que foi muito comentado sobre os dejetos que estavam lá no lago da usina, sabe? [...] Isso aí foi muito comentado. Mas não era uma coisa boa, porque todo mundo comentava contra.</i>	-	Não sei se fornece energia para a região; dejetos

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 9

Você acredita que a PCH contribui/pode contribuir para a região como um todo?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave	
		Visão	
		Positiva	Negativa
H	<i>Uai, eu não sei se eles fornecem energia para cá ou se vai para outro lugar. Isso eu não sei. Mas benefício eu não sei te falar se traz para a comunidade. Os trabalhos que eles faziam antigamente teve um efeito positivo. Porque o pessoal ali é bem carente. E eles ajudaram bastante eles. Eu acho que seria melhor se eles tivessem continuado com esse trabalho.</i>	Efeito positivo dos trabalhos realizados antigamente; ajudaram bastante	Não sei se fornecem energia para cá; não sei se trouxe benefício para a comunidade; melhor se tivesse continuado
I	<i>Eu acho que sim, que contribuiu. Ajudou. É, pelo menos o propósito deles era bom, né, de gerar energia [...] O propósito era bom, agora na prática eu não sei como está, se está funcionando. Porque o gasto foi muito grande e eu não sei se está compensando. Se tudo o que gastou, tudo o que foi feito, está realmente seguindo o projeto que eles tiveram, né.</i>	Contribuiu; ajudou; propósito bom; gerar energia	Na prática não sei como está; gasto muito grande; não sei se está compensando
K	<i>Na época, eu até achava que sim, né [...]. Mas parece que a energia dela não é para a gente, né, foi o que eu fiquei sabendo. Então, quer dizer que ela não vai ajudar tanto. Só construiu e pronto, acabou. E pagou o que ela achou que tinha que pagar e pronto, acabou. E foi embora. Mais ou menos isso. Aí a gente vê essas coisas na televisão que nem aquela de Mariana, né... Aí o povo ficou todo mundo com medo</i>	Na época achava que sim	Energia não é para a gente; não vai ajudar tanto; foi embora; medo
L	<i>Ah, por enquanto não está contribuindo com nada não, viu? [...] Porque a gente podia pescar antes, nós podíamos nadar, entendeu? Aí depois, eles não limpam, morre muito peixe. Aí ficou ruim, entendeu? Antes era melhor, não tinham essas coisas.</i>	-	Não está contribuindo; não pode pescar ou nadar; não limpam; morre muito peixe; ficou ruim
M	<i>Então, na construção dela contribuiu com bastante emprego, teve muita gente trabalhando [...]. Mas agora, depois dela pronta, aí diminuiu muito, aí fica só a parte técnica mesmo, né. Só o pessoal mais especializado mesmo, né.</i>	Bastante emprego; muita gente trabalhando	Depois de pronta diminuiu muito
N	<i>Ah, com certeza, né. Acredito que só o rendimento que dá para a prefeitura [...]. E a prefeitura arrecada, eu acredito que é benefício sim para a região, uai.</i>	Rendimento para a prefeitura; benefício para a região	-
O	<i>Ah, sem dúvidas! Tem contribuído bastante. Já está com dois anos. Em setembro ou outubro agora, eles completaram dois anos de funcionamento e não tem nada de negativo. No momento eu posso dizer que as contribuições são no sentido econômico. Economicamente para o município, porque agora eles diminuiram a mão-de-obra, parece que são três ou quatro. Então, para o município ficou bom. Aumentou a arrecadação [...].</i>	Contribuído bastante; nada de negativo; contribuições econômicas; ficou bom; aumento da arrecadação	-

■ Morador da região ■ Coletivo ■ Comunidade escolar ■ Unidade Básica de Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para Prno e Slocombe (2012), as contribuições de um projeto são visualizadas a partir do momento em que as comunidades são capazes de confiar nos seus benefícios sociais, ambientais e econômicos e, ainda, que estes sejam capazes de superar os impactos negativos. No âmbito da concessão de uma LSO, é necessário que os atores envolvidos tenham participado de alguma forma dos processos de tomada de decisão e tenham recebido benefícios suficientes. As informações fornecidas pelos entrevistados sobre contribuições positivas remetem aos cursos realizados na escola, os trabalhos de assistência realizados e a geração de emprego. O desejo pelo retorno dessas práticas demonstra sua qualidade e a aprovação da comunidade. Ainda, ao mencionar que foram criados laços de amizade a partir da realização de tais feitos, a Entrevistada F dá um indicativo de que a LSO alcançou seu nível mais elevado, segundo as prescrições de Thomson e Boutilier (2011). Vale destacar, no entanto, que as atividades mencionadas se concretizaram apenas no período de construção da obra e instalação do empreendimento.

Atentando-se ao momento atual de operação, as visões sobre as contribuições do empreendimento se tornaram turvas. Nota-se, a partir dos relatos, que existem dúvidas sobre as atividades realizadas e sobre os benefícios gerados, especialmente aqueles relacionados ao abastecimento energético local. Os trechos a seguir reiteram o enunciado:

Eu não sei como responder essa pergunta. Porque eu não sei se está usando lá para fornecer energia para a região ou se é só para outras regiões (ENTREVISTADA G, COMUNIDADE ESCOALR).

Uai, eu não sei se eles fornecem energia para cá ou se vai para outro lugar. Isso eu não sei. Mas benefício eu não sei te falar se traz para a comunidade (ENTREVISTADA H, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE).

[...], mas parece que a energia dela não é para a gente, né, foi o que eu fiquei sabendo. Então, quer dizer que ela não vai ajudar tanto. Só construiu e pronto, acabou (ENTREVISTADA K, MORADORA DA REGIÃO).

O caminho para se obter a LSO e para criar uma reputação positiva passa pela necessidade de se educar as partes interessadas locais sobre o desenvolvimento e o funcionamento do projeto. Além disso, permitir que a população participe e opine sobre a operação do empreendimento é fundamental para a criação de relações íntimas de confiança (NELSEN; SCOBLE, 2015; THOMSON; JOYCE, 2008). As imprecisões sobre o funcionamento da empresa e a dificuldade no reconhecimento dos benefícios apontam para fragilidades no processo de comunicação e de

divulgação de informações. Segundo Cheney, Lovel e Solom on (2001), essa desconexão pode ser um indicativo-chave de que não há uma motivação, por parte do empreendedor, para estabelecer um acordo, ou por parte da comunidade, para aprofundar o relacionamento. Independentemente das posições, os resultados da falta de comunicação causam ruídos que podem afetar os princípios de parceria e de transparência indicados por Slack (2008) e Rigout (2017), alterando negativamente os níveis da LSO.

Não se pode desconsiderar algumas referências positivas aos feitos atuais da empresa. As principais menções associam-se aos aspectos econômicos que beneficiam o município como um todo, como destacam os seguintes excertos:

Ah, com certeza, né. Acredito que só o rendimento que dá para a prefeitura [...]. E a prefeitura arrecada, eu acredito que é benefício sim para a região, uai (ENTREVISTADO N, MORADOR DA REGIÃO).

No momento eu posso dizer que as contribuições são no sentido econômico. Economicamente para o município, porque agora eles diminuíram a mão-de-obra, parece que são três ou quatro. Então, para o município ficou bom. Aumentou a arrecadação [...] (ENTREVISTADO O, MORADOR DA REGIÃO).

Segundo Londoño (2017), a receita auferida pelo município sobre o pagamento de impostos pelo empreendimento é um dos benefícios econômicos de uma PCH. No entanto, a transformação da percepção da população sobre o local em que residem ocorre apenas se os devidos tributos forem convertidos em melhorias na qualidade de vida dos habitantes, por meio da acessibilidade a serviços básicos de saúde e de saneamento básico, ampliação de estradas e programas recreativos. Não há confirmação, nesta pesquisa, de que os benefícios supracitados tenham se concretizado, já que os dados coletados não apontam associação entre contribuições dessa tipologia e o empreendimento em questão.

Outro ponto de destaque a respeito da atuação atual do empreendimento diz respeito aos impactos ambientais negativos e não mitigados provenientes da obra e a necessidade de se arquivar projetos semelhantes. Essa visão está presente nas respostas dos membros do Coletivo e do Entrevistado A, cujos discursos são pautados pela preservação ambiental, e do Entrevistado L, que fazia uso recreativo do rio. As visões apresentadas por eles muito se aproximam do conceito de justiça ambiental, sob a prerrogativa de se evitar distribuição desigual dos impactos negativos das atividades de novos empreendimentos (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016). De maneira geral, Acselrad (2010) define a noção de justiça ambiental a partir da ideia

de desigual exposição aos riscos como resultado de uma lógica de exploração natural e cujas penalidades ambientais são recaídas sobre aqueles que se encontram em condição de maior vulnerabilidade. Assume-se que, para os referidos entrevistados, os benefícios gerados não foram suficientes para compensar os impactos ambientais negativos que se estabeleceram na região, demonstrando, novamente, como a preocupação socioambiental pode influenciar na visão de determinados grupos sobre a empresa e no nível da LSO (FRANCO; SAMPAIO; ALMEIDA, 2019).

Algumas falas pontuam contribuições futuras, que podem vir a ser implementadas pela empresa com o intuito de modificar a visão sobre o empreendimento e, conseqüentemente, aumentar os níveis da LSO. Essas contribuições estão associadas a trabalhos comunitários, compartilhamento do conhecimento técnico por parte do empreendedor e a possibilidade de criação de parcerias. O atendimento das solicitações apresentadas nas áreas de assistência social, participação pública, mitigação de impactos e investimento em trabalhos comunitários, e o diálogo a respeito de tais aspectos, podem ser considerados mecanismos de melhoria e que podem se tornar fatores críticos não só para a manutenção da LSO no empreendimento assumido como objeto deste estudo, como também para a construção de novos empreendimentos. Além disso, incluir a opinião popular na tomada de decisão infere que a companhia é capaz de interpretar as características culturais do local e o que as pessoas querem dizer, de modo que os benefícios e contribuições do empreendimento estejam em acordo com aquilo que os atores envolvidos anseiam, e não só com o intuito de legitimar as ações da empresa (BRITO *et al.*, 2017; PRNO; SLOCOMBE, 2012).

De maneira sintética, as principais contribuições do empreendimento visualizadas pelos entrevistados estão atreladas aos benefícios gerados, especialmente, durante a construção da obra, como a geração de emprego, fornecimento de assistência social e os cursos que foram ministrados para a comunidade local na escola. Atualmente, as contribuições não estão explícitas, uma vez que muitas dúvidas circundam o processo de geração e distribuição de energia. As sugestões de contribuições futuras se apresentam como informações importantes, que podem ser utilizados pela empresa para adequar suas propostas às verdadeiras necessidades da população, e não instituir práticas desconexas com a realidade local com o único intuito de transmitir a imagem de uma companhia “socialmente responsável”, como prevê a LSO.

6.2.6 Visões de desenvolvimento para a região

Considerando o fortalecimento dos conceitos de sustentabilidade, nota-se que apenas o cumprimento de obrigações legais não é suficiente para atender as expectativas locais. Logo, reconhecer as necessidades dos atores envolvidos e propor e manter um ambiente de desenvolvimento regional são fatores importantes no contexto de obtenção LSO, pois aproximam a empresa da comunidade em grau de identificação psicológica. Em outras palavras, cabe à companhia adotar a LSO como mecanismo de promoção de desenvolvimento em parceria com os principais anseios dos indivíduos e grupos envolvidos. A proposta de uma LSO resiliente e duradoura prevê que o modelo de desenvolvimento adotado não vise apenas proteger a empresa de possíveis conflitos, mas que integre todos os envolvidos na significação do conceito, em nível de igualdade e parceria (DEMAJOROVIC; LOPES; SANTIAGO, 2019; GUNNINGHAM; KAGAN; THROTON, 2003; PRNO, 2013; QUIRINO; DEMAJOROVIC, 2019; SANTIAGO; DEMAJOROVIC, 2016). Para compreender como o conceito de desenvolvimento é visualizado pelos atores e de que forma suas expectativas são atendidas pelo empreendimento, estão expostos a seguir os principais pontos dos discursos dos entrevistados sobre este tópico.

Na visão do Entrevistado A, a construção de um empreendimento do tipo PCH não estabelece relação com os conceitos de desenvolvimento. Em sua visão, os resultados da barragem são degradação, mudanças no hábitat da fauna aquática e perdas da biodiversidade. Da mesma forma, para os Entrevistados E, G, K e L, o empreendimento não representa uma fonte de desenvolvimento para a região, seja pela impossibilidade de aproveitamento da represa para diversos usos, seja pelo não cumprimento das propostas mencionadas.

Para o Entrevistado B, a visão de desenvolvimento do Coletivo diverge da proposta apresentada pela PCH: enquanto o conceito de desenvolvimento adotado pelo Coletivo compreende questões socioambientais, as visões da empresa são atreladas ao aspecto econômico. Sob a perspectiva da sustentabilidade, ele não vislumbra um empreendimento do tipo PCH como a melhor alternativa de geração de energia em vista de outras opções já existentes no mercado. No mesmo sentido, a Entrevistada C indica que as visões de desenvolvimento do Coletivo e da empresa são distintas.

A Entrevistada D questiona os procedimentos adotados pelo empreendimento para sua instalação e operação, sugerindo uma reavaliação dos processos e inserção de medidas preventivas sobre questões associadas ao meio ambiente e um olhar comunitário sobre a gestão do território.

Divergindo do que foi apresentado pelos representantes do Coletivo, a Entrevistada F, representante da comunidade escolar, associa a visão de desenvolvimento do empreendedor à preocupação ambiental.

A Entrevistada H não visualiza muitas atividades associadas ao desenvolvimento da região, com exceção da limpeza do rio que, segundo ela, é realizada de maneira satisfatória. Em seu discurso, afirma que seria benéfico o retorno das atividades de assistência comunitária prestadas durante as fases de instalação do empreendimento.

A Entrevistada I associa o termo “desenvolvimento” aos atrativos turísticos que, segundo ela, foram propostos pelo empreendedor para a região, juntamente com a geração de energia. Porém, ela não sabe afirmar se os projetos foram, de fato, implementados. No mesmo sentido, para o Entrevistado N, o programa de desenvolvimento deve incluir o município, o estado e a comunidade local, atuando não somente na geração de energia, como também na viabilização do turismo para a região.

Apesar do encerramento das obras, o Entrevistado J diz que o empreendimento pode trazer desenvolvimento para a região. Em concordância, o Entrevistado O possui expectativas positivas com relação ao desenvolvimento local, porém, espera que as condicionantes ambientais sejam atendidas.

Por fim, o Entrevistado N está satisfeito com as condições atuais e relaciona o termo “desenvolvimento” ao desejo de melhorias para a região. Tais melhorias não são especificadas em seu discurso.

Os excertos dos discursos que comprovam as afirmações supracitadas estão presentes no Quadro 10.

Quadro 10 - Trechos dos discursos dos respondentes que relatam visões de desenvolvimento para a região.

Qual é a sua visão de desenvolvimento para a região?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave Visão	
		Positiva	Negativa
A	<i>Eu acredito que não existe desenvolvimento. Existe desenvolvimento de construção, que é uma enganação. [...] Então eu não consigo enxergar nenhum sucesso com a construção de uma barragem. Eu acho que vem a degradação, os peixes não vou subir, eles vão ser predados antes de chegar, pelos peixes grandes.</i>	-	Não existe desenvolvimento; enganação; nenhum sucesso; degradação
B	<i>Eu tenho muita dificuldade de dizer, porque para mim o ambiente natural permeia tudo, né. Desde as relações sociais até o uso sustentável dos recursos de forma econômica dentro do sistema capitalista. Onde que destoa é que a empresa, a finalidade dela é o lucro. Lucro para os acionistas. Já a causa do Coletivo se dá pelo ambiente natural, mas permeando também o social, né, que andam em conjunto. [...] Mas nesse sentido, é o que a gente já falou lá atrás, se os rios tivessem condições de receberem um empreendimento como esse, se não existisse outras formas de geração de energia renovável como a eólica e solar, e a gente tivesse realmente necessidade de geração de energia, entre a nuclear e essa hidrelétrica, entre aspas ok, entendeu? A gente tá partindo de um princípio que já foi, agora, a natureza incumbiu de trazer à tona de que a obra não deveria ter acontecido, sabe?</i>	Ambiente natural; social	Lucro; se os rios tivessem condições; a obra não deveria ter acontecido
C	<i>Eu acho que realmente a visão de desenvolvimento deles é diferente da nossa. Eles estão interessados em levar e trazer energia. Eles são segmentos de energia que identificam que existe potencial hídrico nos rios, tem altura para fazer a queda que eles precisam para estabelecer. O negócio deles é fazer PCH e CGH, então vão continuar fazendo isso pelo Brasil. [...] De alguma maneira está acontecendo lá a geração de energia e o dano ambiental, aquela conversa toda de sustentabilidade, para mim, uma enganação! É greenwashing! É tudo mentira! [...] Então a minha visão é bem assim... É um negócio. Estão ali para fazer o negócio. Todo discurso de sustentabilidade é o meio que eles têm para poder se enquadrar na legislação no momento presente, mas eles querem fazer um negócio.</i>	-	Visão de desenvolvimento deles é diferente da nossa; dano ambiental; enganação; mentira
D	<i>Eu vejo que eles não começam da base, né. Eu falo para os meus alunos que toda construção se começa do alicerce, né, avaliação do terreno, né. E isso não é feito. Eles estão focando no final. Então eu acho que o erro é que todo empreendimento tem que começar com esse alicerce, né. Então vamos ver todas as matas ciliares, todos os projetos de recomposição, quais são as espécies que vão ser plantadas e em quanto tempo. [...] Porque do jeito que foi feito e pelo que eu tô vendo pelo resultado final, não tiveram o mínimo de investigação, né. [...] Então eu acredito que precisa de uma reavaliação e também de um olhar da comunidade para essas questões, para que isso não aconteça mais, né. Até porque os danos agora já estão irreversíveis, né, são só mitigatórios, não tem nada no ponto-de-vista preventivo. Então se conhece esse todo, se conhece esse histórico, teria algo que seria benéfico para ambas as partes, eu acredito.</i>	Projetos de recomposição; reavaliação; olhar da comunidade; algo benéfico para ambas as partes	Erro; não tiveram o mínimo de investigação; danos agora já estão irreversíveis; não tem nada do ponto-de-vista preventivo

■ Morador da região

■ Coletivo

■ Poder Público

■ Comunidade escolar

■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 10

Qual é a sua visão de desenvolvimento para a região?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave Visão	
		Positiva	Negativa
E	<i>Não vejo o empreendimento em questão como fonte de desenvolvimento para a região. Somente uma fonte de geração de energia. A área alagada não é balneável e acredito que nem o consumo da água para dessedentação de animais seja viável e menos ainda de irrigação de hortaliças que é uma atividade comum nas proximidades do município.</i>	-	Não vejo o empreendimento em questão como fonte de desenvolvimento para a região; área alagada não é balneável; nem o consumo da água para dessedentação dos animais; menos ainda de irrigação de hortaliças
F	<i>Eles eram muito preocupados com o meio ambiente. Era essa visão que a gente tinha lá. [...] Eles chamavam, a gente fazia reunião aqui, para ver o que queria ser trabalhado, o que queria ser levado para a comunidade e para os nossos alunos.</i>	Preocupados com o meio ambiente; faziam reunião	-
G	<i>Para o bairro ali eu não sei te dizer [...]. Porque ali onde foi construída a usina era um lugar que o povo ia para ficar finais de semana, pescar. E hoje já não tem como eles fazerem isso mais lá.</i>	-	Não sei dizer; não tem como eles fazerem isso mais
H	<i>Uai, a minha visão é que agora está bem aproveitado. [...] A questão de limpeza ali do rio, estão limpando bem. A minha visão é que se voltasse essa questão que eu estou te falando de fazer esse tipo de trabalho seria bem mais aproveitado. Agora a gente não vê muito resultado porque está tudo parado, né. Muita coisa está muito parada. Mas a minha visão é que se voltasse essas coisas... Claro, se respeitar todas as normas e tudo mais, seria bem legal.</i>	Bem aproveitado; estão limpando bem; seria bem legal se os trabalhos voltassem	Não vê muito resultado; tudo parado
I	<i>Então, o projeto lá que eles tinham, que eles sempre falavam que depois que fechasse a usina ia fazer restaurante à beira lago, ia fazer pedalinho, jet-ski, assim, coisas turísticas, né. Isso eu ainda não vi acontecer [...], mas na parte de geração de energia era um bom projeto. E agora eu não sei se tudo que foi planejado está sendo feito. A parte de turismo que eu acho que está faltando [...]. Mas, nossa, quando se falava nessas coisas de lazer, a gente ficava super animado, né. Mas, nossa... Eram projetos bons, viu? Tanto a geração de energia quanto a parte turística e de lazer. Mas foi tudo de bom, sabe? A parte de estradas, eles recapearam estradas, abriram estradas novas... Nossa, assim... O movimento de gente, era muito bom!</i>	Geração de energia; bom projeto; foi tudo de bom; recapearam estradas; abriram estradas novas; movimento de gente	Não vi acontecer; não sei se o que foi planejado está sendo feito; faltando turismo
J	<i>Bom, acabou a obra, então acabou. [...] Gerou energia, então pode trazer um pouco de desenvolvimento para a região.</i>	Gerou energia	Acabou a obra então acabou

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 10

Qual é a sua visão de desenvolvimento para a região?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-Chave Visão	
		Positiva	Negativa
K	<i>Ah, não vejo nada. Infelizmente não me ajudou em nada até agora e não sei se no futuro pode ajudar, não. Eu não acredito muito nessas coisas, não. Eu sou muito pé no chão. Eu tenho que ver para crer. E eu não posso falar uma coisa sem saber. [...] Prometer é muito fácil, o problema é cumprir com as suas obrigações.</i>	-	Não vejo nada; não ajudou em nada; não sei se no futuro pode ajudar; não acredito muito
L	<i>Uai, desenvolvimento eu acho que não. Porque a gente já procurou ajuda e eles não ajudam. [...] Não limpam. Porque ficou até bom, era até um ponto turístico se eles estivessem cuidando certinho. Ia ser bom se eles continuassem aquele trabalho que eles começaram no início.</i>	Ia ser bom se continuassem o trabalho que começaram	Já procurou ajuda e eles não ajudam; não limpam; seria um ponto turístico se estivessem cuidando
M	<i>[...] Eu espero que ela seja uma região mais próxima do futuro. Que o município, em si, em conjunto com a hidrelétrica, possa desenvolver algum projeto para que seja utilizado, não só a parte elétrica, a energia que gera para o estado, mas também que seja gerado turismo para a cidade. Seria ótimo.</i>	Região mais próxima do futuro; energia gerada para o estado; desenvolver projeto	-
N	<i>Eu espero que melhore, né. Para mim está bom do jeito que está. Não sei a opinião de outras pessoas.</i>	Espero que melhore; está bom	-
O	<i>A expectativa minha é a melhor possível. Desde que eles cumpram principalmente esse compromisso que eles tinham de, no caso, recomposição da mata nativa, no entorno de onde foi desapropriado. [...] O empreendimento já está em pleno funcionamento e até hoje não cumpriram. Eu não sei o porquê.</i>	Melhor expectativa	Até hoje não cumpriram

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor

existência de uma relação desenvolvimento-energia são pontuais e não abordam profundamente a temática, como constata os seguintes trechos:

[...], mas na parte de geração de energia era um bom projeto. E agora eu não sei se tudo que foi planejado está sendo feito (ENTREVISTADA I, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE).

Gerou energia, então pode trazer um pouco de desenvolvimento para a região. Isso é verdade (ENTREVISTADO J, MORADOR DA REGIÃO).

Por outro lado, os entrevistados que mencionam a geração de energia e não a visualizam como fonte de desenvolvimento justificam suas falas pelos impactos ambientais gerados e pela ausência de melhorias para a região. O conceito de desenvolvimento desejado por esses respondentes se aproxima daquele proposto por Sachs (1986), que prevê melhorias na qualidade de vida da população combinadas com a proteção ambiental. Conforme observado nos excertos a seguir, os referidos entrevistados não percebem o empreendimento como fonte de desenvolvimento sustentável.

Eu acho que realmente a visão de desenvolvimento deles é diferente da nossa. [...] De alguma maneira está acontecendo lá a geração de energia e o dano ambiental, aquela conversa toda de sustentabilidade, para mim, uma enganação (ENTREVISTADA C, COLETIVO)!

Não vejo o empreendimento em questão como fonte de desenvolvimento para a região. Somente uma fonte de geração de energia. A área alagada não é balneável e acredito que nem o consumo da água para dessedentação de animais seja viável e menos ainda de irrigação de hortaliças [...] (ENTREVISTADA E, PODER PÚBLICO).

Registra-se, portanto, que alguns entrevistados não percebem o desenvolvimento promovido pela PCH como condizente com aquele desejado pelos atingidos por ele. Recebe destaque a fala do Entrevistado B, que menciona o termo “*lucro*”, associando o conceito de desenvolvimento adotado pela empresa aos ideais ocidentais de progresso e desempenho econômico. Essa palavra-chave, dentro de sua unidade de contexto, se insere como indicativa de uma visão negativa sobre o desenvolvimento trazido pelo empreendimento, uma vez que, segundo o Entrevistado B, o conceito orientado por uma racionalidade econômica não atende as expectativas da comunidade e demais atores envolvidos. Em síntese, para ele, o ganho financeiro do empreendedor se sobrepõe a sua preocupação com os aspectos socioambientais do empreendimento. Para superar essa percepção, é necessário que a empresa assuma uma visão de desenvolvimento plural e se aproxime de aspectos

humanísticos, conforme proposto por Pimenta (2014). A LSO, como mecanismo de geração de valor para os atores envolvidos, pode ser um facilitador para o alcance desse objetivo. Para tanto, ela deve atuar como verdadeiro mecanismo transformador do negócio, capaz de integrar empresa e comunidade por meio de trocas frequentes que viabilizam a adoção de conceitos e de perspectivas locais na tomada de decisão do empreendedor (SCHOUTEN; REMMÉ, 2006).

Ainda que a geração de energia estabeleça relações íntimas com os conceitos de progresso e modernidade, esses laços se enfraquecem, sob a perspectiva de desenvolvimento de Sen (2010), se ela não for capaz de garantir acesso a necessidades básicas que permitem ao indivíduo exercer sua cidadania. Da mesma forma, se as necessidades, traduzidas em expectativas dos envolvidos no contexto da LSO, não forem atendidas, os riscos de ruptura das relações entre comunidade e empresa aumentam (AALTONEN; JAAKKO; TUOMAS, 2008). Como apresentado pelos seguintes excertos, inúmeras das expectativas dos entrevistados não foram correspondidas, especialmente aquelas relacionadas ao uso turístico e a preservação ambiental do entorno da represa.

Então, o projeto lá que eles tinham, que eles sempre falavam que depois que fechasse a usina ia fazer restaurante à beira lago, ia fazer pedalinho, jet-ski, assim, coisas turísticas, né. Isso eu ainda não vi acontecer [...] (ENTREVISTADA I, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE).

[...] era até um ponto turístico se eles estivessem cuidando certinho (ENTREVISTADO L, MORADOR DA REGIÃO).

A expectativa minha é a melhor possível. Desde que eles cumpram principalmente esse compromisso que eles tinham de, no caso, recomposição da mata nativa, no entorno de onde foi desapropriado. [...] Prometeram e não fizeram. [...] Fizeram o cercamento da forma que eu te falei: um cercamento precário e até hoje não iniciaram o plantio (ENTREVISTADO O, MORADOR DA REGIÃO).

Frente às queixas transcritas, assume-se que, para os entrevistados nesta pesquisa, a empresa não está atendendo os requisitos previstos pela literatura para garantir um elevado nível de LSO. A eficácia do instrumento prevê que a empresa escute a comunidade e adote a LSO como mecanismo de planejamento de ações que atendam expectativas locais, que valorize o conhecimento e a cultura dos envolvidos e, acima de tudo, que respeite suas concepções de desenvolvimento (AALTONEN; JAAKKO; TUOMAS, 2008; PEREIRA, 2019). Nesse sentido, alguns entrevistados apresentam sugestões de ações que podem ser adotadas pela empresa em prol do desenvolvimento almejado para a região, como as citadas pelos Entrevistados D e M,

que estão associadas com propostas de maior integração da comunidade e empresa em direção a sustentabilidade, e pelos Entrevistados H e L, que admitem que o retorno das atividades realizadas pela empresa na época de instalação do empreendimento seria algo positivo.

Além das sugestões apresentadas, Santiago (2016) recomenda a realização de fóruns e discussões para tratar questões associadas ao desenvolvimento local e alinhar conceitos e expectativas entre as partes. É importante, ainda, que tais fóruns incluam os aspectos relacionados ao funcionamento e futuro das operações. As discussões devem ser realizadas em um contexto em que não haja relações de poder desiguais, para que se encontre um caminho para o desenvolvimento que seja aceitável e não que as percepções de desenvolvimento sejam alteradas em favor do modelo desejado pelo empreendedor.

Observam-se, ainda, depoimentos que contêm sentimento de desapontamento e falta de confiança sobre a empresa, explicitados pelas palavras-chave “*mentira*”, “*enganação*” e “*erro*”, e pelas expressões “[...] *prometer é muito fácil, o problema é cumprir com as suas obrigações*” e “[...] *a gente já procurou ajuda e eles não ajudam*”. A frustração se aloca em torno, principalmente, da omissão no cumprimento dos compromissos e pela ausência atual de atendimento à comunidade. Nesse contexto, os referidos entrevistados identificam indiretamente a LSO pelo caráter oportunista mencionado por Parsons, Lacey e Moffat (2014), que afirmam que, nesses casos, o instrumento é utilizado pela empresa para garantir seu acesso aos recursos e ultrapassar os obstáculos estabelecidos pelos grupos de oposição às suas atividades. Frente a essa realidade, os atores exigem propostas que ultrapassem a ideia de legitimidade econômica empresarial, contemplem a melhoria das condições e o bem-estar na região e, de fato, sejam implementadas, para assim ampliar níveis de confiança (THOMSON; BOUTILIER, 2011). É necessário, portanto, que o conceito da LSO seja aplicado de forma mais evidente e efetiva, com o intuito de garantir um relacionamento verdadeiro e igualitário entre as partes. A empresa deve se envolver de maneira integral e permanente com a comunidade, assumindo-a como parceira e não mais como obstáculo, aceitando suas críticas e, juntos, desenhando um caminho viável para o desenvolvimento regional (PARSONS; LACEY; MOFFAT, 2014).

Conclusivamente, existem divergências sobre as definições de desenvolvimento atrelados ao empreendimento e visualizados pelos entrevistados: enquanto uns o associam a geração de energia, outros pautam suas falas por

princípios de proteção ambiental e melhorias na qualidade de vida da população. Os discursos indicam, em sua maioria, que os conceitos de desenvolvimento adotados pela empresa são distintos daqueles almejados pelos atores entrevistados. Algumas queixas são levantadas em torno da ausência de compromisso da empresa com as necessidades locais, questionando os conceitos de parceria e confiança previstos pela LSO.

6.2.7 Suporte às comunidades

A LSO pressupõe que não é somente a comunidade que será beneficiada pelo suporte empresarial, mas que as próprias organizações podem se tornar mais produtivas e mais competitivas com a adoção de serviços de apoio social (GOMES *et al.*, 2006). Estão descritas a seguir as principais perspectivas de suporte apontadas pelos entrevistados para esta pesquisa.

O Entrevistado A não tem conhecimento de ações de suporte à comunidade local por parte do empreendimento. As ações citadas por ele são pontuais, realizadas em datas específicas, e relacionadas ao meio ambiente.

Para os Entrevistados B, E, F, G, H, J, K, L, M, N e O, as ações de suporte à comunidade ocorreram nas etapas de instalação do empreendimento. Sobre o presente momento, ou eles afirmam não ter conhecimento a respeito ações do tipo ou asseguram que as práticas de suporte já foram encerradas. Apenas a Entrevistada I menciona a existência de ações de suporte à comunidade atualmente, porém, demonstra não ter conhecimento a respeito da equipe atuante e das práticas promovidas.

A súmula das respostas dos entrevistados sobre o conhecimento de ações de suporte às comunidades por parte do empreendimento está presente no Quadro 11, bem como as palavras-chave associadas.

Quadro 11 - Trechos dos discursos dos respondentes sobre o suporte prestado à região.

Você acredita que a equipe da PCH fornece suporte às comunidades?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-chave Visão	
		Positiva	Negativa
A	<i>Olha, que eu saiba não. O que ela faz e eu participo são ações ambientais. [...] Me convidam para fazer palestra na escola, levam uma turma de teatro. Então é desse jeito. Mas não lembro de trabalho social. É mais um trabalho de conscientização, de não jogar papel no chão, entendeu? Mas eles doam mudas para mim, mas quem tem que ir lá plantar sou eu. Entendeu? [...] Só semana do meio ambiente. E ações sociais eu não conheço.</i>	Ações ambientais; palestra na escola; trabalho de conscientização; doam mudas	Não lembro de trabalho social; só semana do meio ambiente; ações sociais eu não conheço
B	<i>Eles focaram essas atividades junto às escolas antes desse empreendimento ser finalizado, em escola rural no entorno. Teve um posto no centro da cidade que foi montado para que as pessoas tirassem dúvidas e visitassem, tinha uma secretária lá que recebia as demandas e mandava lá para a central, mas assim que a obra foi inaugurada o escritório foi fechado, não existe mais nenhuma identificação deles nesse imóvel. [...] Agora que a obra foi consolidada ali, não tem mais esse contato. Tudo que a comunidade e as pessoas, hoje em dia, querem questionar, eles têm um e-mail, que eles pedem para usar esse e-mail e direcionam. Então não tem mais nenhuma estrutura na cidade além de segurança e um técnico responsável, né. Não vejo nenhuma relação com a comunidade aqui. A cidade, hoje em dia, é a PCH número tal, um código, e nada mais do que computar quantos MW foram gerados ao longo do período e é isso. [...] Mas não vejo nenhuma relação deles, atualmente, com a cidade.</i>	Atividades junto às escolas; posto no centro da cidade; recebia demandas	Escritório fechado; não tem mais esse contato; nenhuma estrutura na cidade; não vejo relação com a comunidade
C	<i>Eu também desconheço qualquer ação. Eu como professora de uma instituição de ensino, outra PCH que fica bem longe daqui, já me procurou e diversas vezes eu já visitei a hidrelétrica, com os alunos da escola, e isso era anualmente. Aqui nunca recebi um convite. Não vi. Desconheço qualquer ação de educação ambiental voltada para esse empreendimento.</i>	-	Nunca recebi um convite; desconheço qualquer ação de educação ambiental
D	<i>Nesse quesito de suporte às comunidades eu não tenho nada a declarar porque eu não moro no município.</i>	-	-
E	<i>Eu tenho conhecimento que existia uma equipe no município e hoje desconheço a equipe desta área social. Tratamos somente com os analistas ambientais da empresa.</i>	Existia uma equipe no município	Hoje desconheço
F	<i>Na época que a usina funcionava, na época que o pessoal estava aí né, porque o pessoal é de fora, o que eu convivia até então eles davam esse suporte ali de como plantar, de como fazer uma horta sem agrotóxicos, como fazer uma cisterna, um poço. Nisso tinha suporte, eu sei que eles fizeram cursos dentro disso. [...] Agora, de lá pra cá eu não sei mais, né. Não sei se continuou o trabalho. Muita gente foi embora. [...] Seria importante eles ficarem para continuar com os trabalhos.</i>	Davam suporte de como plantar, fazer horta, cisterna, poço; cursos; importante eles ficarem	Não sei mais; não sei se continuou; muita gente foi embora

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 11

Você acredita que a equipe da PCH fornece suporte às comunidades?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-chave Visão	
		Positiva	Negativa
G	<i>Primeiro eles deram suporte onde a represa ia passar. Precisou tirar o pessoal, né. Eles construíram outras casas para eles em outros lugares. E tinha o pessoal do escritório que dava suporte médico. [...] Tinha assistente social, né. Tinha tudo lá. Então eles deram suporte em todos os termos para a comunidade. Isso foi antes de terminar de construir. Hoje não tem ninguém mais lá.</i>	Deram suporte; construíram outras casas; suporte médico; assistência social	Hoje não tem ninguém lá
H	<i>No aspecto social, antes sim. Agora não tem ninguém. Foi até o ano passado, ali entre maio e junho. Eles ficaram bastante tempo ali, sabe? Desde o começo da usina até o término dela, eles mexiam com isso e faziam esse tipo de trabalho, mas aí depois foram embora. Aí esse ano não teve nada.</i>	Antes sim; ficaram bastante tempo; desde o começo até o término	Agora não tem ninguém
I	<i>Eu acredito que não parou tudo, não. [...] A equipe que estava lá no posto de atendimento não está mais, mas alguém ficou com essa parte de continuar visitando as famílias e dando suporte.</i>	Não parou tudo; continuar visitando as famílias e dando suporte	Equipe que estava no posto de atendimento não está mais
J	<i>Deu! Deu sim. Quando foram mexer com a usina, teve muita gente que teve que sair das casas. Aí eles deram suporte sim.</i>	Deram suporte	-
K	<i>Eu acho que já forneceram. Hoje eu não sei se fornecem mais, não. Não sei te informar como era. Eu acho que eles deram um apoio antigamente. Como eu te falei... Me falaram que eles tinham prometido um asfaltamento numa parte que tem um condomínio fechado, mas acho que eles não fizeram. [...] Na época me falaram que eles prometeram tudo isso. Parece que rede de esgoto, essas coisas. Mas me falaram que não fizeram nada até hoje. Parece até que o povo anda brigando por causa disso.</i>	Já forneceram; apoio antigamente	Não sei se fornecem mais; não fizeram; povo anda brigando por causa disso
L	<i>Não, atualmente nenhum, não. Mas tudo que você precisava antigamente, você podia contar com eles, entendeu? No que fosse preciso eles ajudavam, mas agora...</i>	Antigamente podia contar com eles; eles ajudavam	Atualmente nenhum
M	<i>Sim! Eles estavam sempre à disposição da comunidade para o que fosse preciso. Foi assistente social. Ali eles implantaram alguns projetos também de incentivo na escola. [...] Eles incentivaram vários cursinhos e várias coisas aqui. Incentivo ao jovem a fazerem cursos profissionalizantes. Tinha um punhado de coisas que eles fizeram.</i>	À disposição; assistente social; projetos de incentivo na escola; incentivos; cursos profissionalizantes	-

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 11

Você acredita que a equipe da PCH fornece suporte às comunidades?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-chave Visão	
		Positiva	Negativa
N	<i>Na época eu sei que eles davam o maior sustento para a gente. Agora que terminaram, ficou pouca gente que trabalha lá embaixo. Aí a gente não tem contato. Não sei nem quem é que trabalha lá. Na época que estava construindo eles eram bem presentes. [...] Pessoas boas demais. Tinha reunião, tinha muita coisa que eles faziam. E ajudava muita gente, né, que precisava, estava pronta a assistente social. Eles eram muito bons. Se tivesse continuado ia ser bom também, com certeza, se eles estivessem presentes, né. [...] Eles eram muito bacanas.</i>	Sustento; eram presentes; pessoas boas; reunião; ajudava; assistente social; se tivesse continuado ia ser bom; bacanas	Ficou pouca gente; não tem contato; não sei quem é
O	<i>Nesse “fornece” é forneceu durante a implantação. Deixa bem claro isso aí, porque às vezes você vai mandar isso para eles. Eles forneceram durante a implantação um suporte bom. Forneceram. Hoje nem contato mais. Há dois anos, nem contato mais. Nenhum contato.</i>	Forneceu durante a implantação; suporte bom	Hoje nem contato mais; nenhum contato

■ Morador da região
 ■ Coletivo
 ■ Poder Público
 ■ Comunidade escolar
 ■ Unidade Básica de Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor.

Algumas divergências são observadas quanto às práticas de suporte atualmente: enquanto o Entrevistado A cita atividades pontuais de educação ambiental, os demais desconhecem ações e afirmam que o suporte se concentrou nas fases precedentes a operação do empreendimento.

A prática da educação ambiental é uma das ferramentas para se obter a LSO. Em vista da intermitência das atividades citadas pelo Entrevistado A, a literatura recomenda que projetos e programas desse tipo sejam realizados de forma articulada e contínua. Dessa forma, os envolvidos deixam de enxergar a educação ambiental apenas como atitude de cumprimento das medidas condicionantes do licenciamento ambiental e de ampliação do capital reputacional da empresa, para distinguirem propostas de melhorias efetivas e de suporte constante à população local (SANTOS, 2006).

Outros aspectos levantados se associam ao suporte fornecido para a comunidade durante as fases de instalação do empreendimento, expressados pelos cursos realizados na escola, existência de um posto de atendimento, disponibilidade de uma equipe de assistência social e a realocação de famílias que tiveram suas propriedades atingidas pela represa. Esse tipo de suporte está relacionado ao processo de engajamento construtivo, destacado por Joyce e Thomson (2000), e à geração de benefícios para o contexto local, conforme Prno (2013).

O sucesso de projetos socialmente responsáveis exige participação e engajamento conjunto de todos os indivíduos e grupos envolvidos, desde o empreendedor aos membros da comunidade atingida, governo e organizações (BRITO *et al.*, 2017). A definição dos projetos deve combinar a participação pública e o atendimento das expectativas e necessidades expressas pela comunidade (PRNO, 2014). De acordo com os discursos apresentados pelos entrevistados, o nível de aprovação dos projetos foi alto na época em que foram implementados.

De maneira geral, com relação a temporalidade dos projetos de atendimento a comunidade, ao associar o suporte prestado aos períodos de obtenção da licença ambiental, é possível inferir que tais práticas foram estabelecidas para o cumprimento dos requisitos prescritos na legislação, que prevê a concessão das licenças mediante apresentação de estudos que incluam planos de assistência social. No entanto, para que a LSO seja implementada e entendida pela população como ferramenta benéfica, ela deve ir além. Afinal, a LSO é um instrumento que surgiu para preencher as lacunas

existentes na legislação e, assim, permitir que o funcionamento da obra seja legítimo e harmonioso na percepção da população afetada (OWEN; KEMP, 2013; ZHANG *et al.*, 2015).

Observa-se, ainda há frequente desejo pelo retorno das mencionadas atividades de suporte. Além de demonstrativo da qualidade das práticas que foram realizadas, tal fato pode dar indícios de que as ações não foram suficientes para que comunidade se tornasse independente da assistência empresarial. Se os investimentos na área de desenvolvimento socioinstitucional não são capazes de empoderar a população, as relações de dependência e a vulnerabilidade social se intensificam (LOPES; DEMAJOROVIC, 2020). A literatura recomenda que, além da prestação de assistência social pontual, a empresa deve garantir benefícios sólidos e contínuos para a comunidade, dentre os quais se destacam a capacitação e contratação de mão-de-obra local, criação de oportunidades de desenvolvimento de novos negócios, treinamentos, participação nos lucros, doações e investimentos na infraestrutura da região (CAMPBELL; ROBERTS, 2010; ESTEVES, 2008; HILSON, 2002; PRNO, 2014).

Em resumo, os aspectos positivos apontados dizem respeito aos cursos realizados na escola, existência de um posto de atendimento comunitário, disponibilidade de uma equipe de assistência social e realocação de famílias. Vale destacar que tais ações ocorreram nas etapas precedentes à operação do empreendimento, dando indícios de que foram realizadas com estreito objetivo de atender os requisitos impostos pela legislação. Nota-se desconhecimento dos entrevistados quanto à prática atual de suporte às comunidades locais por parte do empreendimento. No entanto, a literatura prevê a manutenção contínua de ações de suporte para garantir elevados níveis de LSO.

6.2.8 Visão da comunidade sobre o empreendimento

Avaliar a visão da comunidade sobre o empreendimento é um fator de suma importância para a caracterização a LSO, uma vez que este instrumento prevê que as empresas se empenhem na manutenção de uma boa reputação e se esforcem para alcançar o respeito e a confiança da comunidade em que opera (MORRISON, 2014). As informações a seguir dizem respeito aos conceitos e visões da comunidade sobre o empreendimento, sob a perspectiva dos variados atores entrevistados para esta pesquisa.

Conforme os Entrevistados A, G e I, os indivíduos realocados pelo empreendimento estão satisfeitos, pois receberam uma boa indenização.

Sobre os moradores à jusante da PCH, no entanto, o Entrevistado A relata preocupação quanto ao rompimento da barragem. No mesmo sentido, os Entrevistados H e M mencionam que houve apreensão com a construção da barragem, em vista dos acontecimentos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), porém, o sentimento foi substituído por tranquilidade com o passar do tempo.

Para o Entrevistado B, a população do município começou a despertar um olhar crítico sobre o empreendimento, especialmente após o crescimento das macrófitas no lago. Com relação a este aspecto, o Entrevistado N confirma que a presença das macrófitas aquáticas é um fator de reclamação popular.

Segundo a Entrevistada C, o conhecimento por parte da população local a respeito do empreendimento é resultado do trabalho organizado do Coletivo. Porém, para ela, grande parte da população ainda não tem ciência das atividades do empreendimento.

Para a Entrevistada D, a população do município não vê o empreendimento em seu dia a dia, uma vez que ele está localizado em área rural afastada, e, nesse sentido, questiona a falta de divulgação de informações.

A Entrevistada E alega não possuir informações a respeito.

Os Entrevistados F, J, K, L e O mencionam que existem visões positivas sobre o empreendimento, especialmente relacionando os feitos de apoio promovidos pela companhia à época de instalação do empreendimento e ao desenvolvimento socioeconômico proporcionado para a região. O Entrevistado L, no entanto, afirma que, atualmente, a visão sobre o empreendimento é negativa. Ele não justifica sua afirmação.

As palavras-chave indicativas das visões dos entrevistados, bem como a transcrição dos trechos pertinentes estão indicadas no Quadro 12.

Quadro 12 - Trechos dos discursos dos respondentes sobre a visão da comunidade a respeito do empreendimento.

Como você acredita que a PCH é vista pela comunidade?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-chave Visão	
		Positiva	Negativa
A	<i>Olha, essa comunidade que foi afetada, os ranchos que foram afetados, onde é o reservatório, tá todo mundo feliz. Todo mundo foi indenizado. [...] Essa turma que foi indenizada, eles fizeram outro loteamento para cima e eles construíram, compraram terrenos ali e eles estão construindo com a indenização que eles receberam. [...] Muitos foram para a cidade. [...] Então eu acredito que essa população não era tão afetada quanto a preocupação de nós que moramos à jusante do rio. Porque em 1km há uma ilha que deve ter, no mínimo, umas 45 ou 50 casas. [...] Aí para baixo tem várias casas, inclusive onde eu moro, do outro lado, são mais de 1 km de casas. Depois, mais para baixo, outro bairro, que mora mais um tanto de gente. [...] Se a barragem se romper lá, a água passa por cima de tudo.</i>	Todo mundo feliz; todo mundo foi indenizado	Preocupação; barragem se romper
B	<i>Eu percebo que muita gente, principalmente após o acúmulo das macrófitas, começou a se ligar que poderia ser um presente de grego. Que não é algo tão bom como foi mencionado. Percebo que muita gente foi despertando aos poucos.</i>	-	Acúmulo das macrófitas; presente de grego
C	<i>Olha, a minha percepção de como o pessoal vê a empresa, eu acho que só ficaram sabendo porque o Coletivo, justamente, acabou fazendo um barulho, fazendo um debate aqui na cidade. Foi postado no Facebook e algumas pessoas ficaram sabendo que estava acontecendo lá a situação das macrófitas, aí ficam horrorizados quando veem aquilo. [...] Então eu acho que a comunidade ainda está muito alienada de que essa problemática faz parte do dia a dia e ela tem que tomar conhecimento, tem que aparecer na Câmara, tem que tomar conhecimento se vai ter audiência, tem que ir lá... Enfim, eu acho que as pessoas só tomam conhecimento, só reagem, quando veem o negócio sendo construído. [...] Eu acho que a população não tem consciência do que seja o processo de licenciamento, do resultado que as coisas têm, isso não circula da forma como deveria, as pessoas não são politizadas para saber como uma coisa tem a ver com a outra. Então, efeito zero. Muita gente nem sabe que aquilo está com problema. Ou então acha que já resolveu.</i>	-	Horrorizados; alienada; não tem consciência; não circula; efeito zero
D	<i>A comunidade não vê a PCH. Se não sou eu, que sou bióloga, entendo um pouco, se eu não fosse ciclista, eu não veria também o que está acontecendo lá, justamente por causa dessa falta de circulação de informação. Então como a comunidade vê? Ela não vê. Ela só vai ver o produto final, daqui há alguns anos. [...] Então a comunidade não vê. Não está ciente. Só no dia que faltar água ou que tiver algum impacto no dia a dia que eles vão perceber, e aí vão cobrar, e aí vai ser tarde demais.</i>	-	Não vê a PCH; falta de circulação de informação; não está ciente
E	<i>Não tenho uma posição a este respeito.</i>	-	-

■ Morador da região

■ Coletivo

■ Poder Público

■ Comunidade escolar

■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 12

Como você acredita que a PCH é vista pela comunidade?			
Entrevistados / Respostas		Categorias / Palavras-chave Visão	
		Positiva	Negativa
F	<i>O que eu pude ver, eles tinham uma visão positiva. Não tinha nada que eu pudesse notar que fosse negativo, não. Eles tinham laços de amizade muito fortes. E a empresa jogava muito limpo com eles. Ela levando tudo isso para eles. A parceria com a escola, com a comunidade, então assim, eu nunca vi ninguém reclamar, nenhum pai reclamar sobre a usina, não.</i>	Visão positiva; laços de amizade; parceria; ninguém reclamar sobre a usina	-
G	<i>Para quem era dono das terras foi até bom porque eles tiveram uma ótima indenização.</i>	Foi bom; ótima indenização	-
H	<i>Como eu te falei, no começo todo mundo assustou. Ficaram muito assustados, né. Aconteceu aquele negócio lá de Brumadinho, então todo mundo ficou morrendo de medo. [...] Mas agora está tranquilo. Todo mundo gosta, todo mundo vai tirar foto. Achem que é um ponto turístico, vamos dizer assim. Está bem mais tranquilo.</i>	Está tranquilo; todo mundo gosta; ponto turístico	Muito assustados; morrendo de medo
I	<i>Ah, eu acho que é uma visão boa, porque funcionou, né. Eles tiraram o povo das casas, indenizaram e eles já estão com casa nova em outros terrenos. [...] A gente espera que melhore mais e que consiga mesmo o objetivo de gerar energia e melhorar cada vez mais.</i>	Visão boa; funcionou; indenizaram; espera que melhore mais	-
J	<i>Ah, não acha ruim não. Acha bom. Foi por causa do emprego, do movimento. O povo acha interessante o movimento. O povo entra para ver a barragem. Vem bastante gente aqui para dar uma olhada.</i>	Não acha ruim; bom; emprego; movimento; interessante	-
K	<i>Acho que eles têm uma visão boa. Não ótima, né. Acho que é mais ou menos isso. Para uns é regular, para outros é mais ou menos, né. Para uns é bom. Então eu acho que é boa, mesmo.</i>	Visão boa	-
L	<i>Ah, antes era bem visto, mas agora ninguém quer saber dela, não.</i>	Antes era bem visto	Ninguém quer saber dela
M	<i>No começo o pessoal ficou meio assustado, né, porque achou que ia afetar muito a região [...], mas depois que viu que não ia dar problema, foi muito tranquilo. E é muito tranquilo, né, com relação a isso.</i>	Tranquilo	Assustado
N	<i>O pessoal reclama demais daquelas plantas que estão por cima da água, que aquilo lá está tomando conta da represa inteira. Eu já ouvi falar que é ruim para os peixes, que tira o oxigênio da água. [...] Inclusive, no fundo da minha casa, a represa entrou. [...] Lá eu já não estou tendo jeito de pescar, porque aquilo vem, rapaz, dá um vento que aquilo entope e fica complicado. Única coisa que está incomodando para mim é isso. De resto está tudo bom. Eles devem tirar lá embaixo, só que quando venta, aquele lá debaixo vem tudo aqui para cima. E se eles não mexerem aqui em cima, daqui uns dias não tem mais água, só vai ter aquelas plantas. Isso aí, não é só eu que estou falando isso, todo mundo reclama disso aí.</i>	De resto está tudo bom	Reclama; plantas que estão por cima da água; ruim para os peixes; não estou tendo jeito de pescar; complicado

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Continuação – Quadro 12

Como você acredita que a PCH é vista pela comunidade?		
Entrevistados / Respostas	Categorias / Palavras-chave Visão	
	Positiva	Negativa
<p>O <i>Eu, para ser sincero, baseado nos vizinhos meus aqui, só com bons olhos, tá? É o que eu te falei, no setor de lazer melhorou bem. É uma represinha pequena mas dá para navegar, dá para pescar, enfim, práticas em geral relacionadas à água, né. [...] E, também, na questão que eu te falei, econômica, que acaba favorecendo. É a visão que eu sei do pessoal aqui. Eu até hoje não vi um reclamar, a não ser os saudosistas, né, que falam “ah, nos nossos anos era aquela coisa, aquela tranquilidade”, mas isso é outra coisa que não tem a ver. É a minha opinião.</i></p>	Bons olhos; setor de lazer melhorou; na questão econômica acaba favorecendo	-

■ Morador da região
■ Coletivo
■ Poder Público
■ Comunidade escolar
■ Unidade Básica de Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao afirmar, em seus discursos, que a população reassentada pelo empreendimento está satisfeita, os Entrevistados A, G e I assumem que, para essa comunidade em específico, os preceitos de responsabilidade social empresarial, ligadas à instrumentalização da LSO, foram aplicadas de maneira adequada. Essa proposição é confirmada pelos entrevistados L, M, N e O, que receberam indenização por suas propriedades e, apesar de apresentarem algumas expectativas insatisfeitas, sob algum aspecto, visualizam o empreendimento com bons olhos. De certa forma, pode-se inferir que os impactos positivos da LSO observados por esses entrevistados foram maximizados ao ponto de o reassentamento ser conduzido sem conflitos (BRITO *et al.*, 2017).

Sobre a preocupação quanto à segurança da barragem, observada nos discursos dos entrevistados A, H e M, é válido ressaltar este como um ponto crítico na manutenção da LSO. Em caso de rompimento, a LSO é instantaneamente desfeita. Como exemplo pertinente, cita-se o caso Samarco, em que a empresa alcançou elevados níveis de LSO, chegando a ser considerada membro genuíno da comunidade, porém, com o rompimento da barragem, o instrumento assumiu caráter de manutenção da reputação empresarial frente aos diversos *stakeholders* (LOPES; DEMAJOROVIC, 2020). Nessa situação, as ações da empresa em prol do local adquirem um caráter de justificação e podem se aproximar do que é tratado como convencimento social (CENI; RESE, 2020). O discurso dos entrevistados H e M indicam que a apreensão foi superada e o sentimento foi substituído por tranquilidade, o que não exime a empresa da sua responsabilidade sobre a segurança da barragem e das comunidades locais. Além do compromisso estabelecido pela LSO, a manutenção da barragem em condições seguras trata-se de uma obrigação prevista pela legislação (ANEEL, 2015).

As falas dos Entrevistados B, C e D apontam caráter negativo ligado, principalmente, às falhas na divulgação de informações sobre o empreendimento. Tais discursos podem ser indicativos de falhas na comunicação entre a empresa e, neste caso, com o Coletivo, gerando possíveis inconsistências na provisão da LSO por parte deste grupo. A literatura recomenda que as informações cheguem a todos os grupos de maneira adequada, evitando ruídos e interferências, principalmente, sobre as metodologias de execução da LSO, os resultados alcançados para todos os envolvidos, os fatores que contribuíram para o sucesso e os entraves. A instrução e sensibilização do público incluirão a população no debate social e permitirão o

desenvolvimento de indivíduos multiplicadores, promovendo um relacionamento mais efetivo entre a empresa e os atores envolvidos no processo (DUARTE *et al.*, 2017).

A problemática das macrófitas aquáticas é reforçada novamente neste questionamento e, segundo os entrevistados, pode ser um fator de influência na visão da comunidade. Como já observado anteriormente, é responsabilidade da empresa garantir um ambiente adequado, que contemple mitigação dos impactos e garanta a sustentabilidade em todos os seus aspectos, uma vez que este é um fator essencial para a comunidade (PRNO, 2013).

De maneira geral, observa-se que os moradores, bem como a comunidade escolar e as representantes da UBS, que foram diretamente beneficiados pelas práticas de assistência prestadas pelo empreendedor, possuem uma visão positiva sobre a PCH. O mesmo não se observa entre os representantes do Coletivo, que pautam seus discursos pela proteção ambiental. A análise de especificidades (Figura 13) utilizando o adjetivo “*bom*” e suas variações como indicativo de uma visão positiva comprova a proposição.

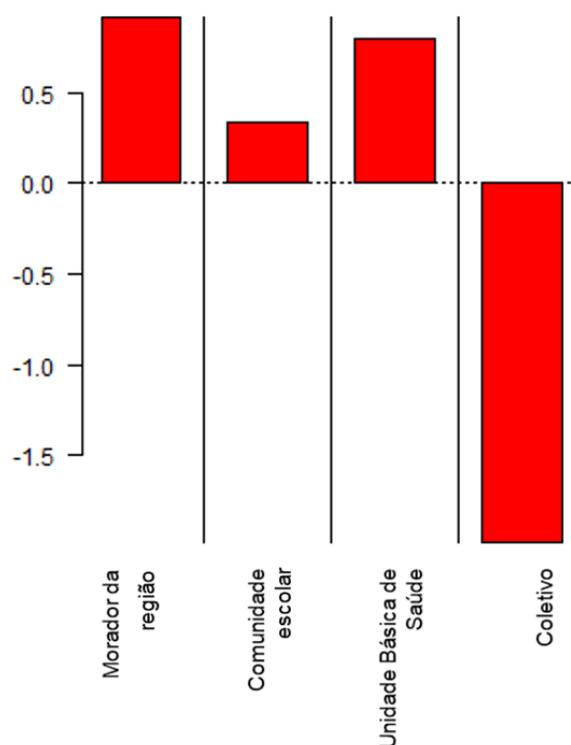


Figura 13 – Análise de especificidades: Como você acredita que a PCH é vista pela comunidade?
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação aos indivíduos reassentados, ainda que algumas expectativas não tenham se concretizado, eles possuem uma visão positiva sobre o empreendimento e não relatam conflitos no processo de realocação. Ainda, novamente, há menção à problemática ambiental que assola a represa e que, segundo os entrevistados, não foi devidamente compensada, influenciando negativamente a visão da comunidade sobre a companhia responsável pela PCH. Sob a percepção do Coletivo, ainda há necessidade de maior comunicação e transparência por parte do empreendedor para que a comunidade possa, de fato, enxergar, se envolver e exigir seus direitos sobre o empreendimento.

6.2.9 Quadro-síntese

O Quadro 13 contém as principais observações sobre cada um dos itens referentes à visão dos atores-chave entrevistados sobre a LSO.

Quadro 13 – Síntese dos principais pontos observados nos discursos dos respondentes.

Relacionamento entre os atores-chave e a PCH	O relacionamento entre as partes foi apontado como mais próximo nas fases de implantação do empreendimento. Com o encerramento das obras e no decorrer da operação, o relacionamento se enfraqueceu. Como a literatura prevê um relacionamento contínuo, este fator é elencado como negativo sob a perspectiva das melhores práticas da LSO
Conhecimento do conceito de “Licença Social para Operar” por parte dos atores-chave	Todos os entrevistados afirmaram assertivamente que não têm conhecimento a respeito do termo. A literatura aponta a necessidade de difusão do conceito entre todos os envolvidos. Caso contrário, a empresa, ao assumir que adquiriu a LSO, sugere que os atores envolvidos fazem parte de um acordo, sobre o qual eles não têm conhecimento de suas funções e direitos.
Visão dos atores-chave quanto à presença da empresa na região	Atualmente, a presença do empreendimento está associada aos impactos ambientais não mitigados e a invisibilidade do empreendimento. Por outro lado, na época de implantação do empreendimento, a visão dos entrevistados foi majoritariamente positiva. A manutenção de um ambiente condizente com as expectativas da população é essencial para a manutenção da LSO, uma vez que a sustentabilidade é comumente um fator crítico para as comunidades.
Contribuições da empresa para a região	As principais contribuições vislumbradas pelos entrevistados se associam aos benefícios gerados à época precedente a operação do empreendimento, com destaque para a geração de emprego, disponibilidade de assistência social e realização de cursos profissionalizantes para a comunidade local. Atualmente, as contribuições não estão explícitas, especialmente aquelas relacionadas a geração de energia. Segundo a literatura, o entendimento das necessidades da população e o atendimento de suas expectativas são fundamentais para garantia de verdadeiras contribuições e não apenas para a manutenção de uma imagem de “empresa socialmente responsável”.
Visões de desenvolvimento para a região	Segundo os entrevistados, suas visões de desenvolvimento e as da empresa são divergentes. Alguns entrevistados visualizam a geração de energia como fonte de desenvolvimento regional, enquanto outros não fazem essa relação. Algumas queixas são pontuadas em torno da falta de compromisso por parte do empreendedor e a ausência de projetos de recuperação da área no entorno da represa. A proposta da literatura prevê maior envolvimento entre as partes na construção de um modelo de desenvolvimento que seja compatível com as possibilidades e expectativas para a região.
Suporte às comunidades	As visões positivas sobre o suporte prestado à comunidade são enumeradas em torno dos cursos profissionalizantes, existência de um posto de atendimento comunitário, presença de uma equipe de prestação de assistência social e realocação de famílias e devida indenização. Há de se ressaltar que todas as ações mencionadas ocorreram no passado, antes do início da operação do empreendimento. Infere-se que as práticas foram realizadas com o intuito de cumprir os requisitos estabelecidos pelas condicionantes do licenciamento ambiental. Conforme a literatura, a LSO prevê que as práticas de suporte vão além do cumprimento de exigências mínimas da legislação e se mantenham contínuas ao longo de todo o ciclo de vida do empreendimento.
Visão da comunidade sobre o empreendimento	Os grupos que foram beneficiados pelas ações de suporte possuem uma visão majoritariamente positiva sobre o empreendimento. Para o Coletivo, há maior necessidade de comunicação e transparência na divulgação de informações. A identificação das visões sobre o empreendimento e o cumprimento das expectativas apresentadas influenciam o nível de LSO adquirido.

Fonte: Elaborado pelo autor.

7 CONCLUSÕES

As questões englobadas pela responsabilidade social empresarial e, conseqüentemente, pela LSO, especialmente aquelas relacionadas ao atendimento de expectativas de minorias, a ecologia e a ideia de que o empreendimento é, de alguma forma, responsável pela comunidade ao seu redor, apresentam elementos de contenção ao capitalismo neoliberal (PERSEGUINI, 2016). No entanto, é necessário cautela na análise de resultados e na elaboração de metodologias de LSO. A LSO deve se fixar em posição de oposição ao movimento neoliberal, para que não se torne apenas mais um conceito “politicamente correto” incorporado ao sistema capitalista para viabilizar sua reprodução a partir da ideia de que problemáticas socioambientais foram “solucionadas” por esse mecanismo de compensação. Trata-se de uma coexistência contraditória que urge discussões e debates, assim como verificado por Santos e Silva (2016) em pesquisa a respeito do desenvolvimento sustentável no contexto capitalista. Ainda, frente a uma agenda de desmonte dos aparatos ambiental e social brasileiro, com o enfraquecimento de órgãos e flexibilização de legislações de proteção, as discussões em torno da LSO assumem grande relevância. Ela se apresenta como uma garantia de que retrocessos sejam evitados e de alcance da justiça ambiental, uma vez que a lógica hegemônica de acumulação do capital, predominante no Brasil atualmente, incorpora e aprofunda desigualdades sociais, de raça, de sexo, de gênero e de classe.

Para que a LSO se posicione em favor da comunidade e não apenas como ferramenta para legitimação das atividades de empreendimentos causadores de impacto socioambiental, é fundamental que ela seja pautada pelo protagonismo da população que foi atingida e garanta a ela maiores direitos sobre o território afetado.

A partir da análise das metodologias de aquisição da LSO disponibilizadas pelo empreendedor, pode-se notar seu interesse em estabelecer um relacionamento entre o empreendimento e os atores atingidos, em que ambas as partes podem ser beneficiadas. Isso foi verificado uma vez que as metodologias adotadas deixaram de ser aspectos abstratos e foram aplicadas como estratégia da empresa, reconhecendo os impactos gerados e apresentando ferramentas para minimizá-los ou compensá-los. Para além disso, é importante analisar como as práticas previstas no planejamento foram traduzidas em ações concretas em favor da comunidade.

Assim, foram realizadas as entrevistas com os atores denominados importantes no contexto deste estudo. Encontrou-se, a partir da análise, dificuldade em descrever a visão dos entrevistados quanto a LSO, uma vez que eles não tinham conhecimento do conceito. Assume-se, para tanto, que eles fazem parte de um pacto em que não têm ciência de sua participação e de seus direitos. Dentro da perspectiva deste trabalho, esse é um fator considerado negativo, por remover a comunidade e demais atores de sua posição de protagonistas. Considerando a comunidade responsável por conceder ou remover a LSO, é de primordial importância que ela conheça o termo, as metodologias e participe da proposição dos resultados esperados. Há de se pontuar, ainda, que a LSO não está, necessariamente, restrita aos critérios técnicos do projeto. Os valores e expectativas atribuídos ao empreendimento ultrapassam questões econômicas e constantemente estão atreladas à proteção ambiental. É válido, portanto, atentar-se a essas peculiaridades no gerenciamento e acompanhamento dos atores e garantir um espaço de discussão em níveis de igualdade, de modo que os princípios e valores dos envolvidos não sejam manipulados e alterados em favor de interesses do poder econômico. Para isso, a organização e educação dos atores sobre seus direitos pode contribuir para a construção de uma LSO síncrona e pautada pelo protagonismo popular.

Como não foi possível descrever diretamente a visão dos entrevistados sobre a LSO, alguns apontamentos permitiram descrever e analisar a ferramenta de maneira indireta, ou seja, o relacionamento e visão dos atores envolvidos sobre o empreendimento. A princípio, foram identificadas duas realidades distintas com relação à LSO: a primeira referente à época precedente a operação do empreendimento, em que se situam práticas de ações de assistência social, geração de emprego, realização de cursos profissionalizantes, proximidade da equipe e acompanhamento da população. Nesse período, as características apontadas pelos entrevistados indicam que a LSO alcançou níveis elevados, com a criação de laços de amizade entre as partes. O segundo momento indica enfraquecimento das relações previstas pela LSO. Esse momento é marcado pelo encerramento das obras, início da operação do empreendimento, fechamento do posto de atendimento, dificuldades de comunicação com os representantes da companhia e ineficácia, por parte da empresa, no cumprimento das expectativas da comunidade e na mitigação de impactos ambientais. Observa-se, portanto, que a hipótese inicial do trabalho foi contemplada apenas pela primeira realidade apresentada.

Pressupõe-se, portanto, que, atualmente, sob a visão dos entrevistados a LSO se institui em dinâmicas frágeis e com relações distantes, uma vez que seus aspectos componentes estão degradados. Os sentimentos pautados por insatisfação e desconfiança indicam a susceptibilidade à remoção da LSO, exigindo da empresa mecanismos de gerenciamento e garantia de maiores benefícios à população envolvida. Para superar esse nível de LSO e novamente fortalecer os laços entre este conjunto de entrevistados e o empreendimento, sugere-se a presença constante de uma equipe responsável pelo atendimento de demandas locais, capazes de compreender a realidade e os anseios dos que vivem na região; a abertura de canais de comunicação bilaterais, permitindo ouvir e ser ouvido; a mitigação dos impactos socioambientais; e geração de maiores benefícios conforme as expectativas dos envolvidos.

Frente ao exposto por este trabalho, assume-se que a LSO, para ser alcançada em sua plenitude, deve ser fonte de fomento a sistemas participativos, fruto de trabalho coletivo e cooperativo, tomando como base uma agenda de proteção ambiental e garantia social para, assim, promover um modelo de desenvolvimento justo e adequado para a região.

Considerando o objeto deste estudo distinto daquele predominante na literatura, há de se ponderar que alguns fatores requerem adaptações e novas leituras, especialmente no que trata da proximidade do empreendedor com os atores envolvidos: enquanto empreendimentos de mineração geram impactos constantes às redondezas, desde a implantação até o desligamento, uma PCH concebe seus impactos mais significativos, tanto positivos quanto negativos, na etapa de instalação. Logo, faz-se uma associação que a LSO deve ser implementada apenas no período em que comunidade foi atingida diretamente pelo empreendimento, o que não é o ideal. Ou seja, o atendimento à população apenas nas fases iniciais não é garantia de concessão e, principalmente, de manutenção da LSO. Como previsto pela ferramenta, o contato deve ser contínuo e presente por meio de canais abertos, demonstrando, por parte do empreendedor, preocupação e sempre assumindo suas responsabilidades sobre o território e a população, do começo até o encerramento das atividades. Uma vez que a LSO não é estabelecida formalmente, assumindo, assim, um caráter de “acordo entre cavalheiros”, é imprescindível que o compromisso se mantenha firme ao longo do tempo e não apenas em ocasiões pertinentes ao empreendedor. Para auxiliar nesse sentido, especialmente no Brasil, país regido por

princípios de direitos civis, incita-se a regulamentação da LSO como política pública para delimitar o conceito e instituir diretrizes capazes de assegurar direitos contínuos aos atingidos e deveres condizentes às características do empreendimento.

Os resultados levantados por esta pesquisa permitiram captar, mesmo dentro das suas limitações, como a ferramenta foi instituída e qual é a visão dos envolvidos a respeito do tema. Espera-se que os apontamentos relatados possam contribuir para a consolidação do conceito em empreendimentos do tipo PCH e para o aprimoramento de aspectos que, muitas vezes, não são previstos na elaboração de documentos, mas que exigem a vivência prática de sua proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AALTONEN, K.; JAAKKO, K.; TUOMAS, O. Stakeholder salience in global projects. **International Journal of Project Management**, [S. l.], v. 26, n. 5, p. 509–516, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2008.05.004>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ABNT NBR ISO 26000. **Diretrizes sobre a responsabilidade social**. São Paulo: [s. n.], 2010. *E-book*. Disponível em: https://doi.org/10.9774/GLEAF.978-1-907643-27-9_9

ACOSTA, A. **O Bem Viver: Uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016. *E-book*.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avancados**, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142010000100010>

ACSELRAD, H.; PINTO, R. G. A gestão empresarial do "risco social" e a neutralização da crítica. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51–64, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281188481>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AGOSTINHO, Â. A.; GOMES, L. C.; JÚLIO JÚNIOR, H. F. Relações entre macrófitas aquáticas e fauna de peixes. *In*: THOMAZ, S. M.; BINI, L. M. (org.). **Ecologia e manejo de macrófitas aquáticas**. Maringá: EDUEM, 2018. p. 261–279. *E-book*. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5325>. Acesso em: 14 jan. 2021.

ALIAGA, M.; GUNDERSON, B. **Interactive Statistics**. 3. ed. [S. l.]: Pearson, 2006. *E-book*.

ALMEIDA, M. R. R. e; GONÇALVES, P. V. S.; FARIAS, C. P. Participação Pública nos Processos de Licenciamento Ambiental no Triângulo Mineiro. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 510–520, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v11.2.p510-520>

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de**

Pesquisa, [S. l.], v. 36, n. 129, p. 637–651, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000300007>. Acesso em: 28 ago. 2020.

ANDERSON, M. B.; ZANDVLIET, L. **Getting it Right: Making Corporate-Community Relations Work**. Sheffield: Greeleaf Publishing, 2009. *E-book*.

ANDRADE, C. S. **Energia elétrica e as populações tradicionais do Estado do Amazonas: aprendizados a partir da experiência na Comunidade do Roque na Reserva Extrativista do Médio Juruá**. 2010. - UFRJ/COPPE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/index.php/pt/publicacoes/teses-e-dissertacoes/2010/965-energia-eletrica-e-as-populacoes-tradicionais-do-estado-do-amazonas-aprendizados-a-partir-da-experiencia-na-comunidade-do-roque-na-reserva-extrativista-do-medio-juruua>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ANEEL. **Resolução Normativa Nº 425, de 1º de fevereiro de 2011. Aprova os critérios para definição das instalações de geração de energia elétrica de interesse do sistema elétrico interligado e daquelas passíveis de descentralização das atividades de controle e fi.** [s. l.], 2011. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2011425.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

ANEEL. **Resolução Normativa Nº 696, de 15 de dezembro de 2015. Estabelece critérios para classificação, formulação do Plano de Segurança e realização da Revisão Periódica de Segurança em barragens fiscalizadas pela ANEEL de acordo com o que determina a Lei nº 12.** [s. l.], 2015. Disponível em: http://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2018-12/ResolucaoANEEL696.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

ANEEL. **Resolução Normativa nº875, de 10 de março de 2020. Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, à obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamentos hidrelétricos, à comunicação de implantação de Central Geradora Hidrelétrica com Capacidade Instalada Reduzida e à aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica de Usina Hidrelétrica sujeita à concessão.** [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-n-875-de-10-de-marco-de-2020-248070610>. Acesso em: 30

jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PCHS E CGHS. **Benefícios das PCHs e CGHs.** [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://abrapch.org.br/o-setor/beneficios-das-pchs-e-cghs/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

AUR, B. A.; FADEL, E. **Educação Profissional: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico.** Brasília: Ministério da Educação, 2000. *E-book*.

BAINES, J. T.; TAYLOR, C. N.; VANCLAY, F. Social impact assessment and ethical research principles: Ethical professional practice in impact assessment Part II. **Impact Assessment and Project Appraisal**, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 254–260, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14615517.2013.850306>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BANERJEE, S. B. Governing the Global Corporation: A Critical Perspective. **Business Ethics Quarterly**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 265–274, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5840/beq201020219>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BARAKAT, S. R. *et al.* Legitimidade: uma análise da evolução do conceito na teoria dos stakeholders. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 18, n. 44, p. 66–80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2016v18n44p66/pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BARBOUR, R. **Grupos focais : coleção pesquisa qualitativa.** [S. l.]: Grupo A - Bookman, 2000. *E-book*. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=iwav7cXD4YwC&pg=RA1-PA94&dq=amostragem+intencional&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwi_wbDa1qDiAhW1H7kGHTCzBlkQ6AEIYzAH#v=onepage&q=amostragem+intencional&f=false. Acesso em: 16 maio. 2019.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011. *E-book*.

BATISTA, B. M. F. *et al.* Revisão dos impactos ambientais gerados na fase de instalação das hidrelétricas: uma análise da Sub-Bacia do Alto Jurena-MT. **Biodiversidade**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 69–85, 2012.

BICE, S. What Gives You a Social Licence? An Exploration of the Social Licence to Operate in the Australian Mining Industry. **Resources**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 62–80, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/resources3010062>

BLACK, L. **The Social Licence to Operate: Your Management Framework for Complex Times**. 1. ed. Oxford: Routledge, 2017. *E-book*.

BLOOM, B. S. Innocence in Education. **The School Review**, [S. l.], 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/443036>

BONDY, K.; MOON, J.; MATTEN, D. An Institution of Corporate Social Responsibility (CSR) in Multi-National Corporations (MNCs): Form and Implications. **Journal of Business Ethics**, [S. l.], v. 111, n. 2, p. 281–299, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1208-7>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 68–80, 2005.

BORGES, R. R.; MEIRA, R. L. Impactos Socioambientais de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Estudo de Caso PCH-Queluz-SP e Lavrinhas-SP no Rio Paraíba do Sul. **Cadernos UniFOA**, [S. l.], v. 4, n. 1 (Esp.), p. 23–35, 2017. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1195>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BOULLOSA, R. de F.; SCHOMMER, P. C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? *In*: 2008, Rio de Janeiro. **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2008. p. 1–16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2887.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. *E-book*.

BOUTILIER, R. **A measure of the Social License to Operate for Infrastructure and Extractive Projects**. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.thersa.org/discover/publications-and-articles/rsa-comment/2014/10/do->. Acesso em: 28 ago. 2020.

BOUTILIER, R. G. Frequently asked questions about the social licence to operate.

Impact Assessment and Project Appraisal, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 263–272, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14615517.2014.941141>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BOWEN, F.; NEWENHAM-KAHINDI, A.; HERREMANS, I. When Suits Meet Roots: The Antecedents and Consequences of Community Engagement Strategy . **Journal of Business Ethics**, [S. l.], v. 95, n. 2, p. 297–318, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.** [s. l.], 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3365compilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** [s. l.], 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.** [s. l.], 1997. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2788, de 2019. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barrage.** [s. l.], 2019. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1744723&filename=PL-2788-2019. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRITO, R. J. R. *et al.* Licença Social para Operar e Responsabilidade Social Empresarial: Desafios para a Indústria Mineira em Moçambique. *In*: 2017, Maputo. **8º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia / V Congresso de Engenharia de Moçambique.** Maputo: [s. n.], 2017. p. 295–312. Disponível em: <https://paginas.fe.up.pt/clme/2017/Proceedings/data/papers/6481.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. **Universidade Federal de Santa Catarina - Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição - Laccos**, [S. l.], 2013.

CAMPBELL, G.; ROBERTS, M. Permitting a new mine: Insights from the community debate. **Resources Policy**, [S. l.], v. 35, p. 210–217, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2010.04.001>

CARRILHO JUNIOR, J. R. **Desenvolvimento de uma metodologia para mineração de Textos**. 2007. - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.11675>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CASTRO, N. J. de *et al.* A Importância das Fontes Alternativas e Renováveis na Evolução da Matriz Elétrica Brasileira. *In*: 2009, São Paulo. **V Seminário de Geração e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Fundación MAPFRE, 2009. p. 2–31. Disponível em: [http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/GESEL_-_Estudo_Mapfre_-_260809\[1\].pdf](http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/GESEL_-_Estudo_Mapfre_-_260809[1].pdf). Acesso em: 28 ago. 2020.

CENI, J. C.; RESE, N. Samarco e o rompimento na barragem de Fundão: a narrativa como um recurso performativo da prática estratégica de sensegiving inerente ao strategizing pós-desastre. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 27, n. 93, p. 268–291, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270936>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CHENEY, H.; LOVEL, R.; SOLOMON, F. “I’m not anti-mining but ...” Community perspectives of mining in Victoria. *In*: 2001, Adelaide. **MCA Environment Workshop**. Adelaide: [s. n.], 2001. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.569.7415&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos Quantitativos e Qualitativos: um Resgate Teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, [S. l.], 2008.

DARE, M. (Lain); SCHIRMER, J.; VANCLAY, F. Community engagement and social licence to operate. **Impact Assessment and Project Appraisal**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 188–197, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14615517.2014.927108>.

Acesso em: 31 ago. 2020.

DEMAJOROVIC, J.; LOPES, J. C.; SANTIAGO, A. L. F. The Samarco dam disaster: A grave challenge to social license to operate discourse. **Resources Policy**, [S. l.], v. 61, p. 273–282, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2019.01.017>

DEMUIJNCK, G.; FASTERLING, B. The Social License to Operate. **Journal of Business Ethics**, [S. l.], v. 136, n. 4, p. 675–685, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2976-7>

Desenvolvimento | Michaelis On-line. . [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desenvolvimento/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DOURADO, N. P. O paradigma do Bem-Viver: do desenvolvimento alternativo à alternativas ao desenvolvimento. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: www.bancomundial.org. Acesso em: 26 ago. 2020.

DUARTE, A. R. *et al.* **Cartilha de Práticas Sustentáveis**. 2017. - Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://repositorio.itl.org.br/jspui/handle/123456789/318>. Acesso em: 31 ago. 2020.

DUARTE, C. G.; DIBO, A. P. A.; SÁNCHEZ, L. E. O que diz a pesquisa acadêmica sobre a avaliação de impacto e licenciamento no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 245–278, 2017.

EISNER, E. W. *et al.* Handbook on Formative and Summative Evaluation of Student Learning. **Studies in Art Education**, [S. l.], 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1319918>

ELETOBRAS. **Manuais e Diretrizes para Estudos e Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas**. Brasília: [s. n.], 2000. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Manuais-e-Diretrizes-para-Estudos-e-Projetos.aspx>. Acesso em: 28 ago. 2020.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Balço Energético Nacional 2019: Ano Base 2018**. Brasília: [s. n.], 2019.

ESTEVEES, A. M. Evaluating community investments in the mining sector using multi-criteria decision analysis to integrate SIA with business planning. **Environmental Impact Assessment Review**, [S. l.], v. 28, p. 338–348, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2007.09.003>

FÁVERO, V. O. *et al.* Estudo de aplicação de uma micro central hidrelétrica para reaproveitamento de energia em estação de tratamento de esgoto Study of application of a micro hydroelectric central for energy reaproveitamento in a waste water treatment station. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–14, 2019. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/rbcti/article/view/3327>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FERREIRA, T. da S.; ARAÚJO, F. O. de. Licença social para operar: reflexões da literatura sobre impactos bilaterais entre indústria petrolífera e pesca. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 136–151, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24305/cadecs.v5i1.2017.17772>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Respecting free, prior and informed consent: Practical guidance for governments, companies, NGOs, indigenous peoples and local communities in relation to land acquisition**. Roma: [s. n.], 2014. Disponível em: www.fao.org/nr/tenure. Acesso em: 27 ago. 2020.

FRANCO, C. A. A.; SAMPAIO, C. D. C.; ALMEIDA, M. R. R. e. Licença social para operar e impactos ambientais: uma revisão de literatura. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 60–78, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v13i3.2069>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FRANKS, D. M.; COHEN, T. Technological Forecasting & Social Change Social Licence in Design : Constructive technology assessment within a mineral research and development institution. **Technological Forecasting & Social Change**, [S. l.], v. 79, n. 7, p. 1229–1240, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2012.03.001>

FREEMAN, R. E. **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman,

1984. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139192675>

FREEMAN, R. E.; WICKS, A. C.; PARMAR, B. Stakeholder Theory and "The Corporate Objective Revisited. **Organization Science**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 364, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1287/orsc.1040.0066>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FREITAS, G. R. de; CRUZ, M. J. R. da; RADOMSKY, G. F. W. Pós-Desenvolvimento: A desconstrução do desenvolvimento. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 151. *E-book*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163909/001026149.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **ESTUDO & DEBATE**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 7–22, 2011. Disponível em: <http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/viewFile/560/550>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FUJIHARA, M. **Licença social, a permissão que funciona para todos**. [s. l.], 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/licenca-social-a-permissao-que-funciona-para-todos.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. *E-book*.

FURTADO, C. **Mito Do Desenvolvimento Econômico**. 3. ed. [S. l.]: Paz e Terra, 2005. *E-book*.

GALAN, J.-P.; VERNETTE, E. Vers une 4e génération : les études de marché "on-line". **Décisions Marketing**, [S. l.], n. 19, p. 39–52, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.7193/dm.019.39.52>

GAVIRIA, E. M. A " licença social para operar " na indústria da mineração : Uma aproximação e suas apropriações. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 138–154, 2014.

GEHMAN, J.; LEFSRUD, L. M.; FAST, S. Social license to operate: Legitimacy by another name? **Canadian Public Administration**, [S. l.], v. 60, n. 2, p. 293–317, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/capa.12218>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: [s. n.], 2010. *E-book*. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

GIURCO, D. *et al.* Responsible mineral and energy futures: Views at the nexus. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 84, n. 1, p. 322–338, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.05.102>

GOMES, A. D. N. *et al.* Sustentabilidade de empresas de base florestal: O papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. **Revista Arvore**, [S. l.], v. 30, n. 6, p. 951–960, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-67622006000600010>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1979. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3707863>

GUDYNAS, E. **Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento**. Quito: [s. n.], 2011. Disponível em: https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/bem-viver_-germinando-alternativas-ao-desenvolvimento.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

GUÉDEZ, V. El modelo asterisco: diseño, implantación y evaluación de la SER. *In: La RSE em perspectiva: ideas para sudiseño, implantación, desarrollo y evaluación*. 1. ed. Caracas: Alianza Social VenAmCham, 2014. p. 322–338. *E-book*. Disponível em: www.venamcham.org. Acesso em: 31 ago. 2020.

GUNNINGHAM, N.; KAGAN, R. A.; THORNTON, D. **Cite Shades of Green: Business, Regulation, and Environment**. Stanford: Stanford University Press, 2003. *E-book*.

HILSON, G. An overview of land use conflicts in mining communities. **Land Use Policy**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 65–73, 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0264-8377\(01\)00043-6](https://doi.org/10.1016/S0264-8377(01)00043-6)

HIRSCHMAN, A. O. **A moral secreta do economista**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. *E-book*.

HOLLEY, E. A.; MITCHAM, C. The Pebble Mine Dialogue: A case study in public engagement and the social license to operate. **Resources Policy**, [S. l.], v. 47, p. 18–27, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2015.11.002>

HUFF, A. S. **Designing Research for Publication**. [S. l.]: SAGE Publications Inc, 2008. *E-book*.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA. **Compreendendo a Responsabilidade Social: ISO 26000 E ABNT NBR 16001**. Brasília: [s. n.], 2016. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/cartilha_compreendendo_a_responsabilidade_social.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Renewable Energy Sources and Climate Change Mitigation**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/cbo9781139151153>

JACOBI, P. R.; GRANJA, S. B. I.; FRANCO, M. I. Aprendizagem Social: Práticas Educativas E Participação Da Sociedade Civil Como Estratégias De Aprimoramento Para A Gestão Compartilhada Em Bacias Hidrográficas. **Scopus**, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/103358>. Acesso em: 26 ago. 2020.

JIJELAVA, D.; VANCLAY, F. Social licence to operate through a gender lens: The challenges of including women's interests in development assistance projects. **Impact Assessment and Project Appraisal**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 283–293, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14615517.2014.933505>

JIJELAVA, D.; VANCLAY, F. How a large project was halted by the lack of a social Licence to operate: Testing the applicability of the Thomson and Boutilier model. **Environmental Impact Assessment Review**, [S. l.], n. 73, p. 31–40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2018.07.001>

JOYCE, S.; THOMSON, I. Earning a social license to operate: Social acceptability and

resource development in Latin America. **Canadian Mining and Metallurgical Bulletin**, [S. l.], v. 93, p. 44–53, 2000.

KUHN, C. E. S.; PEREIRA, G. G.; MOREIRA, R. M. Educação em Geociências, Desenvolvimento Sustentável e Mineração. **Corixo - Revista de Extensão Universitária**, [S. l.], n. 5, p. 44–57, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corixo/article/view/6468>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LACEY, J.; LAMONT, J. Using social contract to inform social licence to operate: An application in the Australian coal seam gas industry. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 84, n. 1, p. 831–839, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.11.047>

LATINI, J. R.; PEDLOWSKI, M. A. Examinando as contradições em torno das Pequenas Centrais Hidrelétricas como fontes sustentáveis de energia no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 37, p. 73–90, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v37i0.42599>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LEFSRUD, L. *et al.* A basis for genuine dialogue: Developing a science-based understanding of public/industry communication. **Phase I Report Prepared for the Alberta Chamber of Resources**, [S. l.], 2015.

LIMA, M. A.; ALMEIDA, M. C. P. de; LIMA, C. C. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. **R. Gaúcha Enferm.**, [S. l.], v. 20, p. 130–142, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23461>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LIMA, M. H. da S. **Desafios da mineração: reflexão a partir dos conceitos de licença social para operar e consulta livre, prévia e informada**. 2016. - Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2016. Disponível em: <http://www.itv.org/wp-content/uploads/2018/02/Dissertação-Mário-Henrique-Lima.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LONDOÑO, I. O. **Impactos ambientales, sociales y económicos de las pequeñas centrales hidroeléctricas (PCH) en Antioquia**. 2017. - Universidad EAFIT, Medellín, 2017.

LOPES, J. C.; DEMAJOROVIC, J. Licença Social para Operar no Setor de Mineração: Uma Análise do Caso Samarco. *In: As Ciências Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano*. [S. l.]: Atena Editora, 2020. p. 215–227. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.38620090318>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LOPES, L. V. Política Energética e Fontes Alternativas no Brasil. **Revista Gestão & Conexões**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 144–163, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/6542>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. *E-book*.

MACHADO, A. P. *et al.* Mineração de Texto em Redes Sociais Aplicada à Educação a Distância. **Colabor@ - Revista Digital da CVA**, [S. l.], v. 6, n. 23, 2010. Disponível em:

https://pdfs.semanticscholar.org/60a0/45db477689ddd00997ef18d30381fe2ee34c.pdf?_ga=2.175475810.130855756.1598709748-1167624974.1598709748. Acesso em: 29 ago. 2020.

MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. de O. *et al.* Aspectos sociais na avaliação de impactos de construção de barragens em ambientes fluviais. **Revista Valore**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 147–158, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22408/revva1120161147-158>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2003. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100005>

MATHER, C.; FANNING, L. Social licence and aquaculture: Towards a research agenda. **Marine Policy**, [S. l.], v. 99, p. 275–282, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2018.10.049>

MATTOS, S. **Como elaborar objetivos de pesquisa**. [s. l.], 2016. Disponível em: [http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Como elaborar Objetivos de Pesquisa.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Como%20elaborar%20Objetivos%20de%20Pesquisa.pdf). Acesso em: 29 ago. 2020.

MENDES, F. R. P. *et al.* Representações sociais dos estudantes de enfermagem sobre assistência hospitalar e atenção primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S. l.], v. 69, n. 2, p. 343–350, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690218i>

MERCER-MAPSTONE, L. *et al.* Meaningful dialogue outcomes contribute to laying a foundation for social licence to operate. **Resources Policy**, [S. l.], v. 53, p. 347–355, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2017.07.004>

MERLEAU-PONTY, M.; MOURA, C. A. R. De. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

MILANEZ, B. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, [S. l.], v. 16, p. 93–101, 2017.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 12.812, de 28 de janeiro de 1998. Regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, e dá outras providências**. [s. l.], 1998. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=805>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 15.012, de 15 de janeiro de 2004. Altera dispositivos da Lei Nº 12.812, abril de 1998, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, o qual dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatório**. [s. l.], 2004. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/l15012_2004.html. Acesso em: 28 ago. 2020.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s. n.], 2020.

MINAS PCH; NICATEC ROGE CONSULTORIA AMBIENTAL. **PCH Balsa da Cachoeira: Estudo de Impacto Ambiental EIA - Meio Socioeconômico.** [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://pchbalsadacachoeira.com.br/wp-content/uploads/2019/10/BLS_EIA_Volume-IV_Meio_Socioeconomico.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social : teoria, método e criatividade.** [S. l.: s. n.] Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

MOFFAT, K. *et al.* The social licence to operate: A critical review. **Forestry**, [S. l.], v. 89, n. 5, p. 477–488, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/forestry/cpv044>

MOFFAT, K.; ZHANG, A. The paths to social licence to operate: An integrative model explaining community acceptance of mining. **Resources Policy**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 61–70, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.11.003>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MONAGHAN, P.; SABATER, C.; WEISER, J. **Business and Economic Development: The Impact of Corporate Responsibility Standards and Practices.** [S. l.]: Institute of Social & Ethical AccountAbility, 2003. *E-book*.

MORRISON, J. **The social license: How to keep your organization legitimate.** [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137370723>

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** São Paulo: [s. n.], 2013. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/PNAB-Politica-Nacional-de-Direitos-das-Populacoes-Atingidas-por-Barragens.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

MUNIZ, I. N. dos S. **A face feminina kalunga frente ao modelo de desenvolvimento nacional: a condução do licenciamento ambiental da PCH Santa Mônica no sítio histórico da comunidade quilombola Kalunga.** 2020. - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10391>. Acesso em: 28 ago. 2020.

NELSEN, J.; SCOBLE, M. Social License to Operate Mines: Issues of Situational Analysis and Process. **Department of Mining Engineering, University of British Columbia, Vancouver**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–22, 2015.

NIELSEN, A. E. License to Operate. *In*: IDOWU, S. O. *et al.* (org.). **Encyclopedia of Corporate Social Responsibility**. [S. l.]: Springer Berlin Heidelberg, 2013. p. 1585–1591. *E-book*. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-642-28036-8_502

OWEN, J. R. Social license and the fear of Mineras Interruptus. **Geoforum**, [S. l.], v. 77, p. 102–105, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.10.014>

OWEN, J. R.; KEMP, D. Social licence and mining: A critical perspective. **Resources Policy**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 29–35, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.06.016>

PARSONS, R.; LACEY, J.; MOFFAT, K. Maintaining legitimacy of a contested practice: How the minerals industry understands its “social licence to operate”. **Resources Policy**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 83–90, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2014.04.002>

PARSONS, R.; MOFFAT, K. Constructing the Meaning of Social Licence. **Social Epistemology**, [S. l.], v. 28, n. 3–4, p. 340–363, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02691728.2014.922645>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PEREIRA, B. de A. M. **Contribuições do mapeamento dos serviços ecossistêmicos culturais no contexto da Licença Social para Operar: Reflexões a partir de um projeto-piloto conduzido na Ilha de Maré**. 2019. - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

PERIUS, M. R.; CARREGARO, J. B. Pequenas centrais hidrelétricas como forma de redução de impactos ambientais e crises energéticas. **Ensaio e Ciência**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 135–150, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2012V16N2P%P>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PERSEGUINI, A. **Responsabilidade Social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. *E-book*.

PIMENTA, C. A. M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade . **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 44–66, 2014. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471/394>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PINHEIRO, E. P.; MARQUES, E. E.; LOLIS, S. F. Monitoramento de empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Tocantins, Brasil: o que aprendemos com os estudos das macrófitas aquáticas. **Biotemas**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 11–22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7925.2019v32n3p11>. Acesso em: 14 jan. 2021.

POMBO, O. Práticas interdisciplinares . **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 208–249, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a08v8n15.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PONTES, J. C. de; FARIAS, M. S. S. de; LIMA, V. L. A. de. Mineração e seus reflexos socioambientais: Estudo de Impactos de Vizinhança (EIC) causados pelo desmonte de rochas com uso de explosivos. **POLÊMICA**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 77–90, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/polemica.2013.5277>

PRADO, R. J. do. Breve reflexão socioambiental sobre a PCHs na bacia do rio Branco em Alta Floresta do Oeste - RO. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 11–21, 2013.

PRNO, J. An analysis of factors leading to the establishment of a social licence to operate in the mining industry. **Resources Policy**, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 577–590, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.09.010>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PRNO, J. **Establishing a social licence to operate amidst complexity: Issues and opportunities for mining industry governance**. 2014. - Wilfrid Laurier University, [s. l.], 2014.

PRNO, J.; SLOCOMBE, D. S. Exploring the origins of “social license to operate” in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories. **Resources Policy**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 346–357, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.04.002>. Acesso em: 26 ago. 2020.

QUE, S.; AWUAH-OFFEI, K.; SAMARANAYAKE, V. A. Classifying critical factors that influence community acceptance of mining projects for discrete choice experiments in the United States. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 87, n. 1, p. 489–500, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.084>

QUIRINO, S. da S.; DEMAJOROVIC, J. O fenômeno da Licença Social para Operar na Mineração. *In*: 2019, São Bernardo do Campo. **IX Simpósio de Iniciação Científica, Didática e de Ações Sociais da FEI**. São Bernardo do Campo: [s. n.], 2019. Disponível em: https://fei.edu.br/sites/sicfei/2019/adm/SICFEI_2019_paper_135.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

RDR CONSULTORES ASSOCIADOS; EPP ENERGIA. **RIMA - Relatório de Impacto Ambiental: PCH Arreieiros**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/EIA_RIMA/PCH_ARRIEIROS_RIMA.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008. *E-book*.

RIGOUT, F. **A Indústria e a Licença Social para Operar**. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/artigo-licenca-social-para-operar/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. *E-book*.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. *E-book*.

SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos**. 2. ed.

São Paulo: Oficina de Textos, 2013. *E-book*.

SANTIAGO, A. L. F. **Licença social para operar relacionamento da empresa com a comunidade local: critérios de influência para a concessão da LSO. Um estudo de caso da mineração brasileira.** 2016. - Centro Universitário FEI, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.31414/ADM.2016.T.129161>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SANTIAGO, A. L. F.; DEMAJOROVIC, J. Social license to operate: a case study from a Brazilian mining industry. **Latin American J. of Management for Sustainable Development**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 19–34, 2016.

SANTOS, B. de S. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Coimbra: Almedina, 2020. *E-book*. Disponível em: www.almedina.net. Acesso em: 26 ago. 2020.

SANTOS, G. B. dos *et al.* Bioquímica Ambiental: as macrófitas aquáticas como fitorremediadoras e bioindicadoras de poluentes. **Revista Macambira**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e042004, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.461>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SANTOS, L. B. dos; SILVA, E. R. da. Desenvolvimento sustentável e capitalismo: uma coexistência contraditória. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 129–149, 2016. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/2220>. Acesso em: 1 set. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006. *E-book*.

SARAIVA, A. F. *et al.* Alterações no Licenciamento Ambiental de Barragem de Rejeito de Mineração em Minas Gerais após o Desastre de Mariana-MG. **Direito Izabela Hendrix**, [S. l.], v. 20, n. 20, p. 13–30, 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/dih/article/view/1800>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SCHONLAU, M.; FRICKER, R. D.; ELLIOTT, M. N. **Conducting research surveys via e-mail and the web.** Santa Monica: Rand Corporation, 2002. *E-book*.

SCHOUTEN, E. M. J.; REMMÉ, J. Making sense of corporate social responsibility in international business: experiences from Shell. **Business Ethics: A European Review**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 365–379, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8608.2006.00456.x>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SCOTT, W. R. **Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities**. 4. ed. [S. l.]: SAGE, 2014. *E-book*.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. [S. l.: s. n.]. *E-book*.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. *E-book*.

SEVÁ FILHO, A. O.; NOBREGA, R. da S.; GARZON, L. F. N. Rios de Rondônia: Jazidas de Megawatts e Expropriação Social e Ambiental. *In*: 2011, Rio de Janeiro. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011. p. 1–19. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/866/850>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Contéudo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1742–1747, 2015.

SILVA, M. B. de O. da. **Boca a boca online (eWOM) no turismo: análise netnográfica a partir das avaliações do TripAdvisor**. 2020. - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7459>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SILVA FILHO, O. J. da. **Licença Social para Operar: importância dos elementos da gestão social nos projetos de Investimento Social Privado**. 2018. - Centro Universitário UNA, [s. l.], 2018. Disponível em: <http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/Osvaldo-Júlio-da-Silva-Filho.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

SILVA FILHO, O. J. da; MELLO, E. M. R. de. Licença social para operar e o investimento social privado, no âmbito da responsabilidade social empresarial.

Caribeña de Ciencias Sociales, [S. l.], 2018.

SING, J. Regulating mining resource investments towards sustainable development: The case of Papua New Guinea. **Extractive Industries and Society**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 124–131, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2014.11.003>

SLACK, K. **Corporate Social License and Community Consent**. [s. l.], 2008. Disponível em: https://www.carnegiecouncil.org/publications/archive/policy_innovations/commentary/000094. Acesso em: 28 ago. 2020.

SOUZA, M. A. R. de *et al.* O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 52, p. e03353, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>

STAKE, R. E. Case Studies. *In*: DENXIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 435–453. *E-book*.

SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **The Academy of Management Review**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.

SZABLOWSKI, D. **Transnational Law and Local Struggles : Mining, Communities and the World Bank**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.5040/9781474202213>

TENÓRIO, F. G. **Gestão social: metodologia, casos e práticas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. *E-book*.

TESCHNER, B. How you start matters: A comparison of Gold Fields' Tarkwa and Damang Mines and their divergent relationships with local small-scale miners in Ghana. **Resources Policy**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 332–340, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.03.006>

THOMSON, I. **Pela política da boa vizinhança**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.plurale.com.br/site/noticias-detalhes.php?cod=13275&codSecao=6>. Acesso em: 27 ago. 2020.

THOMSON, I.; BOUTILIER, R. G. Social License to Operate. *In*: DARLING, P. (org.).

SME Mining Engineering Handbook. 3. ed. Littleton: Society for Mining, Metallurgy and Exploration, 2011. p. 1997–1796. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1201/9780203759028>

THOMSON, I.; JOYCE, S. The Social Licence to Operate: What it is and why does it seem so difficult to obtain? *In*: 2008, Vancouver. **PDAC Convention**. Vancouver: [s. n.], 2008. Disponível em: https://oncommonground.ca/wp-content/downloads/PDAC_2008_Social_Licence.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

TIAGO FILHO, G. L. *et al.* Impactos Sócio-Econômicos das Pequenas Centrais hidrelétricas inseridas no Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia (PROINFA). **Revista Brasileira de Energia**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 145–166, 2008. Disponível em: <https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/view/220/201>. Acesso em: 28 ago. 2020.

TIAINEN, H.; SAIRINEN, R.; NOVIKOV, V. Mining in the Chatkal Valley in Kyrgyzstan-Challenge of social sustainability. **Resources Policy**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 80–87, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.11.005>

TOMEI, P. A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. **Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 189–202, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-75901984000400029>. Acesso em: 27 ago. 2020.

UN SUB-COMMISSION ON THE PROMOTION AND PROTECTION OF HUMAN RIGHTS. **Report of the Working Group on Indigenous Populations on its twenty-second session**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/42d7b72f4.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

VAN BETS, L. K. J.; VAN TATENHOVE, J. P. M.; MOL, A. P. J. Liquefied natural gas production at Hammerfest: A transforming marine community. **Marine Policy**, [S. l.], v. 69, p. 52–61, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2016.03.020>

VANCLAY, F. The potential application of social impact assessment in integrated coastal zone management. **Ocean and Coastal Management**, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2012.05.016>

VANCLAY, F. *et al.* Social Impact Assessment: Guidance for assessing and managing the social impacts of projects. **International Association for Impact Assessment**, [S. l.], 2015.

VANCLAY, F. Principles to gain a social licence to operate for green initiatives and biodiversity projects. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [S. l.], v. 29, p. 48–56, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.11.003>

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ**, [S. l.], 2007.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas**, [S. l.], 2014.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M. S.; PINTO, R. G. A avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). *In*: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39–90. *E-book*.

WILBURN, K. M.; WILBURN, R. Achieving Social License to Operate Using Stakeholder Theory. **Journal of International Business Ethics**, Texas, v. 4, n. 2, p. 3–16, 2011.

WILLIAMS, K. J. H.; SCHIRMER, J. Understanding the relationship between social change and its impacts: The experience of rural land use change in south-eastern Australia. **Journal of Rural Studies**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 538–548, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2012.05.002>

WILSON, E. What is the social licence to operate? Local perceptions of oil and gas projects in Russia's Komi Republic and Sakhalin Island. **Extractive Industries and Society**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 73–81, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2015.09.001>

WÜSTENHAGEN, R.; WOLSINK, M.; BÜRER, M. J. Social acceptance of renewable energy innovation: An introduction to the concept. **Energy Policy**, [S. l.], v. 35, n. 5, p. 2683–2691, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2006.12.001>. Acesso

em: 27 ago. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. *E-book*.

ZHANG, A. *et al.* Understanding the social licence to operate of mining at the national scale: A comparative study of Australia, China and Chile. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 108, p. 1063–1072, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.07.097>